

1



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13 **46ª Reunião da Câmara Técnica de Controle e**  
14 **Qualidade Ambiental.**

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

2

Brasília/DF.  
26 de Abril de 2011.

*(Transcrição ipsis verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

3  
44

**45A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Bom dia a todos. Nós estamos  
46com 5 pessoas e nosso quórum é de 6. Já soube que está tendo problema nos  
47aeroportos, tem muito atrasos hoje, não sei o que aconteceu especificamente.  
48Alguém aqui veio e teve problema para vir? O Soares chega bem cedo. Enfim,  
49estamos aguardando o Volney que não viria no começo porque estaria numa  
50audiência pública no Senado representando o secretário executivo, já avisou  
51que até as 10h30min chega. De qualquer maneira temos a vice-presidente  
52Maria Ceicilene pronta para assumir os trabalhos, mas não temos quórum  
53ainda, então eu peço um pouquinho de paciência.

54  
55

**56A SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE MARTINS RÊGO (MME)** – Nós estamos  
57aguardando a chegada do Dr. Volney, Presidente da Câmara Técnica, mas  
58acho que podemos começar os nossos trabalhos e vamos ganhando um  
59pouquinho de eu sou Ceicilene sou do Ministério de Minas e Energia, e nós  
60temos a vice-presidência da Câmara e estamos aqui para acompanhar os  
61trabalhos, desejar que corra bem, que consigamos bons resultados para a  
62próxima reunião do CONAMA. Eu gostaria de fazer uma apresentação de todos  
63já que pelo menos eu não conheço todo mundo. Então posso começar e a  
64Patrícia dá continuidade. Como já falei Ceicilene, do Ministério de Minas e  
65Energia.

66  
67

**68A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Patrícia Boson, CNT.

69  
70

**71O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Francisco Rodrigues  
72Soares, Fundação Rio Parnaíba. Região Nordeste.

73  
74

**75O SR. MÁRCIO R. ALVES SCHETTINO (ANAMMA)** – MÁRCIO Schettino,  
76ANAMMA sudeste.

77  
78

**79O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – Wanderlei Baptista,  
80Confederação Nacional da Indústria.

81  
82

**83O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA-ES)** – Elias Morgan, ABEMA  
84Espírito Santo.

85  
86

**87A SR<sup>a</sup> MARIA CEICILENE MARTINS RÊGO (MME)** – Só um momentinho Sr.  
88Francisco. Vamos acabar as apresentações, acho que seria interessante os  
89demais se apresentarem.

90  
91  
4

5  
92 **O SR. DANIEL WERNER ZACHER (ANFAVEA)** – Daniel Zacher, ANFAVEA.  
93  
94  
95 **O SR. SÉRGIO M. DE OLIVEIRA (ABRACICLO)** – Sérgio da ABRACICLO.  
96  
97  
98 **O SR. JOAO BOSCO COSTA DIAS (MMA/CQA)** – João Bosco (...).  
99  
100  
101 **O SR. CLÁUDIO LIBERMAN (IBAMA)** - (fala fora do microfone, ilegível).  
102  
103  
104 **O SR. LÚCIO NOBUYUKI TIBA (ABRACICLO)** - (fala fora do microfone,  
105 ilegível).  
106  
107  
108 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (MMA)** – Robson Calixto, MMA.  
109  
110  
111 **O SR. ÉRIC FISCHER REMPE (MS)** – Éric Fischer, Vigilância e Saúde  
112 Ambiental do Ministério da Saúde.  
113  
114  
115 **A SR<sup>a</sup>. MARIANA LUCENA (UMBELINO)** – Mariana Lucena, Umbelino.  
116  
117  
118 **O SR. MÁRCIO R. ALVES SCHETTINO (ANAMMA SE)**– Márcio Schettino.  
119 (fala fora do microfone).  
120  
121  
122 **O SR. JAIRO RODRIGUES DA SILVA (MT)** – Jairo Rodrigues, Ministério do  
123 Transporte.  
124  
125  
126 **O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL (MT)** – Mateus Amaral. Ministério do  
127 Transporte.  
128  
129  
130 **O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Paulo Macedo. IBAMA (...).  
131  
132  
133 **O SR. ELCIO LUIZ FARAH (AFEEVAS)** – Elcio Farah, AFEEVAS.  
134  
135  
136 **O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO** – Gabriel Branco, EMVIRON  
137 MENTALITY. Sou consultor da prefeitura de São Paulo.  
138  
139

140 **SR. PAULO BRENO DE M. SILVEIRA (ANA)** – Paulo Breno, Agência  
141 Nacional de Águas.

142

143

144 **SR. DENISE (PETROBRAS)** – Denise, Petrobras

145

146

147 **SR. SÉRGIO FONTES (PETROBRAS)** – Sérgio Fontes, Petrobras.

148

149

150 **SR<sup>a</sup> MARIA CEICILENE MARTINS RÊGO (MME)** – Sr Francisco, o senhor  
151 queria falar?

152

153

154 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Na questão de ordem  
155 antes de entrar na pauta é que nós tínhamos colocado na pauta que não está  
156 incluído aqui, que antes o primeiro tema de pauta seria a eleição da  
157 presidência e da vice-presidência dessa Câmara Técnica. Até porque se  
158 entendeu as ONGs que a prorrogação da representação das entidades  
159 governamentais não tinha nada a ver com a prorrogação da presidência e da  
160 vice, assim como as ONGs também mudaram de representação nem  
161 prorrogação ocorreria com relação às ONGs. Então a questão de ordem é que  
162 não está incluída na pauta a eleição da presidência e da vice-presidência da  
163 Câmara Técnica.

164

165

166 **SR<sup>a</sup> MARIA CEICILENE MARTINS RÊGO** – Eu vou passar a palavra para a  
167 Adriana da Diretoria do CONAMA que ela vai dar os esclarecimentos para os  
168 senhores.

169

170

171 **SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Não me apresentei antes sou  
172 Adriana Mandarino, diretora substituta do departamento de apoio ao CONAMA.  
173 Fazendo uma explicação breve até para os outros que não estavam presentes  
174 na plenária. O Regimento interno do CONAMA define que o mandato das  
175 Câmaras Técnicas de é 2 anos prorrogável por mais dois assim como de  
176 presidente e vice-presidente das Câmaras Técnicas. Nós estamos na situação  
177 em que tem um novo Regimento Interno do CONAMA em discussão que vai  
178 estar pautado na reunião plenária de maio e entra em votação, a previsão é  
179 que dificilmente ele seja aprovado na plenária de maio, mas o será na plenária  
180 subsequente que será em junho. Nesta última plenária final de março houve  
181 uma votação por unanimidade em que todos concordaram em prorrogar o  
182 mandato dos membros da Câmara Técnica, por quê? Você seria muito confuso  
183 e complicado fazer uma renovação de mandato de Câmara Técnica agora, e  
184 fazer nova renovação daqui a poucos meses ainda mais tendo em vista que.  
185 Bom dia Volney, só fizemos abrir e estamos começando a discussão de  
186 presidência. Começando a dar o esclarecimento sobre a questão da  
187 presidência o Soares entrou com uma ordem, fala na questão de ordem. Então

188por unanimidade se aprovou na última plenária a renovação a manutenção da  
189Câmara Técnica tal qual estava, tendo em vista principalmente que pelo novo  
190Regimento algumas Câmaras Técnicas podem ser extintas pela proposta que  
191está colocada, algumas serão extintas e outras serão fundidas, então ficaria  
192um situação muito confusa fazer renovação das câmaras para daqui há 3, 4  
193meses mudar tudo de novo, essa foi a decisão aprovada em plenário por  
194unanimidade a ministra ficou então autorizada por portaria o Regimento Interno  
195do CONAMA é modificado pelos seus membros mas ele é baixado  
196formalmente por uma portaria da ministra. Dias depois houve um requerimento  
197as ONGs eram o único setor que modificariam a sua participação nas Câmaras  
198técnicas por quê? Porque parte da Sociedade Civil é eleita há cada 2 anos e  
199parte dessa Sociedade Civil que são as do CPCNEA que é a Comissão  
200Permanente do Cadastro Nacional das entidades Ambientais não está mais  
201presente no CONAMA, então se concordou que dos 5/5 de uma Câmara, 4/5  
202permaneceria o mesmo 1/5 das ONGs modificaria, dias depois essas ONGs  
203que foram modificadas pleitearam levantaram a questão da presidência das  
204Câmaras Técnicas entendendo que é um direito delas pleitear a presidência já  
205que elas como segmento foram modificadas. A Secretaria Executiva do  
206CONAMA entendeu que não procedia a esse pleito tendo em vista que, quando  
207na plenária se entendeu pela manutenção do status quo a presidência seria um  
208requisito assessorio que acompanha o quesito principal que é a manutenção do  
209mandato. Então quando chegar em junho na pior das hipóteses, porque na  
210plenária de maio isso está pautado dificilmente nós estamos trabalhando com o  
211cenário de aprovação disso, agora na plenária seguinte será aprovado novo  
212Regimento aí tem nova composição com eleição de presidente e vice, então a  
213Secretaria Executiva entendeu que esse assessorio acompanha o principal o  
214entendimento da plenária era a manutenção do status quo na Câmara técnica,  
215a pauta é feita em comum acordo com a Secretaria Executiva departamento de  
216apoio ao CONAMA e a presidência das Câmaras Técnicas. Então eu tenho  
217feito uma consulta em cada presidência de Câmara Técnica nesse caso  
218específica entendeu-se de não colocar esse assunto em pauta, a respostas do  
219DCONAMA foi encaminhada para as ONGs houve nova discordância e um  
220recurso a ministra, a ministra está com o assunto para apreciação então de  
221qualquer maneira não temos uma posição então por isso o assunto sequer foi  
222pautado.

223

224

225**SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu só quero  
226complementar que na realidade o entendimento da Secretaria Executiva do  
227CONAMA é diferente do entendimento das ONGs, o entendimento das ONGs é  
228que os mandatos coincidirem de 2 anos é diferente do mandato das ONGs que  
229começam em março, e dessa forma se os mandatos anteriores chegarem ao  
230meio do ano fica totalmente uma desigualdade, um desequilíbrio em ter  
231representação da sociedade e os representantes governamentais, a  
232prorrogação do mandato dos representantes nada teria a ver com a  
233prorrogação da presidência e da vice nesse caso, foi o entendimento das  
234ONGs foi feito o recurso a ministra por isso que nós colocamos que o ponto de  
235pauta primeiro seria a eleição independentemente se o Regimento vai ser

236aprovado em maio, ou junho ou outra, começaria nova etapa se for extintas as  
237Câmaras Técnicas ou seja á o que for, mas pelo menos a etapa passada já se  
238findou na última reunião e teriam nova reunião nem que esse mandato fosse  
239tampão até a renovação do novo até a homologação do novo Regimento  
240interno. Dessa forma estamos guardando o parecer da ministra, mas dizer que  
241eu deixo aqui o protesto porque não foi esse o entendimento das ONGs que  
242consta da ata que nós estamos colocando que não foi colocado se é feito  
243através do presidente e com o aval de todos os Conselheiros não foi colocado  
244na pauta a proposta para deliberação aqui da proposta do Conselheiro que  
245pediu a eleição da presidente e vice da câmara, então não foi colocado nem  
246para a deliberação dos presentes.

247

248

249**A SRª MARIA CEICILENE MARTINS RÊGO (MME)** – Tendo em vista a  
250chegada do Dr. Volney, vou passar a palavra para ele e a condução da  
251reunião.

252

253

254**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu queria primeiro agradecer a  
255Dra. Ceicilene que fez a abertura da reunião, e segundo queria pedir desculpa  
256a todos que eu acho que foi informado eu estava numa reunião agora por  
257chamamento da própria ministra sobre o processo da Rio+20 e estava com  
258uma discussão com o diretor Geraldo Pinoma que é que é... Então não houve  
259como chegar antes, mas peço mais uma vez desculpas, mas entramos eu acho  
260já na nossa reunião acho que fica o registro aí da observação que o Dr.  
261Francisco fez em relação a esse ponto, eu acho que se tiver algum  
262esclarecimento depois ainda em relação o próprio posicionamento que tiver  
263acho que cabe levar a plenária a próxima plenária e esclarecer esse aspecto lá,  
264mas aqui eu acho que se não houver mais nenhuma observação em relação a  
265essa questão acho que seria importante já entrarmos na nossa agenda de  
266trabalho, foi feita a abertura da reunião acho que temos aí a aprovação do  
267resultado e transcrição da 45ª reunião, não sei se alguém tem observação aos  
268resultados que já foram disponibilizados no site do CONAMA o site da Câmara,  
269se não tiver nenhuma observação aprovamos o resultado na transcrição da 45ª  
270reunião e passamos aí para o nosso primeiro ponto de pauta. Essa questão do  
271Dr. Francisco Soares eu até queria registrar que já tinha me despedido também  
272na última reunião, mas estamos aqui com mais uma ou duas reuniões ainda  
273pela frente que sempre é um prazer estar aqui com vocês. Primeiro ponto que  
274nós vamos ter enfim depois de dois anos e meio de profunda discussão é  
275entrar na discussão hoje nessa discussão final sobre a criação do grupo de  
276trabalho que vai dar continuidade as discussões aí do que era a revisão da  
277344, que hoje é o que está posicionado que está posto pela resolução 421 do  
278CONAMA. A nossa última reunião nós tivemos o Ministério do Meio Ambiente  
279ficou encarregado de coordenar um processo de consolidação final de um  
280termo de referência orientando o grupo de trabalho que deverá ser criado, esse  
281prazo era até o dia 15 de abril para ser disponibilizado eu acho que foi  
282disponibilizado aí pelo dia 13, 14 de abril já foi disponibilizado essa proposta de  
283termo de referência para o trabalho para esse grupo de trabalho, e a minha

13

284 ideia inicial seria pedir ao Ministério do Meio Ambiente que fizesse a  
285 apresentação desse termo de referência para abriremos depois a discussão em  
286 relação ao termo de referência e a própria criação do grupo de trabalho.  
287 Podemos encaminhar dessa maneira? Queria convidar o Dr. Robson para  
288 tomar assento aqui mesa de trabalho e fazer uma rápida apresentação aí do  
289 que consiste o termo de referência todos tiveram condições com certeza de ter  
290 acesso ao termo no site do CONAMA. Dr. Robson, por favor.

291

292

293 **SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (MMA)** – Bom dia a todos. Na reunião  
294 anterior dessa Câmara Técnica houve o Ministério do Meio Ambiente tinha  
295 apresentado uma minuta também de termo de referência, mas o setor de  
296 transporte basicamente a CEEP também, o Ministério dos Transportes solicitou  
297 um pouco mais de prazo para ouvir as bases que eram os portos que é  
298 também o pessoal das hidrovias e então houve a decisão de se adiar digamos  
299 assim a tomada final desse termo de referência, a partir então da reunião da  
300 Câmara Técnica houve uma reunião específica com o Ministério dos  
301 Transportes, mas no dia 12 de abril então foi feita uma reunião maior com o  
302 Ministério dos Transportes, com a CEEP, CONTAC com o pessoal também do  
303 DENICHE, da ANA agência nacional de água, com o Ministério do Meio  
304 Ambiente e então foi possível fazer ajuste naquela minuta inicial do termo de  
305 referência apresentado em reunião anterior e chegamos então a essa que está  
306 disponível que vocês já têm na mão. A ideia é estabelecer um grupo de  
307 trabalho com uma coordenação única, mas subdividido em dois subgrupos de  
308 trabalhos, porque a ideia inicial o pleito do Ministério dos Transportes era em  
309 função da experiência ganha com aplicação da Resolução 344 verificou-se  
310 alguns aspectos dessa resolução para fins de águas interiores ela não se  
311 encaixava muito bem, não era o formato ideal então seria necessário dividir  
312 isso ou estabelecer critérios mais focados com a questão das águas interiores,  
313 então a ideia seria criar 2 subgrupos de trabalhos, mas sobre uma  
314 coordenação única o termo de referência ele tem o objetivo de balizar o  
315 trabalho do grupo de trabalho, as atividades do grupo de trabalho por que?  
316 Porque o grupo que se houve anteriormente o aspecto era muito amplo, então  
317 com o termo de referência nós pretendemos focar mais e estabelecer digamos  
318 as linhas base para que o grupo siga desde algumas coisas ficaram de fora da  
319 resolução anterior como a convenção de Londres, como também agora a  
320 questão de posição no solo a própria resolução sobre áreas contaminadas, a  
321 ideia é fazer um trabalho que obedeça o prazo de 6 meses, mas podendo ser  
322 prorrogado a partir de uma justificativa.

323

324

325 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom, seria essa contextualização  
326 em geral não sei se o Ministério do transporte, a ANTAC ou secretaria de  
327 portos gostaria de fazer um comentário complementar? Então eu abro a  
328 palavra para a Dr<sup>a</sup>. Patrícia.

329

330

14

331 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu só gostaria de  
332 saber um pouco mais de detalhes sobre a forma de trabalhar, quer dizer como  
333 está se pretendendo vai se reunir um grupo inteiro e depois o coordenador vai  
334 dividir em dois ou já vamos começar divididos? Esse é um tema e outro ponto  
335 que eu também aproveitaria porque a resolução original ela falava de material  
336 dragado e aí não diz respeito exatamente também a portos, tem dragagem de  
337 canal de rio rios urbanos especialmente tem muito problema de dragagem e  
338 tudo, e aí eu fico só com medo de ficarmos numa discussão muito específica  
339 setorial de portos que tem toda relevância que é absolutamente necessário e  
340 por isso até que foi dividido em fluvial e marítimo, interior e marítimo, porque  
341 vimos até nas nossas primeiras discussões sobre resíduo a diferença que é da  
342 realidade do porto fluvial para o porto marítimo há uma diferença absurda as  
343 realidades, mas eu também fiquei preocupada com essa história de  
344 desassoreamento de barragem, de canal de rio, de que não tem não está muito  
345 associado a transporte, mas às vezes não, às vezes é só desobstrução de  
346 cheias remedição, então quer dizer não sei onde ele ficaria se ficaria no grupo  
347 de águas interiores enfim, só para termos o cuidado da diversidade ou então  
348 não fazer uma resolução voltada mesmo para dragagem de portos e deixar a  
349 discussão da dragagem de maneira geral diferente enfim, é uma coisa que eu  
350 coloco aqui para discussão da câmara não tenho ideia formada nem nada é só  
351 para podermos pensar, porque mesmo a resolução embora a ementa dela era  
352 abrangente no final ela afunilava e só dizia respeito na verdade há uma  
353 pequena dimensão do problema, então já que estamos revendo quem sabe  
354 rever com o espectro todo do problema e não uma parte.

355

356

357 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Pedir ao Dr. Robson que anote  
358 aí, e vou dar uma rodada, primeiro, de perguntas, acho muitas vezes uma  
359 pergunta até complementa a outra. Então Elias do governo do Espírito Santo.

360

361

362 **O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA-ES)** – Eu compartilho da  
363 preocupação da Conselheira Patrícia, embora eu não vou falar só em nome do  
364 Espírito Santo, a Conselheira Patrícia em Minas não ela tem praia, mas usa  
365 muito o Espírito Santo. Preocupa-nos muito a composição do GT, eu acho que  
366 Espírito Santo especificamente diante do que já existe e das perspectivas  
367 futuras seria muito importante participarmos do GT de águas costeiras, quanto  
368 a de águas interiores eu acho importante nós puxarmos pela ABEMA algum  
369 Estado que tem uma representatividade boa, então isso é importante deixar  
370 claro a composição do GT, e uma discussão que já surgiu nessa câmara há  
371 bastante tempo que não seja um GT extremamente grande para que nós não  
372 tenhamos um resultado esperado a contento.

373

374

375 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dr. Elias. Mais algum  
376 comentário? Dr. Wanderley CNI.

377

378



379 **O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – O item 6 eu vi que vocês  
380 deram uma lida geral no texto e achei que vocês foram até bem detalhistas em  
381 várias questões, o item 6 fala da questão de 420 a resolução que trata de  
382 gerenciamento de solos e áreas contaminadas, só que nós fala em VR que é  
383 ok, mas não fala em TEL ou PEL, eu nem conhecia esses termos. Está lá  
384 também? Porque falávamos sempre em VP valores de prevenção, eu só que  
385 ria um esclarecimento mesmo eu não peguei a resolução para analisar a fundo,  
386 mas participei da construção dela do início ao fim, acho que esses valores que  
387 estão aqui são utilizados para a construção do VP, aí a minha observação é se  
388 não valeria nesse item 6 fazer uma correlação com o VP é a única observação  
389 técnica que eu faria, porque me lembro bem passamos um tempo bom  
390 discutindo essa questão aqui nessa Câmara técnica e VP foi o ponto mais  
391 delicado, mais sensível mesmo. Era essa a observação que eu teria a fazer.

392

393

394 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado. Dr<sup>a</sup>. Maria Ceicilene.

395

396

397 **A SR<sup>a</sup> MARIA CEICILENE MARTINS RÊGO (MME)** – Bem meu comentário é  
398 em relação à dinâmica do GT, eu acho que poderíamos aproveitar Volney,  
399 colocar aqui também para os demais Conselheiros que já fosse definido os  
400 coordenadores e a relatoria desses grupos de trabalho e também a data de  
401 início, porque foi dado um prazo de 6 meses então podendo ser prorrogado,  
402 mas acho que é assunto que já está em pauta há muito tempo do CONAMA e  
403 acho que esse assunto tem que ser já vencido.

404

405

406 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então Maria Ceicilene nós temos  
407 na realidade 2 aspectos nós temos que nos atentarmos aqui, um é a questão  
408 mais de conteúdo mesmo do termo de referência me parece que tem duas  
409 intervenções aqui uma da CNT e outra da CNI que tem relação com essa  
410 questão mais de conteúdo, a Dr<sup>a</sup>. Patrícia regeu esse aspecto com escopo e o  
411 Dr. Wanderley observa essa questão mais de consistência como está previsto  
412 na 420 que lá me parece que é o VP mesmo, também não me lembro desses  
413 termos que são termos talvez da literatura internacional, mas o que nós  
414 utilizamos na 420 podemos dar uma revisada ao fazer essa adequação para  
415 deixá-la ela consciente com a 420, acho que seria importante essa referência  
416 até para sabermos que existe uma 420 que trata dessas questões mais gerais  
417 de parâmetros e contaminação de solo, e tem esse outro aspecto mais de  
418 procedimento que nós com certeza vamos deliberar aqui em princípio caberia a  
419 nós hoje definir a coordenação e a relatoria, no âmbito do próprio GT eles  
420 poderiam fazer aí uma discussão e claro que toda a instituição vai poder estar  
421 presente nos dois subgrupos, nós tivemos o caso da 357 foram 5 os  
422 subgrupos em que várias das instituições estavam presentes em mais de um,  
423 então isso não é um problema sabemos que as vezes dificulta um pouco está  
424 presente em mais de um subgrupo, mas na realidade não é que é uma  
425 representação pessoal, são representações institucionais que temos que fazer  
426 um esforço para que as nossas instituições não fique dependendo somente de

427uma pessoa nesse processo, então é uma escala para poder atender melhor  
428todo esse processo de discussão e claro nós temos pelo que estou vendo do  
429próprio termo de referência isso aqui já é um vamos dizer, um bom início para  
430acelerar com essa visão de dar um certo foco e fazer com que esse processo  
431corra em tempo hábil levando em conta que temos aí até novembro de 2012,  
432da resolução da 421 nos dá o prazo até novembro de 2012. Eu acho que  
433possivelmente até o final desse ano teremos homem esse resultado já desse  
434GT, e teve aí Dra. Patrícia certa ênfase nessa questão de portos fluviais porque  
435é um pouco da história até de todo esse processo aqui que nós tivemos na  
436Câmara Técnica nos últimos dois anos e meio três anos, então talvez aí queria  
437ouvir o Dr. Robson mais sobre esse viés o ideal fosse manter esse foco na  
438questão de transporte e até pegarmos como sub-produto desse grupo de  
439trabalho talvez indicações para talvez outros usos desse trabalho que está  
440sendo desenvolvido com esse foco mais de portos aí na área costeira como na  
441fluvial. Dr. Robson.

442

443

444**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (MMA)** – Gostaria de ressaltar uma coisa  
445que a resolução 344 ela apesar de ter nascido com uma origem diferente, ela  
446terminou por ser uma resolução de classificação de qualidade e sedimentos,  
447então dessa vez a nossa abordagem vai ser um pouco diferente vai ser gestão  
448de material dragado e nessa gestão de material dragado a nossa ideia é entrar  
449todo tipo de dragagem, por exemplo, essa de remediação de rios, canais, então  
450é a nossa ideia. Associado ao termo de referência eu já tinha citado na reunião  
451anterior o Ministério do Meio Ambiente está trabalhando num documento  
452conceitual sobre vários aspectos dessa gestão, o Ministério dos Transportes  
453também está trabalhando, mas com a questão das águas interiores justamente  
454para poder botar mais foco e acelerar o trabalho dos grupos de trabalho ter um  
455resultado mais rápido, então a ideia é gestão, a cadeia toda desde a  
456apresentação de um projeto de planejamento da dragagem a própria dragagem  
457e monitoramento e avaliações se aquela disposição final ela está sendo  
458correta, bem feita, se é aquilo mesmo. Se precisar mudar queremos então  
459queremos trabalhar a cadeia em diferentes abordagens o tipo de dragagem  
460isso é uma coisa. Com relação a questão da ABEMA das águas interiores isso  
461nós também tínhamos discutido anteriormente internamente no Ministério que a  
462nossa ideia é fazer consultas e solicitações a ABEMA para que o pessoal mais  
463de digamos assim da área continental da parte costeira esteja presente, porque  
464geralmente nesse grupo de trabalho de dragagem tem mais pessoal Rio,  
465Espírito Santo é Paraná, mas o pessoal de dentro não vem das águas  
466interiores, então a nossa ideia é trabalhar isso também. Desde já será muito  
467bem-vinda a participação do Espírito Santo na parte costeira. Depois vou voltar  
468há um ponto. A questão do VERVP essa introdução do VER foi feita pela área  
469da Zilda foi o pessoal da Zilda que colocou ela mesma colocou. Então, mas o  
470que eu sei é que a ideia é verificar se há possibilidade de valores de  
471backgrounds para águas interiores, só que o termo backgrounds não é utilizado  
472na resolução CONAMA é o valor de referência, então foi usado o termo valor  
473de referência eu confesso que se é VP teria que conversar com o pessoal  
474para...

21  
475  
476

477**O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só um esclarecimento VRQ  
478tem a ver com média de qualidade de solos a discussão do percentil 90,  
479percentil 75, nós tivemos que foi difícil que tem haver com a qualidade média  
480de solos que solos que solos são muito variados e tinham que adotar o valor  
481padrão, não é o valor backgrounds equivoval não, já a questão de VP tem  
482haver com ecotoxicidade, tem haver com toxidade mesmo, tem haver com  
483esses dois temos então aqui só que nós discutimos aqui o tempo inteiro VP  
484valores de prevenção, são valores na qual você quer você tem um risco acima  
485dele você teria já um risco identificável para algum tipo de comunidade  
486biológica, então na verdade acho que deveria apenas atentar se VP não seria  
487mais adequado colocar VP que conversar com a própria CETESB como valor  
488de prevenção, como referência nas discussões sobre a questão da gestão, da  
489destinação dos materiais a serem dragados, é apenas essa observação.

490  
491

492**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Acho que de qualquer jeito está  
493claro o conceito que está querendo se registrar. Não seria o mais adequado.

494  
495

496**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (MMA)** – Está anotado. Agora quanto à  
497questão da dinâmica, então seria uma coordenação nesse caso nós tivemos  
498uma conversa com o setor e o Ministério do Meio Ambiente propõe coordenar  
499essa Câmara Técnica para aprovar e haveria duas relatorias institucionais não  
500atemos nomes a clara, mas como o Volney falou é institucional, então o  
501Ministério do Meio Ambiente coordenaria haveria a uma relatoria de águas  
502costeiras da SEP e nas águas interiores do Ministério do transporte, mas de  
503novo eu toco na importância desses documentos conceituais esses  
504documentos conceituais não foram trazidos aqui para a câmara, mas vão ser  
505para a discussão no grupo, mas eles justamente que vão dar o foco assim do  
506que vai ser essa gestão.

507  
508

509**A SRª PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)**– É só mais uma  
510questão, que talvez é porque como nós vamos tratar de gestão de forma  
511absoluta então é só para termos o cuidado que terão temas gerais que caberão  
512independente de coisa que assim é só para não ter o cuidado de ficar no imisso  
513nos perdendo um pouco com a dinâmica, quer dizer vamos separar o grupo se  
514discutir isso e isso, talvez assim ver uma prévia digamos assim sem nenhuma  
515só para decidir a questão de dinâmica mesmo que temas serão gerais e que  
516nós vamos comuns para todos, e que horas que vamos realmente vamos fazer  
517uma questão específica só para termos o cuidado, porque estamos um pouco  
518sem referência porque eu fico entendendo que a 344 nem é referência, porque  
519mais já mudou completamente todo e ainda bem que mudou completamente  
520toda a questão, então quando temos um Judas para malhar fica mais fácil  
521identificar os erros e a forma não tendo precisamos de ter uma dinâmica um

23

522 pouco mais elaborada para não ficarmos perdendo muito tempo nas questões  
523 de como fazer, de como começar.

524

525

526 **O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só para complementar o  
527 que a Patrícia disse, eu tenho a experiência de ter participado de dois GTs que  
528 subdivididos em sub GTs que foi o de padrões essa recentemente aprovada  
529 dos padrões completos até o 57 e a de fontes fixas que está vindo para essa  
530 câmara na próxima reunião, a dinâmica foi exatamente essa Patrícia de fazer  
531 uma reunião geral para proposições de temas comuns, e a partir daí você já  
532 faria a separação até mesmo dos grupos e a dinâmica ocorre por si mesmo, é  
533 vantajoso? É, porque você ganha muito tempo e 421 nos dá prazo até fevereiro  
534 de 2012, então o prazo é pequeno mesmo, então vai ter que acelerar.

535

536

537 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Quería fazer uma proposta um  
538 pouco nessa discussão já de dinâmica, eu achava que seria importante nós  
539 aprovando a criação desse grupo de trabalho, que na primeira reunião da  
540 Câmara Técnica do segundo semestre já pautássemos um relato, deixar isso  
541 claro que a primeira reunião do segundo semestre eu acho que agosto  
542 provavelmente agosto devemos ter uma reunião da câmara temos que ver  
543 quando tem plenária do CONAMA, e nós já pautemos em informe de como  
544 está se organizando o grupo e quais os pontos principais, que sabemos que  
545 essa temática ela às vezes fragmenta rápido, então é a Câmara Técnica,  
546 deverá acompanhar bem de perto esse processo todo. Então eu não vou fazer  
547 depois podemos até fazer essas sugestões só um registro aqui, mas a  
548 qualquer momento podemos pautar um informe sobre qualquer grupo de  
549 trabalho, mas acho importante principalmente nessa fase inicial para fazer esse  
550 ajuste das questões comuns e dos aspectos que vão ser tratados de uma  
551 maneira específica, deixar claro que acelerar o máximo esse processo de  
552 implementação desse grupo de trabalho para que tenhamos um retorno e  
553 tenhamos reuniões ainda nesse primeiro semestre, reuniões efetivas. Mais  
554 algum comentário ou esclarecimento? Dá para apresentarmos como uma  
555 recomendação ao grupo de trabalho esse termo de referência digamos assim  
556 que foi elaborada aí várias mãos acho que têm esse registro aqui que o  
557 Wanderley fez a Dra. Patrícia também eu acho que apresentou essa  
558 preocupação dela com o escopo porque eu acho que em parte vai ser  
559 contemplado pela dinâmica que o Robson apresentou, e parece então que o  
560 que nós tínhamos que fazer ainda seria definir essa questão da coordenação e  
561 das relatorias existe uma proposição aí do Ministério do Meio Ambiente  
562 coordenar esse grupo na realidade já vem coordenando esse processo já há  
563 algum tempo principalmente com essa ótica da elaboração de termo de  
564 referência e nós temos duas relatorias setoriais que seriam calcadas nesses  
565 órgãos setoriais, a Secretaria de Portos que ficaria com, vamos dizer assim,  
566 essa questão costeira, e a Secretaria do Ministério dos Transportes lá está o  
567 Dr. Jairo que focaria mais esses aspectos aí das fluviais e águas interiores.  
568 Então nós teríamos essas duas proposições essa proposição de coordenação  
569 gostaria de saber se tem alguma observação em relação a algum nome que

24

25

570gostaria de propor também para se abrir alguma discussão ou se podemos  
571encaminhar dessa forma?

572

573

574**O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – Uma pergunta, nós  
575encaminhamos ao CONAMA as indicações de representantes?

576

577

578**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – É o procedimento normal, o que  
579estamos aqui vamos dizer assim já deixando claro que vão ter duas relatorias e  
580que essas relatorias são a secretaria de portos uma, e o Ministério do  
581transporto outra e aquele processo de sempre que deve estar sendo concluído  
582com essa discussão agora do PROCONVE tem o grupo de trabalho do Dr. (...)   
583que está coordenando que já foi já está em andamento e deve dar depois o  
584informe sobre como esse grupo está andando, então saem agora temos o novo  
585coordenador definido o Ministério do Meio Ambiente, temos as duas relatorias  
586se passa agora a informação para todos os Conselheiros que está aberto a  
587esse grupo de trabalho, aguarda-se as indicações e esperamos que logo que  
588tenham essas indicações têm o prazo de dez dias para fazer as indicações, a  
589partir daí o grupo pode ser já operacionalizado. Então pedir uma celeridade a  
590nossa coordenação do Ministério do Meio Ambiente para realmente nós termos  
591já um trabalhado efetivo aí nesse primeiro semestre, com certeza na primeira  
592reunião deixa essa indicativa de já deixar um informe por parte da coordenação  
593do grupo sobre os andamentos do trabalho até para fazermos essa aferição de  
594tempo que é curto, porque fevereiro na verdade é novembro que temos que  
595tomar as decisões. Então eu acho que com isso.

596

597

598**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Nesse caso a relatoria  
599ficou com o MMA? Coordenação, a relatoria de portos fica com quem?

600

601

602**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A relatoria de águas interiores,  
603vamos dizer assim, fica com o Ministério dos Transportes, a relatoria das águas  
604costeiras fica com a SEP, secretaria de portos. Na realidade não precisa ter  
605aqui, nós lá no Ministério... Não sei se a secretaria de portos e Ministério dos  
606Transportes gostaria de dizer já provavelmente quem, Mônica Nunes pela  
607secretaria de portos, e relatorias o Ministério dos Transportes, Mateus Salomé.

608

609

610**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Nesse caso ficando  
611definido que a coordenação é única geral.

612

613

614**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – O Ministério do Meio Ambiente a  
615coordenação.

616

617

26

27

618 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Os dois subgrupos  
619 então a FURPA se propõem em indicar representantes para os dois  
620 subgrupos?

621

622

623 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Claro sim isso é aberto pode  
624 indicar até mais de um.

625

626

627 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Tenho o prazo de  
628 quanto para indicar?

629

630

631 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Dez dias úteis todos receberão  
632 emails agora comunicando que está criado esse grupo de trabalho com essas  
633 características aí.

634

635

636 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – O povo vai indicar  
637 representantes para os dois subgrupos.

638

639

640 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Isso, todos serão informados os  
641 grupos são abertos o que temos que definir aqui são as coordenações e  
642 relatoria, ok? É isso gente tem mais algum comentário? Então avançamos na  
643 nossa pauta, eu cometi um erro aqui um equívoco que eu não aprovei a nossa  
644 ordem do dia, que eu já cheguei atrasado não sei se tinha sido aprovado.  
645 Vamos impugnar a discussão então. Eu queria saber se tem algum comentário  
646 em relação à ordem do dia que temos 5 pontos na ordem do dia?

647

648

649 **O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não sei se você acha que  
650 seria correto, mas seria interessante talvez invertermos na pauta passando o  
651 item 3.3 para a próxima discussão? Porque é uma coisa muito específica de  
652 máquinas agrícola e rodoviária que os outros demais itens Os outros dois são  
653 de motos, tanto a nova fase do PROMOT como a questão da revisão da  
654 próxima 18, se poderíamos fazer essa inversão e?

655

656

657 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Considerando que o público é  
658 praticamente o mesmo para as duas resoluções acho que não haveria muito  
659 problema. Todos concordam? Então nós invertemos passamos o ponto 3.3  
660 para próximo e a 418 vai ficar para depois do almoço. Então vamos partir para  
661 o próximo então, está aprovada a nossa ordem do dia com essa alteração e  
662 passamos então ao assunto máquinas agrícolas e rodoviárias PROCONVE.  
663 Temos então na reunião passada foi apresentada a proposta de resolução e  
664 foram feitos dois pedidos de vista CNI e FURPA. Eu passo a palavra então a  
665 FURPA, então Wanderley CNI.

28

29

666

667

668 **SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – (CNI – Bom dia a todos.  
669 Basicamente nós apresentamos aqui eu vou chamar o nosso colega aqui da  
670 ANFAVEA que é representante que tratou da discussão do tema para nos falar,  
671 mas o que a CNI apresentou foi a reafirmação da importância dessa resolução  
672 destacando alguns pontos que são essenciais no relatório. Nós não fizemos a  
673 princípio nenhuma modificação é o texto que foi apresentado na última reunião,  
674 e a ideia nossa é realmente focar a discussão pontual aprovar o texto base e  
675 aprovar algum tipo de emenda que algum Conselheiro porventura queira fazer,  
676 então a CNI de fato o relatório de pedido de vista dela não apresentou  
677 nenhuma novidade, nenhuma modificação está dentro daquilo que discutimos  
678 na reunião anterior. O Daniel Zacher aqui da ANFAVEA pode falar algo mais  
679 para nós e se vocês tiveram mais alguma dúvida a respeito da proporção de  
680 texto e basicamente era isso que tínhamos que apresentar aos senhores.

681

682

683 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado. Dr. Francisco ali o  
684 ponto 3.3 que ficou como segundo de discussão tem o parecer do pedido de  
685 vista da FURPA, o senhor poderia apresentar seu relatório?

686

687

688 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – O relatório que está  
689 pautado no pedido de vista, a ANFAVEA fez aquele sobre o pedido de vista  
690 algum relato que todo mundo já deve estar em mão aí, o presente relatório a  
691 finalidade emitiu o posicionamento sobre a decisão de nova resolução  
692 logicamente que cuida de máquinas agrícolas e rodoviárias nas exigências do  
693 programa de controle poluição do ar por veículo automotor apresentado na 45ª  
694 reunião de controle e qualidade ambiental. O histórico que se colocou que a  
695 inclusão de máquinas de controle dentro de uma ótica de redução e posição é  
696 de suma importância não há nenhum questionamento sobre a importância, o  
697 que se questionou aqui foi primeiro a metodologia de encaminhamento ela não  
698 foi um produto que veio oriundo de GT, foi discutido a nível de IBAMA buscou  
699 subsídios, ouviu setores diversos, mas alguma conclusão aqui com relação a  
700 necessidade de se avaliar a tabela 1 o limite e bem como o cronograma de  
701 vigência de sua aplicabilidade, e o caso que se colocou é que haveria a  
702 necessidade de antes de submeter a Câmara Técnica que fosse feito um  
703 seminário ou audiência para apresentar o produto já discutido a nível de  
704 governo, de setor técnico e acadêmico que a sociedade não participou dessa  
705 discussão, e isso foi a proposta que colocou quer dizer considerando  
706 importantíssima os trabalhos realizados, mas o que faltou aí foi a metodologia  
707 de encaminhamento porque veio a nível de governo a nível setor do Governo,  
708 mas na foi discutido não foi colocado para o conhecimento, então seria uma  
709 maneira ou apresentar um seminário ou através de uma audiência o produto da  
710 Câmara Técnica aprovar a proposta de reversão.

711

712

**713O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado Dr. Francisco. Queria  
714explicar só como é a nossa questão de procedimento na realidade qualquer  
715Conselheiro pode apresentar uma proposta de resolução, essa proposta de  
716resolução entra e passa por uma avaliação técnica do MMA ou IBAMA, a partir  
717desse momento tem essa avaliação técnica ela é pautada aqui na Câmara  
718Técnica, a Câmara técnica existe a possibilidade de criar grupo de trabalho se  
719entender se há necessidade de uma discussão, vamos dizer assim  
720complementar aquela que já foi, vamos dizer assim que deve ser apresentada  
721e deve ser esclarecida a todos para que dê condição que construa a sua  
722convicção, e não existe a obrigatoriedade de criar o grupo de trabalho só estou  
723colocando assim sobre o aspecto de procedimento vou abrir a palavra depois  
724para comentários de todos. Porque a partir do momento que chega uma  
725proposta de resolução e a câmara entende que está em condição de avaliar  
726qual o movimento que se faz? Se aprovar o texto base se pergunta se tem  
727emenda se destaques e aí se abre a discussão, só esclarecer essa questão de  
728procedimento o procedimento é esse, agora cabe a câmara avaliar qual o  
729melhor encaminhamento em relação às possibilidades que nós temos aí de  
730conduzir essa discussão.

731

732

**733O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – A proposta é  
734importante se considerando importante, a única coisa diante da importância da  
735proposta valeria a pena ser apresentado num seminário numa audiência o  
736produto antes de Câmara Técnica aprovar, quer dizer mesmo que o direito de  
737cada Conselheiro apresentar a proposta, mas diante da importância e da  
738complexidade do conteúdo seria interessante submeter-se para o  
739conhecimento do setor através de um seminário ou então de audiência pública.

740

741

**742O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Isso Dr. Francisco concluiu? Dr<sup>a</sup>  
743Patrícia.

744

745

**746A SR<sup>a</sup> PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu gostaria de pedir a  
747CNI que convidasse o representante da ANFAVEA para falar um pouquinho até  
748para poder tranquilizar aqui a questão da Sociedade Civil, que embora é um  
749assunto complexo a forma como ele foi tratado ele foi tratado da forma mais  
750abrangente possível, estou entendendo que não há o que se aprofundar nós  
751estamos num nível de regulamentação que não chega há um detalhe que exija  
752esse tipo de aprofundamento, foi o eu entendi do que eu li e foi o que entendi  
753do parecer da CNI. Eu gostaria de convidar Dr. Volney se permitir, para que ele  
754possa falar um pouco porque ele é o fabricante então ele então tem toda...

755

756

**757O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – E depois gostaria de ouvir o  
758Ministério do Meio Ambiente o IBAMA também sobre orientação que o  
759Ministério do Meio Ambiente tem em relação com essa temática. Por favor, Dr.  
760Daniel Zacher.



33

761

762

**763O SR. DANIEL WERNER ZACHER (ANFAVEA)** – Bom dia a todos. Essa  
764proposta ela iniciou suas discussões em 2003 e de 2003 para cá ela foi fruto de  
765um alinhamento de 3 entidades setoriais, secretaria ANFAVEA que representa  
766os fabricantes de máquinas agrícolas, ABIMAC que representa os fabricantes  
767de máquinas rodoviárias ou máquinas de construção e também a AEA  
768associação nacional de engenharia automotiva que reúne também o aspecto  
769da sociedade ligados a engenheiros automotivos, acadêmicos, fabricantes de  
770auto peças e entidades governamentais. Essa proposta ela foi, teve a  
771coordenação do IBAMA o Paulo vai poder conversar um pouco sobre isso e  
772também teve a participação da Petrobrás e da MP, até porque uma proposta  
773dessa monta, desse porte é obviamente que necessita ter a visão também do  
774combustível, ou seja, não se tem emissões sem o combustível adequado, é  
775importante frisar também que a proposta ela não está criando a roda na  
776verdade se insere no âmbito do PROCONVE que esse ano completa 25 anos e  
777essa proposta de inclusão de máquinas agrícolas e máquinas rodoviárias na  
778verdade ela é uma evolução natural do PROCONVE que iniciou com veículos  
779leves depois teve a inclusão de caminhões e ônibus, e agora como uma  
780evolução natural à inclusão de máquinas agrícolas e rodoviárias. Então já  
781existe uma base uma estrada asfaltada justamente para inclusão desse tipo de  
782produtos, então a nossa visão é que teve sim nesses mais de sete anos a  
783oportunidade de discussão e apresentação em vários eventos, várias  
784conferência a indústria como um todo ela pôde de uma forma bastante  
785abrangente discutir esse tema e então, ou seja, não é algo que surgiu ano  
786passado na verdade é algo que vem sendo discutido há muito tempo.

787

788

**789O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Por favor, IBAMA. Dr. Paulo ou  
790Rudolf do Ministério sua manifestação e orientação.

791

792

**793O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Na verdade, tudo o que o Daniel falou é  
794verdade, a gente vem discutindo, até porque o escopo da Resolução ela não é  
795complicada, na verdade ela estabelece limites, determina como medir esses  
796limites e o prazo para o cumprimento porque todos os outros procedimentos  
797relativos a ela já estão regulados em outras Resoluções do PROCONVE, como  
798foi bem dito, nós estamos apenas inserindo mais um categoria de veículos,  
799controles, em todos os controles do PROCONVE. Então não é criar, não  
800estamos criando um novo programa para máquinas agrícolas, na verdade, o  
801programa já existe e estou incluindo mais uma categoria de veículos.  
802Simplesmente isso, com prazos que podem ser incluídos ou não, se incluir,  
803tudo bem, é mais uma categoria do veículo que está sobre o controle do  
804PROCONVE, está com o controle de emissões e estamos usando tecnologia  
805de ponta ou máquina melhor, se não incluir vai ficar do jeito que está hoje ou  
806como sempre esteve. Então eu acho que é uma iniciativa de suma importância  
807no sentido de agregar mais porque vai vir mais, nós já estamos pensando em  
808Jet Ski, depois em avião, tudo quanto for motor, o programa é de controle e

34

809 poluição do ar por veículos automotores. Então, naturalmente tem o  
810 cronograma com questão de prioridade, vem primeiro o automóvel, depois os  
811 veículos pesados, depois as motocicletas e assim vai. Agora máquinas  
812 agrícolas e daí a algum tempo vai entrar motosserra e tudo que tiver motor que  
813 possa emitir alguma coisa, pode estar dentro do escopo do PROCONVE.

814

815

816 **O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE) –**

817 Acho que é importante frisar e até para te dar uma tranquilidade, na verdade,  
818 esse assunto já passou por vários seminários, como foi dito ele vem sendo  
819 discutido há muito tempo, não é de hoje, a proposta pareceu agora na Câmara  
820 Técnica, mas é uma discussão que a sociedade participou, que todo mundo  
821 participou. E o bom disso daí é que o próprio setor tomou a iniciativa de se  
822 adiantar até perante ações que normalmente acontecem o contrário. De certa  
823 forma estamos atrasados como o Paulo Macedo colocou não se muda nada, é  
824 mais uma categoria dentro do PROCONVE que já existe e está fazendo 25  
825 anos, as metodologias são as mesmas, o processo é o mesmo, apenas está se  
826 incluindo uma categoria nova e que é de fundamental importância. Não  
827 podemos deixar isso para fora. Se ganha em termos de internos na qualidade  
828 do ar e se ganha em termos de mercado externo que para a indústria isso  
829 também é muito importante porque você tem o reflexo de poder exportar isso  
830 ou não, se isso não atende a regulamentação que já existe em países lá fora,  
831 nós estamos perdendo mercado, e mais ainda, estamos prejudicando o próprio  
832 trabalhador brasileiro. Então nós só temos a ganhar com isso. Eu acho que ela  
833 está em ponto de ser votada aqui mesmo, eu diria até que na reunião passada  
834 ela poderia ter sido aprovada.

835

836

837 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Obrigado Dr. Schettino. Dr.

838 Rudolf, Ministério do Meio Ambiente.

839

840

841 **O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA) –** Queria reforçar a importância da

842 tramitação dessa Resolução porque nós estamos incorporando aí ao mercado  
843 regulado mais um importante segmento. É uma Resolução como todas do  
844 PROCONVE que traz prazos e fatores de emissão. Em relação aos fatores de  
845 emissão hoje, se nós fôssemos abrir uma discussão sobre isso, nós mesmos  
846 do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA não teríamos condição de  
847 aprofundar a discussão sobre de cada um dos poluentes que está sendo aqui  
848 determinado por quê? Porque é uma primeira fase para esse tipo de motor.  
849 Então ela vai trazer um nivelamento a partir da primeira fase é que nós vamos  
850 ter condições de avaliar melhor cada um dos poluentes que estão sendo  
851 regulamentados e começar a apertar mais aqui, mais ali em função da  
852 experiência que vamos ter da homologação desses motores. Portanto, para  
853 uma primeira fase eu não veria muito como nós abrirmos uma discussão sobre  
854 cada um dos poluentes. Em relação aos prazos, o que para nós como na nossa  
855 área de emissões de qualidade do ar, vocês observem que ele traz para 2015 e  
856 2017, a questão das implementações de máquinas rodoviárias e para 17 e 19,

857o das máquinas agrícolas. Para nós o mais importante são essas máquinas  
858rodoviárias que são usadas intensivamente em ambiente urbano e que trazem  
859um impacto imediato para a qualidade do ar do ambiente urbano. Na verdade,  
860esses tratores estão na área rural, a emissão deles em termos de qualidade do  
861ar é secundária, nós acreditamos também que esse aperfeiçoamento dos  
862motores, além da diminuição dos poluentes vai trazer também um benefício em  
863termos de gases de efeito estufa e aí tanto faz se vai ser no ambiente rural ou  
864urbano, mas o nosso foco como é a questão dos poluentes, então nós  
865acreditamos que a entrada em vigor aqui que têm nos Parágrafos 1º e 2º do  
866Art. 3º que é o primordial e que são as primeiras implementações, as primeiras  
867homologações de motores que estão regulamentados aqui na Resolução.

868

869

870 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Perfeito. Eu acho que é  
871importante essa observação do Dr. Rudolf porque esse é um exemplo que  
872vemos essa convergência entre ou não, uma questão ambiental como  
873elemento de competitividade, de melhoria, de condição tecnológica e que é,  
874vamos dizer assim, que nós temos tanto falado na tal de “economia verde” que  
875é essa relação de mais, de realmente centralidade da questão ambiental ser  
876parte desse processo no desenvolvimento econômico e tecnológico. Bom, mais  
877alguma observação?

878

879

880 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Minha observação é  
881que independentemente da importância que há e já tem ocorrido debate a nível  
882técnico, mas chegamos à fase final de aprovar a proposta de Resolução para  
883levar a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, logicamente eu não vejo  
884porque não temos duas formas de encaminhamento, uma delas seria submeter  
885a um seminário o resultado de uma proposta consolidada ou então uma  
886audiência até levar a aprovação final e a Câmara Técnica essa seria a nosso  
887proposta. Vejo que a questão das máquinas rodoviárias, como foi citada, é  
888muito mais preocupante, mas nós temos uma Resolução que embora esteja  
889complementando máquinas e motores que ficaram fora do programa, ficaram  
890fora, mas estão sendo incluídas agora. Então nós vamos ter uma nova  
891Resolução incluindo novas máquinas. Então não vejo porque nós colocarmos  
892esses produtos, já que estamos tão seguros da qualidade do produto para  
893conhecimento público das partes interessadas. Através de um seminário ou de  
894uma audiência pública.

895

896

897 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Eu vou fazer o seguinte  
898encaminhamento, vou botar em votação o texto base, se for aprovado o texto  
899base a sua proposta está prejudicada, se não entenderam que não é  
900aprovação do texto base, nós discutimos aí desdobramentos e seminário o que  
901seria vamos dizer assim de melhor encaminhamento. Podemos fazer assim?  
902Então eu coloco o texto base em deliberação. Quem é a favor do texto  
903apresentado pelo IBAMA, por favor, se pronuncie.

904

39

905

906 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Aprovação do texto base.

907

908

909 **O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA-ES)** – Aprovação do texto base.

910

911

912 **PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Aprovação do texto base.

913

914

915 **A SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE MARTINS RÊGO (MME)** – Aprovação do texto.

916

917

918 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Sou contra a

919 aprovação do texto básico considerando que nós colocamos que deveria ser

920 avaliar a tabela 1, o limite máximo bem como os prazos do cronograma de sua

921 aplicabilidade. Então por essa razão somos contra aprovação do texto base.

922

923

924 **O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –

925 Aprovação do texto base.

926

927

928 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então majoritária aprovação do

929 texto base, claro sem abrir mão aqui de possíveis emendas que queiram, ache

930 adequado fazer. O texto base está aprovado e abro então a palavra para

931 apresentação de emendas.

932

933

934 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Só quero que coloque

935 que não foi aprovado por unanimidade.

936

937

938 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Foram cinco votos favoráveis,

939 uma abstenção do Ministério e um contrário da FURPA. Ok? Mas amplamente

940 majoritária da proposta de aprovação do texto base. Bom, abro então para as

941 emendas. Alguém tem alguma proposta de emenda? Se não houver proposta

942 de emendas, nós encaminharemos, já aprovaremos o texto, o texto já está

943 aprovado e será encaminhado automaticamente à Câmara de Assuntos

944 Jurídicos.

945

946

947 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só uma observação na

948 ementa, é que o texto é claro em relação a veículos novos, caberia no caso de

949 colocar veículos novos aqui na ementa também? Dispõe sobre a inclusão de

950 máquinas agrícolas e rodoviárias novas nas exigências do programa. Na

951 ementa.

952

41

953

954 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – IBAMA algum comentário com  
955 relação a essa proposta?

956

957

958 *(Intervenção feita fora do microfone)*

959

960

961 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Pois é, assuntos jurídicos mudam  
962 *(Risos!)* não vamos dar trabalho para eles senão eles arrumam coisas. Eu  
963 Acho assim, tecnicamente está consistente, nós temos aí a validação por parte  
964 de vários setores, principalmente IBAMA, Ministério do Meio Ambiente que  
965 estão nos orientando nesse processo, temos Dr. Schettino que tem participado  
966 ativamente dessas discussões, tivemos aqui o próprio setor trazendo essa  
967 proposta e vemos com muitos bons olhos essa convergência, essa  
968 preocupação da questão ambiental, questão tecnológica, esse processo de  
969 competitividade que também se estabelece a partir de normas ambientais. E se  
970 não há nenhuma observação adicional, nós damos o texto por aprovado e  
971 encaminhamos para a Câmara de Assuntos Jurídicos. Então encerrado esse  
972 ponto. Vamos passar então já para o 418, essa é talvez um pouquinho mais  
973 complicado, essa discussão. O encaminhamento anterior seria... Que nós  
974 fizemos na última reunião. Bom, vamos aqui... O que nós decidimos na última  
975 reunião? Nós apresentamos então, nós retomamos aquela discussão que já  
976 tinha iniciado praticamente logo após a aprovação Plenária da 418, essa sim foi  
977 em novembro de 2009, já eu me lembro no início de 2010 ocorreram aquelas  
978 modificações e nós tivemos uma reunião, eu acho por abril ou maio, não me  
979 lembro assim, em que se discutiu com o qual melhor encaminhamento poderia  
980 se dar a essa discussão da tabela 3 da 418, onde alguns setores identificaram  
981 com problemas. Nós naquela época achávamos que tinha uma certa urgência  
982 porque... Uma urgência urgentíssima mesmo por causa do prazo que  
983 começaria já ter efetividade a Resolução, ter eficácia a Resolução e nós  
984 teríamos problemas com aquelas, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro  
985 que já estavam com seus programas de inspeção veicular em andamento.  
986 Então nós vimos, quando nós percebemos que tinha depois um prazo para  
987 implementação, para eles fazerem a adequação, diminuiu o ritmo da discussão  
988 e naquela época tínhamos pensado em fazer solicitação para o Governo do  
989 Estado de São Paulo, uma consulta, a própria Plenária do CONAMA sobre a  
990 questão de tentar acelerar esse processo, que era basicamente essa a ideia  
991 que nós tínhamos, até prevendo que rever uma Resolução logo depois dela ter  
992 sido aprovada era um processo desgastante, mas não foi o caso. Então esse  
993 processo teve uma condução mais cautelosa no sentido de não haver essa  
994 necessidade de urgência e tivemos um tratamento, chegamos ao ponto da  
995 última reunião em que retomamos essa discussão e houve aí um pedido de  
996 vista de várias entidades aqui presentes que são Eco Juréia, CNI, FURPA e  
997 ANAMMA Sudeste e nós pedimos para o próprio pessoal da prefeitura de São  
998 Paulo, Dr. Schettino fazer um levantamento nos dados que eles têm, vamos  
999 dizer assim, que é a melhor base de dados que nós temos aí sobre inspeção  
1000 veicular até para nos orientar um pouco na vida real da implementação dessas

42

1001Resoluções que nós aprovamos no Conselho Nacional de Meio Ambiente.  
1002Então a ideia seria que nós fizéssemos agora apresentação do pedido de  
1003vistas de Eco Juréia, não sei, Eco Juréia não está mais na Câmara, mas que a  
1004CNI, a FURPA e a... Terminaríamos aí pela apresentação da ANAMMA  
1005Sudeste, que na realidade o pedido de vista dela é já é essa sistematização  
1006das informações que eles têm na base de dados da prefeitura de São Paulo.  
1007Podemos fazer assim? Então eu passo primeiro para a CNI, o pedido de  
1008vistas, apresentar o relatório.

1009

1010

1011**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Vou chamar o nosso  
1012representante do setor, por favor. Na verdade nós reforçamos aquilo que nós  
1013tínhamos apresentado na Câmara Técnica há quase um ano atrás, com  
1014alteração do valor porque, na verdade, o que aconteceu? Foi apresentado um  
1015valor, foi acordado pela Câmara, votado e aprovado, quando chegou à Plenária  
1016mudou-se e mudou-se muito, não se mudou pouco, reduziu cinco vezes o  
1017valor. Com base nisso o setor nos procurou, nós apresentamos uma  
1018documentação a respeito disso e o intuito inicial era voltar àquilo que tinha sido  
1019aprovado na Câmara. Nesse meio ínterim houve uma negociação com parte do  
1020Governo e viu-se que poderia se apertar mais os valores e foi reduzido os  
1021valores inicialmente de cinco para três e meio, quer dizer, redução em torno de  
102230% que seria a proposta hoje em termos de emissão para o item que  
1023queremos modificar na 418 para motos. Eu vou pedir agora ao Sérgio da  
1024ABRACICLO para explicar um pouco mais em detalhes essa questão e o nosso  
1025parecer basicamente é esse.

1026

1027

1028**O SR. SÉRGIO DE OLIVEIRA (ABRACICLO)** – Bom dia a todos. Eu sou  
1029Sérgio da ABRACICLO. Bom, a nossa correspondência encaminhada; já  
1030encaminhamos algumas correspondências anteriores acerca do tema  
1031mostrando um pouquinho da nossa preocupação com relação aos índices  
1032atualmente praticados na Resolução 418. Dentro dessa proposta que nós  
1033encaminhamos aqui, nós levamos em consideração algumas informações,  
1034principalmente no que se refere à homologação de veículos porque os valores  
1035até então constantes nessa Resolução foram baseados na homologação de  
1036veículos novos que é uma realidade diferente da frota que circula hoje no País.  
1037Então nós fizemos essa proposição com base nessa tabela que consta na  
1038nossa correspondência e também apresentamos algumas outras informações,  
1039até se pudesse subir um pouquinho a correspondência... Que é basicamente  
1040dentro daquilo que nós informamos se baseou muito nos dados de  
1041homologação do veículo e também que existem modelos, inclusive,  
1042homologados com valores acima desses que estão sendo estabelecidos na  
1043Resolução. Então a nossa proposta é uma proposta de forma conciliatória no  
1044sentido de chegarmos aí a um acordo com relação a isso, para que não se  
1045comprometa nem o fabricante e nem o programa. Nós somos amplamente  
1046favoráveis ao Programa de Inspeção Veicular. Então nós não queremos  
1047comprometimento para nenhum dos lados.

1048

1049

1050 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Agradeço. Passo ao Dr. Francisco da FURPA para apresentar seu do relatório.

1052

1053

1054 **SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** – A apresentação vai ser depois?

1056

1057

1058 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu tinha deixado por último a Sudeste para apresentar o pedido de vista e depois fazia a apresentação, mas pode ser depois, apresenta o pedido de vista e fala o Dr. Francisco e depois a ANAMMA Sudeste faz a apresentação. Alguém tem alguma objeção?

1062

1063

1064 **SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –

1065 Nosso pedido de vista vai na mesma linha da ABRACICLO, basicamente estamos só mudando os limites, mas nós estamos mantendo o conceito de que foi feita uma aprovação nessa Câmara Técnica de um trabalho do Grupo de Trabalho e, inclusive previa que para motos 2010 em diante iriam ser levantados os resultados IM e a partir daí iria ser especificado os valores. Era isso que estava previsto, na verdade naquela época nem foram previstos os valores para as motos 2010 e qual foi a nossa surpresa que na Plenária apresentaram uma outra proposta que acabou saindo vencedora e isso deixou claro para nós que praticamente temos... São dois programas que estão em andamento no Brasil, o nosso e o do Rio, isso segundo as nossas estatísticas iria trazer um transtorno muito grande. Como a 418 previa que os programas teriam dois anos para se adequar àquele estipulado, nós usamos nesse Artigo e não estamos aplicando os limites aplicados a 2010, aplicando só aquilo que efetivamente o Grupo de Trabalho tinha definido. Então estamos apresentando agora como proposta, aí sim, feita com base na estatística do Programa de Inspeção Veicular, não é uma proposta simulada, é uma proposta já com os dados muito bem embasados do que realmente podemos esperar. De forma que você realmente possa ter um bom resultado para o Programa. Nós estamos atuando aí das duas formas, ou seja, estabelecendo limites possíveis tecnicamente, que ocorrem na prática com o combustível normal de mercado e, que de alguma forma, também nos dê condição de garantir que se reprovem os veículos que não estejam em condições adequadas. É muito importante no programa de IM essa questão dos limites porque no fundo, a metodologia, o procedimento de ensaio é um procedimento simples e o que garante realmente a qualidade da manutenção de veículo é você estabelecer muito bem esses limites. Por isso que nos preocupa. Então a proposta é manter aquilo que já estava definido, inclusive na 418 hoje 2009 passa a ter resultados mais apertados o CO passa para 1%, nós adotamos uma Portaria do IBAMA que possibilitou a fabricação dos modelos 2009 ainda de acordo com 2008. Então existe uma boa parte da produção de 2008 que está como fosse 2008 e isso não é possível diferenciar no mercado, ela não tem nenhuma diferenciação da moto, de uma para outra. Então para os Programas de IM isso passa a ser

1097inviável você fazer uma distinção. Então nós entendemos e a estatística depois  
1098na apresentação que vou fazer mostra isso, ou seja, as motos 2009 têm  
1099exatamente o mesmo comportamento das de 2008. Então se mantém os  
1100limites de 2009 iguais aos estabelecidos para 2008 e a partir de 2010 nós  
1101estabelecemos, mantivemos os limites anteriores e para 2010 estabelecemos  
1102duas faixas de limites, menor que 250 cilindradas, CO de dois e meio, HC  
1103600ppm e maior que 250 dois de CO e 400 de HC e também estabelecemos  
1104que existem algumas motos, mas muito poucas, nossa estatística mostra que  
1105algumas marcas estão fora da curva, mas isso representa menos do que 90%  
1106da população de motos, nós estabelecemos a possibilidade de um WAYER, ou  
1107seja, se ela foi homologada com valor superior a isso ou se no decorrer do  
1108processo de inspeção isso ficar caracterizado, que realmente aquele modelo  
1109não tem condição de atingir ele pode pedir um WAYER e aí valendo os valores  
1110de 2008. Por que nós estabelecemos isso? Porque boa parte das motos eu  
1111diria, como eu disse mais de 90% delas tem total condição de atingir isso e  
1112menos o que isso. Então se você abre muito o valor, essas quando tiverem  
1113problemas nós podemos não pegar. Vamos estar aprovando, a maior parte da  
1114população de motos, aprovando um moto que está com problema, está  
1115emitindo mais do que devia e para uma população muito pequena, nós  
1116estaríamos dando um limite que é apertado para ela e assim mesmo o ganho  
1117seria pouco. Então nós optamos por uns limites mais restritos do que a  
1118ABRACICLO apresentou, mas com a possibilidade de um WAYER. Eu deixo a  
1119explicação depois para a apresentação e daí ela é mais contundente.

1120

1121

1122**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vou só fazer uma observação o  
1123seguinte, nós aqui não estamos partindo de um texto base, então é importante  
1124que depois na hora do meio dia... Nós temos que de qualquer jeito ter uma  
1125proposta de Resolução com o Art. 1º, 2º, 3º, se tiver alguma coisa. Então na  
1126hora, meio dia nós vamos ter que pedir para o Ministério do Meio Ambiente  
1127coordenar essa elaboração desse texto base e aí adota e destaca a tabela e  
1128discute as diferenças. Para mim ainda não está claro diferença entre a tabela  
1129da ABRACICLO, a tabela... Nós vamos ver isso na hora que debruçar sobre  
1130essa questão e o que é diferente em relação ao que foi aprovado na 418 e o  
1131porquê, essa discussão nós temos que fazer hoje a tarde. Dr. Francisco.

1132

1133

1134**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Bom, com relação a  
1135418, sabe-se que essa matéria já tinha sido apreciada pelo Plenário e que teria  
1136sofrido alteração a tabela. O Plenário tomou deliberações na época e após  
1137alteração, a análise e a discussão que aprovou tabela, na tabela que é  
1138diferente daquela encaminhada pelo Grupo de Trabalho, a própria Câmara  
1139Técnica e não atenderam, no nosso entendimento, o, fabricantes automotores  
1140e o Ministério do meio Ambiente retomou a discussão sem a consulta à  
1141Plenária do CONAMA. Então pelo levantamento histórico, nós temos que fosse  
1142mantido e que foi decidido no Plenário e a proposta é que fossem respeitadas  
1143as decisões emanadas da Câmara... Sejam respeitadas todas as decisões  
1144anteriores, demandadas da Câmara Técnica, que o assunto seja submetido à



1145análise da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e a posterior deliberação da  
1146Plenária do CONAMA porque embora já tenhamos avançado na melhoria de  
1147tabela, mas isso seria para tentar anular a deliberação e sempre consultando o  
1148Plenário aquele que tinha sido decidido anteriormente.

1149

1150

1151**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – É que eu acho que  
1152nós ficamos retomando umas discussões que são tão primárias sobre o ponto  
1153de vista de procedimento de Plenário e tudo mais, a Câmara Técnica é uma  
1154câmara assessora ao Plenário, se houve algum erro técnico durante o Plenário,  
1155e é isso que se está discutido, cabe sim a Câmara Técnica assessorar esse  
1156Plenário para avaliar. Quem vai decidir se houve ou se não houve continua  
1157sendo o Plenário, ninguém está tirando soberania de decisão de Plenário. Só  
1158que normas técnicas e até leis são causas pétreas, as coisas mudam, evoluem,  
1159avançam, ainda bem senão estávamos com a escravidão até hoje. Então nós  
1160precisamos não gastar tempo com essas coisas procedimentais que são  
1161elementares, a Câmara Técnica é assessora ao Plenário, cabe a ela chamar  
1162atenção tecnicamente do Plenário sobre algum problema que tecnicamente foi  
1163acordado e decidido. Se o Plenário quiser continuar com o erro, ele é  
1164soberano, ninguém está impondo nada, agora impedir uma Câmara Técnica de  
1165trabalhar sobre temas que é de competência dela? Então já não estou  
1166entendendo mais nada. Então para quê Câmara Técnica se o Plenário não  
1167precisa de Câmara Técnica? Ele mesmo decide tecnicamente muito bem, não  
1168precisa nós virmos aqui e ficar discutindo tecnicamente com tanto detalhe. Nós  
1169somos assessores técnicos do Plenário e estamos aqui num trabalho de  
1170competência legal de assessoria técnica ao Plenário. É só isso que estamos  
1171fazendo. Eu não estou entendendo mais nada.

1172

1173

1174**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Queria só completar,  
1175nós não estamos tirando aqui a competência da Câmara Técnica de  
1176assessorar o Plenário, o que nós estamos colocando é que cabe à Câmara  
1177Técnica esclarecer ao Plenário o que estava errado e devolver a ele o direito  
1178de corrigir o erro e tomar uma deliberação nova, mas é isso que estamos  
1179colocando, por isso a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos deveria ser  
1180encaminhada levar ao Plenário para tomar conhecimento da falha que  
1181aconteceu, mas que ela que tome a decisão de corrigira sua própria falha  
1182porque ela é soberana para isso, e tenho certeza que ela vai acatar as  
1183recomendações técnicas da correção assim proposta.

1184

1185

1186**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom, eu acho que não há dúvida  
1187aqui sobre a competência de Câmara Técnica de revisar essa questão de  
1188submeter à Plenária. Então eu acho que nós continuamos nessa discussão, se  
1189houver algum entendimento da FURPA que é importante dar um informe na  
1190Plenária em que está se trabalhando essa discussão, pode até dar esse  
1191informe, mas não me não me parece que nós precisemos pedir autorização  
1192para ao Plenário para poder fazer essa discussão. Eu acho que isso é ponto

1193pacífico entre nós. Então vamos continuar a discussão, então, por favor, Dr.  
1194Schettino a apresentação.

1195

1196

1197**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Antes da  
1198apresentação Schettino, será que o Adriano poderia colocar, você poderia  
1199colocar na tela a proposta da ABRACICLO e a proposta... Até para quando o  
1200Schettino for falar nós estarmos na cabeça com o conceito para sabermos o  
1201porquê de um e porquê de outro.

1202

1203

1204**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Tem duas propostas aí, tem duas  
1205discussões aí que estão sendo feitas, uma que é esse entendimento que a  
1206ABRACICLO está trazendo e outro entendimento em cima que a própria  
1207prefeitura de São Paulo...

1208

1209

1210**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Vemos efetivamente  
1211as diferenças e aí na hora que ele for falar nós entendemos.

1212

1213

1214**O SR. SÉRGIO DE OLIVEIRA (ABRACICLO)** – Justamente aos índices de  
12152010 que é onde nós estamos trabalhando, orientar a aqui onde os demais  
1216onde estão preservados. Só vamos nos ater aos de 2010.

1217

1218

1219**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós queremos ver esse contexto  
1220todo até porque depois vamos discutir por que cada um chegou a essa  
1221conclusão.

1222

1223

1224**O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Eu vou só chamar atenção para uma  
1225coisa. Quando se fala em número Patrícia, nesse caso específico, o limite aí  
1226isso eu nem chamo de limite, na verdade, era para chamar por um padrão ou  
1227parâmetro, porque na verdade ele é um parâmetro do Estado de manutenção  
1228do veículo, quanto menor for esse número mais certamente pelos gráficos que  
1229ele vai mostrar mais veículos vão ser, digamos, reprovados. Veja bem, não é  
1230um valor quantitativo, não é um valor quantitativo, mas sim uma medida  
1231qualitativa. Então é o seguinte, se diminuo ele para zero vou reprovar todo  
1232mundo, se botar um reprovado menos. Volto a insistir que o objetivo dos  
1233Programas de Inspeção não é esse, reprovar ninguém, na verdade, é criar uma  
1234cultura do proprietário do seu veículo de fazer a manutenção preventiva do  
1235veículo, essa que é a coisa que tem que estar na cabeça de todo mundo aqui.  
1236Então esse número aí é simplesmente para definir, vou reprovar mais ou  
1237menos. Então, no início de programa, eu não acho que seja simpático ao  
1238público que você está querendo convencer no sentido de criar uma cultura  
1239nova em relação ao seu veículo, sair reprovando todo mundo, acho que não é  
1240simpático. Você primeiro tem que criar o hábito, aí sim, quando todo mundo já

1241tiver esse hábito você pode até apertar mais lá no futuro um pouco. Então, só  
1242para tentar botar na mesa o argumento de que esse valor não é um limite de  
1243emissões, esse valor não é quantitativo, ele é qualitativo.

1244

1245

1246**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado Paulo. Talvez fosse  
1247interessante em algum momento no relatório na Comissão de Complemento  
1248que o PROCONVE vai fazer mencionar essas questões porque é uma visão  
1249mais de gestão e submete um pouco. Vamos só entrar na discussão senão  
1250acabamos o...

1251

1252

1253**O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –

1254Só para complementar o que o Paulo colocou. É exatamente por isso que nós  
1255estamos questionando os valores aprovados na Plenária, que o valor colocado  
1256lá, nós vimos, tem uma reprovação em 90%. Então não é esse o intuito, de  
1257você reprovar todo mundo, é realmente você estabelecer um limite, um padrão  
1258em que o veículo tenha toda condição tecnológica de atingi-lo e que está  
1259dentro da média e da condição que mostra que realmente ele está dentro de  
1260uma boa condição de manutenção. Essa é a nossa estatística e levou para  
1261esses limites que nós apresentamos. Bom, a apresentação que vou fazer na  
1262verdade é de todo o programa, não só das motos, eu termino com as motos,  
1263mas acho interessante já que esse assunto vem sendo discutido nos últimos  
1264anos e muito se fala com resultado de IM, qual o resultado de IM, IM tem  
1265resultado, IM não tem resultado. Então de certa forma, acho que a primeira  
1266parte da apresentação é um pouco de dar uma satisfação a essa Câmara  
1267Técnica daquilo que ela votou, daquilo que ela ajudou a implementar e quais  
1268são os resultados que nós estamos obtendo com o trabalho realizado aqui. E aí  
1269nas últimas transparências eu falo especificamente da estatística de motos. Eu  
1270vou falar de diesel em primeiro lugar, aqui é um retrato da frota, do que foi  
1271inspecionado e basicamente como está dividida. Nós temos uma frota grande  
1272de veículo diesel leve, depois vêm os caminhões e por fim, os ônibus.  
1273Praticamente mais de... Quase 120 mil veículos foram inspecionados em 2010.  
1274E aqui nós já estamos mostrando o primeiro resultado do ganho que você tem  
1275com a inspeção veicular, é uma comparação de diesel leve e diesel pesado nos  
1276três anos do programa, onde na curva azul nós podemos verificar como é que  
1277o que veículo chegou e na curva vermelha como é que o veículo ficou, ou seja,  
1278todo esse GAP entre a curva azul e a curva vermelha, esse foi o ganho  
1279ambiental que o programa acabou trazendo para o município de São Paulo. Aí  
1280nós fazemos uma comparação e o que é interessante? Um pouco contra o que  
1281o Paulo colocou, contra não, mas uma complementação. Se fala muito em criar  
1282a cultura da inspeção e aí nós mostramos que essa cultura ainda não está  
1283arraigada no proprietário, está mais arraigada no próprio serviço do que no  
1284proprietário. Se você ver as curvas de entrada, todos os anos praticamente  
1285eles tiveram praticamente a mesma curva, ou seja, o índice de reprovação foi  
1286muito parecido, o índice de emissão foi muito parecido da curva de entrada, em  
1287compensação, quando a curva final passa a ter um residual cada vez maior, ou  
1288seja, os serviços de reparo estão melhorando. Enquanto no primeiro ano nós

1289tivemos um ganho menor, nos últimos dois anos esse ganho foi maior e isso é  
1290a conclusão que nós podemos chegar, ou seja, hoje a oficina está realmente  
1291preocupada em fazer um bom trabalho para que o cara não seja reprovado de  
1292novo na inspeção, mas não existe tanta preocupação do proprietário em fazer a  
1293manutenção preventiva e por isso que é importante, quer dizer, a inspeção  
1294anual, o conceito ainda não foi assimilado, quer dizer, todo ano ele não faz a  
1295manutenção que deveria fazer tanto é que os índices são os mesmos nos três  
1296anos. Aí uma média de emissões mostrando por fase do PROCONVE como é  
1297que isso... Como se portou e o interessante verificar que os veículos  
1298reprovados depois da inspeção passam a ter o mesmo nível de aprovação dos  
1299veículos aprovados na primeira inspeção, ou seja, de novo mostra a influência  
1300do programa, a boa atuação do programa. Na questão de automóveis e motos,  
1301falando agora do ciclo auto, aí uma divisão por fases PROCONVE, temos uma  
1302grande quantidade no caso de automóveis da fase L3 e L4 e na questão de  
1303questão de motos na fase M2. Ali um gráfico de quilometragem anual, ela vai  
1304decrecendo e isso já é sabido, conforme a idade do veículo. Isso também é  
1305um dado interessante porque no Programa de Inspeção Veicular nós anotamos  
1306a quilometragem de todos os veículos quando chegam. Então a partir daí foi  
1307possível tirar uma estatística de quilometragem média por ano. E aqui os  
1308benefícios também na questão; da mesma forma que foi mostrada para o  
1309diesel; do que aconteceu com os veículos autos, os veículos a álcool, a  
1310gasolina e flex. Bom aí é interessante que a tecnologia flex. é sem dúvida a  
1311melhor de todas, os níveis de emissões dos carros *flex* são muito mais baixos  
1312do que qualquer outra tecnologia, embora eles sejam homologados da mesma  
1313forma, tenha os mesmos limites, o que você verifica na inspeção é que os  
1314níveis de emissões do carro *flex* e não é só porque ele está com etanol é  
1315porque você ver os veículos de etanol eles têm uma emissão relativamente  
1316alta, é a tecnologia realmente que está embarcada. Aí falando de automóveis e  
1317mostrando como foram as médias, a média inicial é a final em termos de  
1318emissão, os veículos a gasolina, um pouco daquela discussão que se fazia por  
1319causa dos 05 e aí fica bem claro que os limites de 05 são até muito superiores  
1320aos limites que estamos encontrando na prática, se você pegar de 2006 em  
1321diante que é 03 o número apresentado é muito menor e isso é média, é  
1322importante frisar que o valor de média é alto, não dá para... Se você fosse  
1323adotar, não adotaria nunca o da média porque você tem valores acima deles.  
1324Então nós estamos muito tranquilos nos valores especificados para  
1325automóveis, se há reprovação não é por causa do limites e esses gráficos  
1326deixam bem claros. E aí, só para vocês termo uma ideia, na questão do *flex*  
1327nós mudamos até a escala do gráfico para poder mostrar o que acontece com  
1328o *flex*, os limites deles são muito menores ainda, enquanto lá nós estamos  
1329falando em algo em torno de 01, aqui nós estamos falando em limites abaixo  
1330de 0,05, ou seja, você estipular 05 para um carro desse não faz sentido, você  
1331simplesmente vai aprovar, se o carro tiver ruim você vai aprovar com 05. E em  
1332parte esse conceito nós estamos usando na questão da moto também. Aí os  
1333resultados com relação a HC, também muito inferiores ao que viemos  
1334adotando, um dos grandes problemas que temos tido são os carros  
1335convertidos, com veículos a gás, eles têm apresentado um índice maior e  
1336interessante, esse foi um grupo em que nesse segundo ano houve uma

1337melhora. No primeiro ano a reprovação foi 80% de carros que haviam passado  
1338inclusive por certificação do INMETRO das OIS e eram reprovados, esse ano  
1339eles já estão chegando mais muito mais bem ajustados, ou seja, nesse ponto  
1340realmente a inspeção atuou fortemente e o resultado foi muito grande. Aí as  
1341mesmas curvas só que de uma forma diferente, mostrando como é que isso foi  
1342analisado para chegar aos limites, mostrando a várias fases do PROCONVE  
1343também e não por idade, mas por fase do PROCONVE. Mostrando ali a PL 4 e  
1344PL5 que têm os limites mais baixos e que não há problema nenhum dentro dos  
1345limites especificados, a estatística está mostrando isso. Aí para flex onde as  
1346curvas são mais baixas ainda. E agora vamos falar especificamente de motos,  
1347aí é a mesma coisa, os gráficos são os mesmos apresentados para  
1348automóveis, nós estamos falando da média e não dos menores valores e nem  
1349dos valores máximos onde podemos ver que o estabelecido de 1% de CO a  
1350nossa média para 2010 é muito maior do que 1%, ou seja, se nós  
1351estabelecermos 1% manter o que está nós vamos reprovar todo mundo. A  
1352estatística mostra que isso não é viável e isso são valores médios, quer dizer,  
1353ele é reprovado e mesmo quando aprovado ele mantém essa faixa de 1%, o  
1354que está muito em cima e foi como o Paulo colocou; isso não é o intuito de  
1355reprovar todo mundo. Então fica claro que os limites estabelecidos realmente  
1356são inviáveis. Para motos acima de 250, existe um folga, mas assim mesmo  
1357ainda é apertado porque esses valores são médios e depois nós vamos  
1358mostrar algumas simulações que mostram que chegam aos valores que nós  
1359colocamos. As motos *flex* também têm uma condição. Bom, aí nós temos já a  
1360fase M3 falando especificamente de 2010, os valores que basicamente nós  
1361temos, e foi daí que nós fomos buscar os valores para nossa especificação.  
1362Então até 250 os valores de CO onde nós estamos estabelecendo dois e meio  
1363o que daria uma reprovação em torno de 80%, acima de 250 valores de dois  
1364onde nós temos aí uma aprovação de mais de 90%, a faixa acima de 250 é  
1365sempre mais tranquila de trabalhar e os valores de HC giram em torno de 400  
1366nós teríamos um reprovação em torno de 90%, que estamos entendendo que é  
1367uma reprovação normal, isso não é o final, isso é o valor de reprovação, as  
1368motos depois de alinhadas têm valores inferiores a esses e acima de 250, com  
1369200 você tem 90% de reprovação, de aprovação, desculpe. Nós estamos  
1370trabalhando sempre aí com a média que é a média que tem lá na estatística,  
1371em torno de 10 a 20%. Isso se reduz depois na inspeção final com as várias  
1372reinspeções se reduz isso para menos de 3%, mas o primeiro impacto tem sido  
1373na faixa de 20%, tanto no automóvel como na moto, essa é a faixa que  
1374estamos considerando como a faixa viável de trabalhar, se você aumentar  
1375demais isso daí começa a ter um problema, até porque depois também a  
1376reprovação final aumenta. Então a estatística tem mostrado que essa faixa de  
137720% de reprovação é que realmente você está tratando os veículos com  
1378problemas. Aí é uma média que nós fizemos mostrando a correlação do HC  
1379com o CO, ou seja, quando você... Também não adianta diminuir demais o CO  
1380nas motos, quando você diminui o CO você aumenta o HC e também não  
1381adianta aumentar o CO porque você também aumenta o HC. Então existe uma  
1382faixa entre dois e seis, isso são todas as motos que estão aí, são todos os  
1383anos, que é a faixa basicamente de trabalho que é mais ou menos aquilo que  
1384está na especificação, ou seja, nós temos as motos mais antigas que estão na

1385faixa de sete, nós temos o intermediário que está de quatro e meio a seis e  
1386temos a nova proposta que está entre dois e três, ou seja, nós estamos  
1387mantendo exatamente essa curva, essa inflexão da curva na faixa de melhor  
1388ganho. Isso aí, agora essa curva já especificamente para as motos 2010, onde  
1389nós trabalhamos ali com as motos até 250, onde nós estamos dando dois e  
1390meio de CO que é basicamente aonde você tem o melhor ponto de  
1391funcionamento, a melhor estatística da curva e para acima de 250 nós estamos  
1392trabalhando com dois, aonde você também tem um dos pontos de melhor  
1393estatística. E aí fazendo de novo aquela porcentagem e aí distribuindo por  
1394modelo, não gostamos muito de fazer isso não, mas acabou saindo,  
1395normalmente nós fechamos os nomes, mas por falha nossa... A curva em azul,  
1396a linha em azul, significa a quantidade de motos, o quanto representa em  
1397termos de quantidade e a curva, a barra em vermelho seria a quantidade de  
1398aprovação, o quanto se aprova e aí nos fizemos várias simulações, com vários  
1399panoramas diferentes. No caso a 2009/2009 que são aquelas motos que foram  
1400fabricadas, parte delas como 2008, mostrando que se nós colocarmos 1%, que  
1401é aquele quadrinho ali embaixo, nós vamos ter o índice de reprovação muito  
1402grande, quer dizer, é aquele quadro lá embaixo é o que seria o que está na 418  
1403hoje. O índice de reprovação seria muito grande inclusive nas motos que têm,  
1404nós estamos lá num patamar de 30% nas motos que têm a maior quantidade  
1405no mercado, você vê aquela linha azul, subindo até lá em cima e para essas,  
1406você estaria com patamar de 30% e nas outras. Então, isso despencaria  
1407ficando em alguns casos com 90% de reprovação. Então, ou seja, é totalmente  
1408inviável nós mantermos essa proposta para 2009, mantendo do jeito que está  
1409com 4,5, você passa a ter a reprovação dentro daquilo que nós achamos como  
1410normal, em torno tenho 10%, 20%. 2009/2000 e 2010 a nossa proposta é de  
141112% para o CO, com 2% você mantém a maior parte delas em torno de mais de  
141285%, ficando uma parte em torno de 70% que não é a parte mais significativa,  
1413a parte mais significativa você realmente está abrangendo com esses limites.  
1414Mantendo os limites atuais também nós teríamos uma taxa de reprovação  
1415muito alta. Aí a mesma análise, mas daí já conjugando as duas coisas CO e o  
1416HC. Enfim, a proposta foi tirada em cima dessa estatística que nós fizemos no  
1417programa.

1418

1419

1420 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A ideia agora é abrir para  
1421perguntas e esclarecimentos.

1422

1423

1424 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Essa proposta seria,  
1425você estaria trabalhando com a questão de 20% mais ou menos que segundo a  
1426sua experiência, experiência de São Paulo, reflete um instrumento de gestão,  
1427digamos assim, uma boa prática, é educativo.

1428

1429

1430 **SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –  
1431É, quer dizer, se você afrouxar demais vira brincadeira, se apertar demais, quer  
1432dizer, você põe a perder um programa que não é como o Paulo comentou, ele,

1433antes de mais nada, é programa de conscientização. Então esses são os  
1434limites que mostram que são tecnicamente viáveis, a tecnologia do veículo  
1435permite e você está trabalhando as duas coisas.

1436

1437

1438**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então basicamente, um pouco  
1439dialogando com aquela intervenção do Paulo Macedo, nosso critério para  
1440inspeção veicular não é o critério de homologação porque se fosse assim eu  
1441tinha que trocar de motor todo ano no meu carro, mas é um critério de uma  
1442prática adequado de manutenção em função daquela condição tecnológica que  
1443nós temos diferentes fases, até do próprio PROCONVE que os veículos são  
1444afetados. O cenário que você está trabalhando é um cenário de reprovação em  
1445torno de 20%, seria esse cenário, vamos dizer assim, de uma boa prática. De  
1446forma geral.

1447

1448

1449**O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –  
1450De forma geral a média de 20%, se você baixar demais isso ou aumentar  
1451demais você passa... Ou você está exigindo algo que o veículo não comporta  
1452ou você está exigindo de menos, de forma que você não consegue caracterizar  
1453a falta de manutenção do veículo.

1454

1455

1456**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Acho interessante porque nós  
1457estamos trazendo para cá um conceito que vai balizar essa discussão de hoje  
1458a tarde, acho que isso é importante para sinalizar essa visão mais de gestão e  
1459não simplesmente de uma homologação, claro que existem várias discussões  
1460que podem ser feitas a partir daí, você pode chegar à conclusão, por exemplo,  
1461fazer um estudo que determinados carros a manutenção vai ser mais cara do  
1462que outros, porque vamos precisar de mais manutenção para atingir aquela  
1463faixa de fazer aquele... Chegar naquele valor que é o valor dos 80% de  
1464aprovação, mas isso aí são questões que com o tempo nós podemos...

1465

1466

1467**O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –  
1468Não só isso, isso está ligado, quando o veículo foi homologado e passou pelo  
1469teste também se faz... Ele já teve um controle e a estatística, nós estamos  
1470falando de veículos relativamente novos. Então isso está muito próximo da  
1471qualidade que ele tem realmente para você pedir que se mantenha essa  
1472qualidade.

1473

1474

1475**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Ou seja, nós estamos  
1476falando muito mais de uma prática de gestão do dono da moto do que  
1477propriamente...

1478

1479

**1480 SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE) –**

1481O Programa de Inspeção Veicular é uma prática de gestão do dono, quer dizer,  
1482o processo de homologação é do fabricante, a inspeção veicular é do dono e  
1483exatamente quando muito se discutiu nessa Câmara e eu acho que o Paulo  
1484Macedo foi um fervoroso defensor disso, é que não adianta você só trazer  
1485tecnologia nova ao mercado e depois os veículos não serem mantidos. O  
1486ganho que você tem na implementação dela você vai perdendo ao longo do  
1487tempo. Então o PROCONVE desde o seu nascedouro trouxe sempre os dois  
1488conceitos, um de você aprimorar na fabricação e outro de você manter isso  
1489como proprietário, a parte de melhoraria na tecnologia se conseguiu, se  
1490trabalhou muito mais facilmente com os fabricantes, quando chegou a hora da  
1491sociedade fazer a sua parte foi mais complicado. Então é isso que se discute, o  
1492conceito sempre foi de manter aquilo que você comprou.

1493

1494

**1495O SR. PAULO MACEDO (IBAMA) –** Até porque a regulamentação do

1496PROCONVE no caso dos veículos automotores, dos automóveis obriga o  
1497fabricante a garantir os níveis de emissões homologadas por 80 mil quilômetros  
1498aplicando claro o fator de homologação. Então essa meta só é alcançada se o  
1499proprietário fizer a parte dele, tanto é naquela Resolução ressalva isso, ou seja,  
1500se o cara não fez nunca nenhuma manutenção, nós não podemos exigir que  
1501com 80 mil quilômetros o veículo esteja emitindo a mesma coisa que quando  
1502era novo, mas se o fabricante fizer e comprovar todas as manutenções  
1503preventivas e chegar lá à frente dos 80 mil e o veículo estiver fora dos padrões,  
1504aí sim vamos atrás do fabricante. No próximo item de pauta estamos incluindo  
1505isso também para as motos.

1506

1507

**1508O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Obrigado Paulo. Por favor, a

1509palavra está aberta para esclarecimentos, observações.

1510

1511

**1512A SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE MARTINS RÊGO (MME) –** Eu tenho uma dúvida, o

1513senhor fez um comentário que com esses valores que vocês estão propondo  
1514teria uma média de 20% de reprovação. Vocês fizeram esse exercício também  
1515em relação à proposta da ABRACICLO, dos 3,5% quanto isso representa em  
1516termos de reprovação?

1517

1518

**1519O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE) –**

1520Está lá, foi mostrado. Eu tenho aí o índice de aprovação superior a 90%. A  
1521nossa média hoje tem sido vinte, vinte e poucos por cento e isso depois cai  
1522para menos de 5%. Então acompanhando a nossa estatística, quer dizer, esse  
1523índice seria frouxo demais e mais, o grande problema é que você tem a maior  
1524parte das motos que é onde está o peso realmente da moto, fica muito fácil  
1525para ela.

1526

1527



1528**A SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE MARTINS RÊGO (MME)** – Obrigada.

1529

1530

1531**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – O programa também  
1532é inteligente porque o cara começa também a escolher o melhor lugar para pôr  
1533gasolina, ele acaba virando fiscal do combustível, ele vai ver que é por conta  
1534do combustível adulterado.

1535

1536

1537**O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Ele começa a procurar um posto de  
1538melhor qualidade, ele começa a procurar uma rede reparos mais adequado...  
1539Márcio você me perguntou depois eu mostro para você, mas no diesel ficou  
1540bem claro isso, quer dizer, não houve alteração de 2008, 2009 e 2010 os  
1541valores de entrada da primeira inspeção para o diesel foram exatamente os  
1542mesmos. Agora o que mudou foram os valores finais, ou seja, mostrou claro  
1543que a parte de reparo hoje está trabalho ano muito mais conscientemente e aí  
1544você tem passado a ter ganhos maiores em 2009 e 2010 nas curvas finais, nas  
1545curvas de entrada foram exatamente a mesma se pusermos uma em cima da  
1546outra.

1547

1548

1549**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu peço que o diálogo se dê  
1550através dos microfones porque eu preciso registrar, é importante todos os  
1551registros nessa discussão. Eu sou... Wanderley e depois Gabriel. Não pediu a  
1552palavra? Então Gabriel.

1553

1554

1555**O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO (Envirom Mentality)** – Eu queria apenas  
1556comentar algumas coisas, essa hipótese que nós simulamos, até completando  
1557a sua pergunta, o que nós simulamos nessas figuras foi, primeiro, com base  
1558naquelas curvas que mostraram que é possível regular uma moto com  
1559determinados parâmetros, quer dizer, vamos mexendo no CO e tendo  
1560melhores HCs e de repente começa a piorar, isso limita o exagero do padrão  
1561baixo, não adianta botar um de CO porque para chegar lá tem que fazer não  
1562sei quanto de HC. Então é melhor deixar dois de CO, seria politicamente  
1563incorreto dizer é proibido TCO menor do que X, o meio ambiente não pode falar  
1564isso. Então ele fala pode ser de dois para cima, mas é proibido ter HC de não  
1565sei quanto. Então a combinação dos dois é que leva o bom parâmetro para  
1566induzir a manutenção e levar para a regulagem correta. Essa regulagem nós  
1567identificamos estatisticamente, se olhar na homologação ela não está evidente  
1568ali. Agora se pegamos a curva da ABRACICLO lá e simula com 3,5 e 2000  
1569PPM, nós já vimos que 2000 PPM é muito folgado, nós vimos também que  
15703,5% de CO é muito folgado para muitos modelos, mas não é folgado para  
1571alguns, só que esses alguns têm baixa produção, baixa frequência na frota, se  
1572põe 3,5 nós vamos fraquejar o programa para maioria da frota, se apertamos  
15732,5 tem uns que não vão conseguir passar daí a ideia do WAV, quer dizer, se  
1574ele homologar mostrou que não era o bom de dois e foi autorizado assim, joga  
1575ela para o ano anterior. O modelo 2009 é caso típico disso, eu acho que aquele

1576WAV até março ou abril foi usado até outubro porque a frota é quase que  
1577inteira parecida com 2008, ela não tem quase nenhum veículo nos padrões  
15782010. 202 nós temos certeza, ela foi fabricada em 2009 já modelo 2010, mas a  
15792010 também não chega lá no 1% que a 418 colocou. Então daí é que fizemos  
1580essas simulações. Agora naquela curva percentilica nós vimos que entre 2.5 e  
15813,5 nós estamos na rampa quase que vertical. Então não melhora nada passar  
1582para 3,5, por isso fizemos a proposta de 2,5. 2,5 é razoável para a maioria das  
1583motos que está mostrado na figura da esquerda lá em cima e aquelas que vão  
1584sofrer um pouco mais serão protegidas pelo WAV. Então essa foi a filosofia de  
1585gestão, de uma proposta de gestão para que o programa ficasse forte sem ser  
1586inviável para ninguém, para nenhuma marca e por isso apareceram as marcas  
1587para sabermos de quem que nós estamos falando.

1588

1589

1590**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Agora que embora  
1591tenha dito o negócio das marcas, não tenha tido, nós também não podemos,  
1592sabendo disso retirar do mercado alguém, quer dizer, se é um programa  
1593educativo, ele deve trazer esse alguém que está no mercado, na rasteira para  
1594que ele melhore, mas também não podemos ter um parâmetro que esse  
1595alguém desse mercado fique alijado, acabou, está fora, quer dizer, feche a  
1596fábrica, isso tem que ter muito cuidado. Então, quer dizer, o número tem que  
1597ser um número porque nós estamos falando de um programa educativo,  
1598repetindo, então o número tem que ser um número que não também favoreça,  
1599quer dizer, nós não podemos ser um fator de competitividade interno decisivo,  
1600podemos ser o estimulador de competitividade interna, mas não podemos ser  
1601fator de competitividade interno decisivo, não nos cabe aqui. Então, quer dizer,  
1602nós temos que ter um número que estimule a competitividade de quem está na  
1603rabeira, mas não podemos tirar esse da rabeira fora porque se ele cair fora,  
1604nós estaremos invertendo aqui.

1605

1606

1607**O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO (Envirom Mentality)** – Eu queria fazer  
1608uma ressalva, a última, o fato de uma marca ser apontada ali como uma  
1609barrinha mais baixa não significa que seja um defeito dela, ela não foi prevista  
1610para atender isso, nós estamos inventando esse padrão agora, o que nós  
1611estamos falando é que a maioria das marcas pode ter um padrão 2,5 e nós não  
1612queremos perder a chance de fiscalizá-las com esse padrão porque se nós  
1613formos fiscalizar com 6%, por exemplo, vai passar todo mundo, é o caso do  
1614automóvel que sai de fábrica com 0,2% de CO, que se nós deixarmos para  
1615fiscalizar com 0,5, ele passa até sem catalizador. O Celta, por exemplo, é um  
1616caso desses, o Celta 2008/2009 já passava num limite de meio por cento sem  
1617catalizador e pegamos isso. E aí desmoraliza o programa e isso de certa forma  
1618acontece um pouco nas fases que nós não estamos revisando, mas ainda é  
1619cedo para começarmos a apertar, quer dizer, esse processo deveria ser até  
1620admitido como um processo dinâmico. Daqui a uns anos, vamos ter todo  
1621mundo com facilidade aí, esses índices vão melhorar e nós vamos poder rever  
1622aqui de novo.

1623

1624

1625 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Perfeito. Eu acho que esse  
1626 conceito é fundamental, nós temos aqui toda essa Comissão que faz o  
1627 acompanhamento PROCONVE e na medida em que nós formos gerando  
1628 informação ela deve fazer recomendações de aprimoramento e nós não  
1629 podemos perder de vista aqui, tecnologicamente nossas motos e carros estão  
1630 avançando e nós não podemos perder essa oportunidade de exigir que haja  
1631 uma adequada manutenção, mesmo que nós mantemos níveis tecnológicos  
1632 diferenciados, mas não podemos perder esse ganho.

1633

1634

1635 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu acho que temos  
1636 que pensar um número dentro dos padrões que nem sejam para mais e nem  
1637 que sejam para menos e que em média ele tem que atender ao maior número  
1638 aceitável, se nós fizermos isso, nós vamos, quer dizer, fazer com que eles se  
1639 adeque a esse número do que nós adequar a situação deles, nós que é temos  
1640 que colocar o número também não impossível e nem também muito acessível,  
1641 tem que ser aceitável ecologicamente correto ou adequadamente. Agora, o  
1642 fabricante ou a manutenção, eles têm que procurar ver que aquele número  
1643 apresentado foi um número melhor para atender todos aqueles que estiveram  
1644 adequadamente aparelhados, como se diz, a adequadamente nos padrões de  
1645 controle de qualidade, é isso que temos que pensar.

1646

1647

1648 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu tenho a inscrição do Lúcio da  
1649 ABRACICLO e quem mais? Porque daí eu queria encerrar e nós retomamos às  
1650 duas horas.

1651

1652

1653 **O SR. LUCIO NOBUYUKI TIBA (ABRACICLO)** – Como representante dos  
1654 fabricantes de motocicletas eu queria colocar a questão de desenvolvimento de  
1655 produto, conceito de desenvolvimento de produto, até então no PROMOT 3  
1656 não tinha se definido um nível de CO e HC em marcha lenta, tinha como  
1657 referência a parte desde o PROMOT 1. Então todos os fabricantes tinham  
1658 como referência o 6 e o 4,5 para CO e desde então, logicamente os limites  
1659 para homologação com um veículo em condição de rodagem que é no  
1660 dinamômetro. Então você tem outro limite, então a questão da homologação  
1661 ele rodando, questão de marcha lenta é com o veículo estático, é uma  
1662 condição que logicamente se você vai evoluindo a tecnologia para melhorar o  
1663 limite durante a rodagem, ele vai emitir menos, só que o conceito de projeto  
1664 quando você define os parâmetros para desenvolver o novo modelo, você vai  
1665 fazer aquilo em cima do que está regulamentado e a partir do momento que  
1666 cria uma forma de controle que não estava prevista no projeto, existe um risco  
1667 exatamente por parte do fabricante de estar não concordando daí a nossa  
1668 discordância de ter um número que está sendo definido depois que o jogo  
1669 iniciou e a nossa referência é sempre assim, mesmo quando estamos falando  
1670 do PROMOT 3 ou do PROMOT 4 agora como uma proposta, é sempre com  
1671 referência a níveis mundiais, padrões mundiais para poder ter uma referência

1672para se desenvolver produto inclusive. Hoje o que nós temos em termos de  
1673referência para inspeção veicular foge um pouquinho do que está sendo  
1674proposto; os veículos que são desenvolvidos para o Brasil usam referências  
1675internacionais, tecnologias internacionais também e hoje o Brasil está no  
1676mesmo nível tecnológico dos produtos e níveis de emissões inclusive, porém  
1677logicamente, tem uma questão que é importante e para inspeção veicular a  
1678proposta da ABRACICLO é algo a nível internacional, inclusive no Japão, que  
1679utiliza o PROMOT, equivalente ao PROMOT 3, seria o três, porém com uma  
1680grande diferença, eles têm um combustível de melhor qualidade, eles  
1681conseguem atingir níveis de emissões, inclusive marcha lenta ou mesmo para  
1682homologação no nível de produção melhor. Então se tivermos uma condição  
1683melhor de infraestrutura, logicamente os números são ser melhores. O que nós  
1684estamos colocando aí é uma realidade em cima do que... Como fabricante nós  
1685tivemos como referência para poder fazer o desenvolvimento do produto e daí  
1686a nossa posição de manter essa proposta de um número relativamente,  
1687digamos assim, diferente e um pouco maior em relação ao que o MÁRCIO está  
1688apresentando. Então para justificar exatamente o porquê desse número  
1689pouquinho maior.

1690

1691

1692**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Esse vai ser o ponto de  
1693discussão hoje, à tarde, na realidade nós montamos o quadro agora, eu vou  
1694pedir ao Ministério do Meio Ambiente e ao IBAMA que preparem a proposta de  
1695Resolução, o texto já, onde nós vamos ter essas diferenças que são pequenas  
1696e na realidade nós também estamos aqui montando o quadro de tomada de  
1697decisão, que não está trabalhando esse conceito de nível adequado de  
1698manutenção, respeitando o aspecto tecnológico e que aquele determinado  
1699veículo foi concebido. Então eu acho que nós estamos avançando nessa  
1700discussão, essa discussão há um mês estava bem mais incipiente, eu acho  
1701que avançar nesse conceito é fundamental porque o que cabe à Câmara aqui é  
1702realmente montar uma proposta que seja adequada e nós consigamos fazer  
1703uma boa defesa na Plenária, evitar o que aconteceu nessa reunião onde nós  
1704fizemos um trabalho tecnicamente que teve embasamento, teve uma  
1705discussão, mas que, vamos dizer assim, chegou momento final nós não  
1706conseguimos fazer a defesa adequada, aí foi uma falha nossa como  
1707Conselheiros do próprio Conselho. Eu me lembro que eu e o Paulo Macedo  
1708fizemos uma defesa contrária pela modificação na reunião essa, mas não  
1709houve condição de reverter essa discussão de última hora. No fundo há males  
1710que vem em para bem, estamos tratando disso hoje com detalhamento e um  
1711embasamento de dados que possibilita a qualificação dessa discussão. Então a  
1712minha ideia é seria que nós retomássemos às duas horas a reunião, que horas  
1713são? Duas e quinze. O Ministério do Meio Ambiente com o IBAMA monta esse  
1714texto base e aí nós começamos a fazer a diferenciação e faz essa discussão  
1715de porque é maior ou menor e qual o embasamento, que é isso que nós temos  
1716que fazer aqui, construir uma convicção para que possa deliberar. Agradeço a  
1717todos, nós interrompemos a reunião e retomamos às 14 horas 15 minutos.

1718

1719

1720(*Intervalo para almoço*)

1721

1722

1723 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vamos retomar a reunião agora,  
1724 já com quinze minutos regulamentares de atraso e a ideia agora é que nós  
1725 passemos a discutir a resolução e nós pedimos que o IBAMA, a ANAMMA e o  
1726 setor empresarial sentassem e trouxessem para nós uma proposta com os  
1727 devidos destaques que nós vamos discutir. Então, quem é que faz a  
1728 apresentação, Schettino, eu não sei se o Paulo Macedo? Vai aí MÁRCIO, vai  
1729 que a bola é tua. A ideia que o pessoal vai trazer para nós, uma proposta de  
1730 resolução, o Márcio apresenta os ataques e nós abrimos as discussões.

1731

1732

1733 **O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/Sudeste)** –  
1734 Está juntando todas as três propostas que nós tínhamos de resolução, que  
1735 altera os limites de emissões da tabela 3 do anexo 1 da Resolução nº 418 de 25  
1736 de novembro de 2010, que dispõe sobre critérios de elaboração de Plano de  
1737 Controle Poluição Veicular, PCPV, e para a implantação do Programa de  
1738 Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M- pelos órgãos estaduais. Foi  
1739 o consenso. Os considerandos também foram a consenso, nós já tiramos  
1740 aquilo que nós achávamos indevido e somamos todos das três propostas.  
1741 Então, eu também acho que não tem muito que discutir. Art. 1, tabela três do  
1742 anexo 1 da Resolução passa a vigorar com a seguinte redação, e tem a tabela  
1743 três, que é basicamente aí que tem a discussão a ser feita onde o IBAMA e nós  
1744 entendemos como válida a tabela em si e a proposta do CNI e ABRACICLO.  
1745 Então, o que muda? Simplesmente, de 2010 em diante, que nós  
1746 estabelecemos para motos menores de 250 cilindradas um CO máximo de 2/5  
1747 e um HC de 600 quanto uma proposta de 3/5 e 2000 e, no caso, de acima de  
1748 650, nós apertamos ainda um pouco mais 2 de CO e 400 HC quanto os  
1749 mesmos 3/5 e 2000 do CNI. Eu acho que a única coisa que diverge é isso, o  
1750 restante... Um artigo em que se estabelece um *wave* para as motos que de  
1751 alguma forma estiverem fora desses padrões, foram homologadas com limites  
1752 superiores aquilo que foi estabelecido e, nesse caso, vale os valores  
1753 estabelecidos, isso em comum acordo também. Estabelece para que os  
1754 processos de homologação de todos os motocicletas e similares solicitados a  
1755 partir da publicação dessa Resolução, os limites máximos de emissão em  
1756 marcha lenta seja de 2%; de CO e de 400, como estabelecido na tabela, é  
1757 basicamente essa a proposta de resolução.

1758

1759

1760 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu vou fazer a seguinte proposta,  
1761 na realidade, os pontos de dissenso são aqueles que estão na tabela, o resto  
1762 tem acordo. Então, a ideia seria, vamos primeiro abrir, eu vou pedir para  
1763 Márcio, os únicos pontos que nós temos de dissenso são esses pontos que  
1764 estão destacados na tabela, de 2010 em diante, para traz está tudo de acordo,  
1765 é isso? É isso. Então, perfeito, o texto tem acordo, eu queria pedir primeiro  
1766 para o Márcio apresentar porque é 2000, 2/5, 2, 600, 400, eu suponho, tendo  
1767 por base a experiência que eles desenvolveram a partir dos dados de

1768 monitoramento de inspeção da prefeitura de São Paulo e depois eu queria,  
1769 Wanderley, que vocês fizessem, porque não pode, fazer esse contraponto para  
1770 vermos qual é a argumentação que cada um vai, abre-se para o  
1771 questionamento. Pode ser assim? Márcio, por favor, a palavra é tua.

1772

1773

1774 **O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/Sudeste)** – A  
1775 proposta está calcada basicamente nestes dois gráficos. Quando você, vamos  
1776 pegar as motos acima de 250 cc, que nós estamos propondo um CO menor do  
1777 que dois e um HC menor do que 400, então, com esses valores nós teríamos  
1778 um índice de aprovação, conforme mostrado, um índice muito alto de  
1779 aprovação. Mostra que nós não teríamos problema nenhum em adotar esses  
1780 dados, inclusive, todas as marcas praticamente se enquadram dentro desse  
1781 quesito, não teria nem problema com algumas marcas, 250 está bem fácil.  
1782 Então, com esses valores nós temos um índice de aprovação superior a 90%,  
1783 quer dizer, isso é muito alto, é muito bom, mostra que se eu adotar limites  
1784 maiores do que isso, eu vou praticamente aprovar 100% e não tem o porquê eu  
1785 estar fazendo inspeção, não faz sentido ter um índice menor do que esse, nós  
1786 estamos já com uma condição muito boa. Menor do que 250, você tem, ele  
1787 está um pouco mais apertado do que, no caso, das cilindradas superiores a  
1788 250, com o índice de 2/5, nós temos um padrão de aprovação em torno mais  
1789 ou menos de 82%, ficando algumas marcas com um índice de aprovação  
1790 abaixo de 70%, então, por isso que nesse caso está entrando aquele parágrafo  
1791 estabelecendo o wave. Têm motos que, inclusive, o índice de aprovação é  
1792 maior ainda.

1793

1794

1795 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Colocando o wave quanto que  
1796 ficaria a aprovação?

1797

1798

1799 **O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/Sudeste)** –  
1800 Você não vai conseguir ver no gráfico porque ele não está completo, quer  
1801 dizer, você tem uma moto que está fora ali e que ela teria um limite bem mais  
1802 elevado de cinco.

1803

1804

1805 **A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – (...) isso que está com 70% por fora  
1806 aconteceria o que, por exemplo? Ficaria na mesma faixa do outro?

1807

1808

1809 **O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/Sudeste)** –  
1810 Não. Ele ainda vai estar dentro dessa faixa. Agora têm alguns que estão com  
1811 30% de aprovação e 70% de reprovação. Não, nessa faixa.

1812

1813

1814 **A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Eu quero saber como é.

1815

1816

1817 **O SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO)** – Como a ABRACICLO, nós estamos ainda  
1818 entrando em contato com a associada para finalizar essa proposta, eu só  
1819 pediria que aguardasse mais uns dez minutos para estarmos passando essa  
1820 informação, a princípio, conversando com o diretor técnico da entidade há  
1821 ainda uma divergência em fazer uma, abrir uma exceção, porque o que  
1822 acontece? Estaria dentro da associação favorecendo aqueles que não  
1823 investiram para ter um limite um pouco mais tolerável e outros que investiram  
1824 para restringir um pouquinho mais a parte de emissões, investiram e fizeram  
1825 todo um trabalho e tem um equipamento um pouco mais robusto, com  
1826 catalisador com mais metais, vamos dizer assim, é um equipamento com mais  
1827 qualidade em detrimento a outro que investiu menos. Então, isso é uma  
1828 divergência interna. Por isso, que eu estou pedindo dez minutos.

1829

1830

1831 **A SR<sup>a</sup>. NÃO INDENTIFICADA** – É só para você explicar porque eu não entendi  
1832 o que foi dito.

1833

1834

1835 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Ele disse exatamente o  
1836 seguinte, ao adotar regras de exceção ele estaria penalizando aqueles que  
1837 investiram para ter aqueles padrões mais rigorosos em detrimento aos outros  
1838 que investiram menos.

1839

1840

1841 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Mas, isso não justifica ficar com  
1842 uma menos restritiva.

1843

1844

1845 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não é isso, ele está  
1846 justamente vendo se ele consegue fechar a proposta, incluindo, está  
1847 entendendo?

1848

1849

1850 **O SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO)** – Todos investiram para atender o ciclo, a  
1851 questão da marcha lenta é um critério de projeto, então, você consegue passar  
1852 no limite de emissões definido pelo PROMOT 3, mas a questão da marcha  
1853 lenta, existe uma pequena diferença no conceito do projeto, então, você falar  
1854 que passa no ciclo, logicamente, tem uma correlação, mas existe uma pequena  
1855 variação que pode ter esse parte de marcha lenta um pouquinho mais alta.  
1856 Então, é um critério de projeto para acabar definindo essa questão de marcha  
1857 lenta um pouco química e um pouco mais em detrimento a outro.

1858

1859

1860 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Sim, vamos garantir o Márcio, ele  
1861 conclui e depois o Wanderley, nós estamos justamente querendo organizar  
1862 esse contraponto. Eu estou entendendo a tua argumentação

1863

1864

1865 **O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/Sudeste) –**

1866 Bom, então, é isso, se nós mantivéssemos o que estava estabelecido na 418  
1867 nós íamos ter uma aprovação na faixa de 70 para menos, o que já começa a  
1868 ser problema. Aqui, maior número do mercado em termos de quantidade de  
1869 moto estaria abaixo desse índice de aprovação que nós achamos interessante,  
1870 então, por isso que nós estamos discutindo e colocando, no caso da  
1871 ABRACICLO, colocando o que eles estão propondo de 3/5 para 2000, você  
1872 passa também a ter um índice de aprovação bastante alto e com mais de 90%,  
1873 o que nós achamos que também não é interessante porque fica frouxo demais.  
1874 Então, alguma coisa entre o que nós estamos propondo.

1875

1876

1877 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Ok. Então, eu acho que o Márcio

1878 fez essa explanação e nós podemos pedir ao Wanderley e ABRACICLO para,  
1879 a princípio, para o Lúcio explicar, fazer essa argumentação do porque desses,  
1880 entende, que não são viáveis, não são adequados, esses padrões propostos a  
1881 partir da experiência da prefeitura de São Paulo e abrimos para  
1882 esclarecimentos aqui.

1883

1884

1885 **O SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO) – –** Eu queria mostrar onde está a

1886 diferença, pelo que estou entendendo. Olhando o gráfico aqui da ronda, ela  
1887 está com 85%, correto? De aprovação. Daqui passa para 90%, a questão de  
1888 5% se sair de 2/5 para 3/5 e 2000 PPM.

1889

1890

1891 **A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA –** Esse é como está hoje.

1892

1893

1894 **O SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO) –** E é como está hoje. Esse o que seria?

1895 Então, a proposta da ABRACICLO é que está reprovando a proposta da  
1896 Honda. Aqui, estaria mais ou menos o quê? 85% mais ou menos, quase 90%.  
1897 Então, o que eu estava entendendo do gráfico é uma variação muito pequena  
1898 daqui para esse índice, pelo o que eu estou entendendo aqui, eu tenho uma  
1899 diferença em torno de menos de 5% talvez, que é essa proposta para cá, pelos  
1900 números aqui, eu estou achando que não tem tanta diferença assim. Posso  
1901 estar enganado, eu não sei, se essa é minha interpretação.

1902

1903

1904 **O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO (EMVIRON MENTALITY) –** O que

1905 acontece é o seguinte, de fato, tem uma pequena diferença para as motos  
1906 melhor colocadas, as barrinhas mais altas aqui da proposta da ABRACICLO,  
1907 tirando as duas da esquerda da proposta da ABRACICLO, as outras estão bem  
1908 colocadas, 3/5 e 2000, então, quase que com a mesma colocação com 2/5,  
1909 600 lá em cima, quer dizer, passar de 2000 para 600 não faz diferença  
1910 nenhuma, passar 3/5 de CO para 2/5 faz alguma diferença, mas em torno de  
1911 3% só. Por que isso? Porque essas motos, o limite de 3/5 já está na parte



1912vertical da curva (...). Então, não adianta passar de 2/5 para 3/5 que não  
1913aprova muitos veículos a mais

1914

1915.

1916**O SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO)** – Não. Porque os que estão podendo  
1917atender 2/5 vão ter a tolerância até 3/5, então não vão querer regular.

1918

1919

1920**O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO (EMVIRON MENTALITY)** – Não é uma  
1921questão tecnológica, é uma questão de inspeção mesmo de manutenção e, ao  
1922contrário, as que não estão muito bem colocadas com 3/5 e 2000 também não  
1923pioram muito lá em cima, quer dizer, elas têm um problema mais de origem do  
1924que de vontade de manutenção, então, não há grande diferença entre a  
1925proposta da ABRACICLO e a proposta da prefeitura em termos de número de  
1926veículo aprovados, quem tem problema tem nas duas, quem não tem problema  
1927não tem em nenhuma e como essas motocicletas, isso é um ponto adicional  
1928que eu queria trazer para a discussão, nós não estamos falando de homologar,  
1929quer dizer, não é a escolha de uma tecnologia que alguém que não investiu vai  
1930ser beneficiado, o que está parecendo aí é que a assistência técnica de  
1931determinadas marcas não está respondendo ao programa e as motos têm um  
1932índice de reprovação maior. Agora não é impossível pegar uma moto dessa e  
1933jogar como monóxido de carbono que quiser, inclusive, nas primeiras  
1934estatísticas que nós fizemos em 2008, motos antigas, Pré-PROMOT, tinham  
1935muitas com 0.5% de CO, o problema delas é que elas tinham 3000 de HC,  
1936então, nós puxamos o CO para cima e o HC caiu faixa de 2000 e nós fixamos  
1937os dois. Nessas aí, se fixarmos na faixa, são aquelas curvas que o Márcio  
1938mostrou que são (...) assim, se nós puxarmos para a faixa de HC da ordem de  
1939400, 600 ppm, nós temos 90% das motos enquadráveis ali. Agora como o limite  
1940atual em São Paulo ainda é o de 2008 para todas, ninguém faz força para  
1941chegar lá, então, a estatística parece como se ela não conseguisse atender,  
1942mas ela consegue essas duas que não estão atendendo não estão porque  
1943ninguém pediu, mas é possível atender. Então, nós estamos diante desses dois  
1944fatos: primeiro, se nós aumentarmos os limites, indo para a proposta  
1945ABRACICLO, nós não mexemos em nada no resultado final do programa,  
1946muito pouco e também não resolve o problema daquelas que estão parecendo  
1947aí com má figura. Essa é a interpretação dessa figura, eu não sei se fui claro.

1948

1949

1950**O SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO)** – Eu estou enxergando que assim, a  
1951avaliação de proposta inicial com relação ABRACICLO a diferença é coisa de  
19525% ou talvez menos aqui, por isso que, eu entendo assim, que a minha  
1953proposta é porque, então, não manter sem ter a exceção porque essa proposta  
1954da ABRACICLO já contemplava, inclusive, as associadas que têm esse  
1955problema de limites e não teria a necessidade de criar essa exceção com o  
1956índice de 6 e 4/5.

1957

1958

1959 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Mas, vamos por partes aqui, eu  
1960 acho assim, o que nós estamos vendo, deixa tentar dar uma, ver se nós  
1961 estamos convergindo, se me permitam, me parece que o que nós vimos aqui é  
1962 que a proposta da ABRACICLO para a proposta da ANAMMA nós temos uma  
1963 diferença de aprovação pequena de 3 a 5% e nós temos uma variação de 2/5  
1964 para 3/5 que se nós adotarmos esse valor, por exemplo, por causa de 3%, 5%  
1965 nós vamos aumentar, vamos dizer assim, o padrão que aqueles que já  
1966 atendem hoje vão poder deixar de atender, eles já atendiam 2/5 sem problema,  
1967 vão passar a ter 3/5, nas vamos ter uma perda em cerca de 85% daqueles  
1968 casos que fazem, daqueles veículos que fazem inspeção, dessas motos que  
1969 fazem inspeção, então, eu acho que nós estamos vendo esse balanço, que eu  
1970 acho que é o primeiro ponto que nós vimos nessa linha de corte, esses critérios  
1971 que nós estamos utilizando para definir um linha de corte, que é esse balanço  
1972 de 3 a 5% a mais de aprovação, relaxando e flexibilizando o valor de 2/5 para  
1973 3/5, que é mais ou menos essa a questão que está posta, essa é uma questão;  
1974 a outra questão, Lúcio, que eu queria que você explicasse para nós é essa tua,  
1975 vamos dizer assim, preocupação em relação à questão da exceção, isso para  
1976 nós não está claro, eu acho que a primeira parte ficou claro para todo mundo e  
1977 depois podemos entrar numa discussão mais de decidir, vamos clarear essa aí  
1978 agora.

1979

1980

1981 **SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO)** – Ok. A questão da exceção é que estaria  
1982 dando uma abertura para marcha lenta de 4/5 e 6%, ou seja, a proposta da  
1983 ABRACICLO inicial com 3/5 está restringindo o CO, só que criando a tabela de  
1984 exceção, vai abrir uma exceção para os fabricantes, de repente, adequarem os  
1985 produtos para emitir mais de repente.

1986

1987

1988 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu estou entendendo que isso é  
1989 para aquilo que já foi homologado, não são para os novos.

1990

1991

1992 **SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO)** – Só o que está no mercado.

1993

1994

1995 **SR. GABRIEL MURGEL BRANCO (EMVIRON MENTALITY)** – Só para os  
1996 usados. Poderia até ser, nós pusemos lá, jogar para o limite de 2008 para não  
1997 inventar mais um, mas se vocês acham, se a ABRACICLO acha, que com 3/5  
1998 resolve também ele, a exceção pode ficar no 3/5.

1999

2000

2001 **SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO)** – Então, essa é a ideia. Por isso, que eu  
2002 estou falando, então seriam todos, a ideia é que ficariam todos já para esse  
2003 índice, não teria duas tabelas.

2004

2005

2006 **O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO (EMVIRON MENTALITY)** – Todos, você  
2007relaxa demais para as motos que são boas e a manutenção não ocorre.

2008

2009

2010 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós, explicamos o primeiro  
2011ponto, o primeiro ponto ficou claro, tem um balanço que é o seguinte, nós  
2012passamos 85% para 3/5, porque já tem de 2/5 para aqueles 3 a 5% que não  
2013atende, vamos dizer assim, não serem reprovados, esse é o primeiro balanço.  
2014O que eu estou tentando entender agora é porque se nós temos já motos que  
2015foram homologadas acima desse valor porque nós não podemos ter exceção,  
2016porque isso é um problema de homologação, nós não vamos resolver na  
2017inspeção um problema que é da homologação. Então, por favor, se atenha a  
2018esse ponto.

2019

2020

2021 **O SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO)** – A questão era não abrir uma segunda  
2022exceção, não ter uma exceção para esses fabricantes.

2023

2024

2025 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Mas, não é exceção para  
2026inspeção, isso é uma questão da homologação, se eu estou entendendo bem,  
2027se for homologado acima do valor que está ali de 3/5 ou 2/5, como é que eu  
2028vou exigir que ele atenda, é essa a questão que estou entendendo que esse  
2029wave resolve. Isso que eu quero saber.

2030

2031

2032 **O SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO)** - Eu entendi, mas assim, houve um  
2033consenso dentro da associação de que esse 3/5 2000 seria aceito. Então,  
2034exatamente, se abrir uma exceção, é o que eu comentei, os fabricantes que já  
2035investiram para isso não estão se sentindo confortáveis nesse sentido de ter  
2036uma exceção para aqueles que dentro associação ter algo que favoreça um e  
2037outro, já está cumprindo .

2038

2039

2040 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu vou pedir novamente,  
2041desculpa, eu não estou realmente entendendo porque é o seguinte, eu quero  
2042que me explique, se houve homologação acima do valor definido para  
2043inspeção, como é que eu vou exigir esse valor, me explica isso, por favor, eu  
2044realmente não estou entendendo.

2045

2046

2047 **O SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO)** – Como é que isso vai ser resolvido? Essa  
2048questão, como é que o fabricante vai tomar uma ação para resolver isso? Em  
2049nível de produção tem como fazer um controle disso, mas existe teria que ter  
2050uma forma de ajustar uma regulamentação na própria concessionária para garantir  
2051esse nível mais induzido, então, pelos fabricantes, esses 3/5 possíveis desde  
2052que tenham uma regulamentação na própria concessionária dessas motocicletas,  
2053por isso, é possível de alguma forma, pelo que eu entendi, por isso que houve

2054o consenso dentro da entidade que esses 3/5 seriam possíveis de serem  
2055atendidos, apesar de ter um nível acima, foi homologado porque é uma  
2056motocicleta representativa de produção, existe uma variação na produção, quer  
2057dizer que, têm algumas motocicletas na produção que emite mais e outras que  
2058emitem menos, então, essa que emite menos, o pessoal vai ter que verificar o  
2059que vai ter que ser feito para que essas motocicletas quando forem para a  
2060concessionária fazer a manutenção para a inspeção, ela seja adequada para  
2061passar na inspeção veicular para chegar há um nível mais baixo.

2062

2063

2064**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu queria abrir depois para nós  
2065discutimos especificamente esse ponto, porque o outro parece que todo mundo  
2066mais ou menos entendeu. Vamos trocar uma ideia entre nós aqui.

2067

2068

2069**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – O que eu estou  
2070entendendo, entre 2/5 e 3/5, a diferença do que está no gráfico, não faz  
2071nenhuma diferença ou a diferença é percentual de aprovação e reprovação é  
2072pouco sentida e tem o efeito gestor muito bom, porque uma coisa é você exigir  
2073um pouco mais como efeito de instrumento de gestão que é o que nós estamos  
2074não é de comando e controle é de gestão, então, o limite, então, quer dizer,  
2075optar pelo 2/5 fica parecendo mais adequado porque não há nenhuma  
2076diferença. A segunda coisa que ele disse, se estou entendendo, e aí era mudar  
2077o limite da exceção para ele em vez de colocar nos limites que foi proposta de  
2078São Paulo colocar o limite de 3/5 para exceção. É isso? Ou não entendi nada?

2079

2080

2081**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então, vamos clarear isso aí,  
2082porque eu entendi que não teria exceção.

2083

2084

2085**O SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO)** – É isso. 3/5 para exceção de 200 de HC.  
2086Pronto.

2087

2088

2089**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então, eu queria ver assim,  
2090temos, eu queria ouvir a ANAMMA. Ok. Então, na realidade, nós conseguimos  
2091um consenso de que fica como, fica quanto? 2/5. Tira o 3/5. É isso. E ali  
2092também ficam 600. Na realidade ficou tudo igual, então, só fazer adequação  
2093nessa tabela três para os seguintes valores. Fica uma linha só. Tira cilindrada.  
2094Isso dá até para transformar em texto depois. Então, eu vou fazer o seguinte,  
2095gente, fizemos o acordo, eu vou pedir, já querem fazer o ajuste no texto?

2096

2097

2098**O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** – Eu acho que uma tabela com uma  
2099linha só. Vamos ler. Adotar para motocicletas e veículos similares com motor de  
2100ciclo Otto de 4 tempos, fabricados a partir 2009 até 2013, que  
2101comprovadamente tenham sido homologados com valores superiores (...) na

2102tabela três do art. 2º, do anexo 1, da Resolução tal, o valor 3,5% para CO e de  
21032000 ppm para HC totais. É isso? De 2000 ppm para HC. E lá no 3/5, 3,5%.

2104

2105

2106**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vamos só ver se HC e CO  
2107aparecem antes lá com... Está certo aí? Adotar para motocicletas e veículos  
2108similares com motor de ciclo Otto de 4 tempos, fabricados a partir 2009 até  
21092013, que comprovadamente tenham sido homologados com valores  
2110superiores aos estipulados da tabela três do art. 2º do anexo 1º, da Resolução  
2111418/09, o valor da emissão para a marcha lenta é de 3,5% para CO e 2000  
2112ppm para HC. Ok? Vamos só ver como o art. 1º está. Não tem aquela questão  
2113de diluição também? Não. Porque lá no art. 1º fala na marcha lenta e diluição,  
2114não tem que colocar isso também? Tem que repetir então porque tem que ser  
2115consistente com o que está no art. 1º lá. Art. 1º, limites máximos de emissão de  
2116CO corrigido em marcha lenta e fator de diluição para motocicletas, é isso?  
2117Então, tem que repetir o fator de emissão também. Porque já está definido  
2118antes, então, não se aplica o fator, aquilo que está lá no índice. Eu acho que o  
2119fator já está definido, ali também tem que repetir o fator de diluição é 2/5? Não  
2120está subentendido isso aí? Gente, é isso aí? Ok. Todos de acordo? Então,  
2121mais uma resolução, a princípio, aprovada por consenso, é isso? Eu só vou  
2122pedir ao Rudolf para dar mais uma lida nesse texto, se tiver algum problema,  
2123você avisa para nós antes do fim da reunião. Vamos dizer assim, o mérito está  
2124todo aprovado, se tiver alguma alteração mais de redação para facilitar o  
2125trabalho da Câmara Jurídica, nós fazemos aqui. Ok. Vamos para a próxima já.  
2126Então, aprovada a Resolução. Nova fase do PROMOT, aí quem fala é IBAMA?  
2127Na última reunião, nós tivemos, então, essa proposta de resolução que foi  
2128apresentada pelo IBAMA e foram feitos pedidos de vista – CNI, Eco Juréia e  
2129ANAMMA Sudeste -, peço, então, para a CNI fazer a apresentação de seu  
2130parecer.

2131

2132

2133**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Lúcio, você pode fazer para  
2134nós a apresentação? Por favor.

2135

2136

2137**O SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO)** – Bom, em relação a nossa proposta ao  
2138pedido de vistas, inicialmente, o texto base, nós concordamos com o conteúdo  
2139só temos uma questão de ajuste para que pudéssemos estar nos precavendo  
2140com relação ao art. 7º, nós estamos inserindo um conteúdo de qualidade de  
2141combustível no texto para que pudesse ficar claro, a preocupação dentro da  
2142ABRACICLO é com relação a qualidade do combustível que hoje no mercado  
2143não atende a necessidade da indústria, está prevista na resolução da MP, que  
2144foi publicada em 2009, garantindo a especificação do combustível e para isso a  
2145sugestão nossa do texto é que seja incluído essa observação. E com relação  
2146ao art. 9º, nós temos uma segunda sugestão que é incluir com relação a  
2147questão de regras para teste de rodagem com a relação a durabilidade de  
2148emissões, aqui nós temos a questão de que a regra é que a aferição de  
2149durabilidade de emissões deve ser feita e realizada em motocicletas

2150 comercializadas acima de dez mil unidades por ano e o que acontece, às  
2151 vezes, a empresa, ela faz uma previsão de comercialização inferior a dez mil  
2152 unidades, então, ela não efetua a rodagem de durabilidade e, eventualmente,  
2153 por uma questão mercadológica, a empresa acaba comercializando mais do  
2154 que dez mil unidades durante o ano. Então, para que se possa plenamente a  
2155 questão de rodagem efetiva da durabilidade, conforme previsto do PROMOT 4,  
2156 estabeleceu uma regra de que a partir do momento em que a empresa, apesar  
2157 de não ter programado e comercializado as dez mil unidades a partir da  
2158 revalidação LCM, ou seja, a partir do ano seguinte, ele teria um prazo de 365  
2159 dias para efetuar a durabilidade e obter o coeficiente real de durabilidade.  
2160 Então são as duas propostas da ABRACICLO, uma, em relação à  
2161 disponibilidade de combustível que é importante e que está previsto já na  
2162 Resolução da Medida Provisória, mas que nós gostaríamos de deixar claro  
2163 para o PROMOT 4 e a questão de durabilidade. O histórico do PROMOT 4, o  
2164 Wanderley pediu para fazer um breve relato da situação.

2165

2166

2167 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – O PROMOT 4, na verdade,  
2168 é um trabalho que está sendo feito em conjunto com o IBAMA e CETESB para  
2169 estabelecer os novos limites de emissões para motocicletas, dando continuidade  
2170 a esse trabalho que já vinha sendo feito desde o PROMOT 1, 2 e 3, é um  
2171 trabalho que é um aperfeiçoamento do PROMOT 3 em paralelo ao que está  
2172 sendo realizado na Europa e esse trabalho em paralelo com a Europa está  
2173 sendo incluído, além de questões de limites, questão de durabilidade de  
2174 emissões, controle de produção e outras particularidades, como um novo ciclo  
2175 mais severo, inclusive, que é o ciclo WMTC, esse ciclo já é adotado como  
2176 opcional na Europa, mas a partir da próxima fase que seria Euro 4 ela vai se  
2177 tornar obrigatória e nós no Brasil como temos interesse também em tornar o  
2178 limite um pouco mais compatível e mais severo também ao invés de optarmos  
2179 por introduzir o ciclo WMTC, como opcional, nós aceitamos e estamos  
2180 concordando que ele seja um ciclo obrigatório já na próxima fase, sem torná-lo  
2181 como opcional. Então são essas as condições para o PROMOT 4, em cima  
2182 disso, nós temos dois pontos que ABRACICLO acha importante para melhorar  
2183 o que já está sendo proposto

2184

2185.

2186 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Próximo pedido de vista é da  
2187 ANAMMA Sudeste. Na realidade, há uma concordância com o texto base, são  
2188 emendas que foram propostas, para aperfeiçoar a proposta. Então, depois nós  
2189 incorporamos.

2190

2191

2192 **O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/Sudeste)** – Na  
2193 verdade, nós concordamos com o texto base, achamos perfeito, inclusive esse  
2194 ciclo que está sendo adotado realmente é o melhor ciclo, nós não temos dúvida  
2195 disso, nós não estamos contestando os limites e nem o ciclo, o que nós  
2196 colocamos é de deixar mais claro o que realmente, como normatizar esses  
2197 ciclos, embora o pessoal da ABRACICLO fala, não, nós conhecemos muito

2198bem, tudo bem, eles conhecem muito bem, mas como norma, nós temos que  
2199ter isso muito bem embasado. E a norma que era puxada, como dizendo,  
2200explicaria o ciclo, ela não explica o ciclo, ela remete a uma tabela qualquer e  
2201existe uma série de normas que, na verdade, estruturam o ciclo e isso que nós  
2202achamos importante deixar isso claro. Então, a nossa proposta, nós estamos  
2203citando e também não sabemos se essas são todas as normas, se tiverem  
2204mais que sejam colocadas, as normas que realmente embasam como definir  
2205uma moto menor de 130 quilômetros, uma moto acima de 130 quilômetros,  
2206como definir o ciclo WMTC e isso que nós achamos importante, então, essa é  
2207uma observação que nós fizemos. Existia uma proposta de 2014, iniciar em 20  
220814 e depois em 2016, uma segunda fase, nós fizemos a proposta de começar  
2209em 2016, achamos que é um investimento alto até para a indústria já pegar os  
2210modelos que têm hoje e homologar a partir de 2014, é um gasto grande, então,  
2211qualquer novo modelo a partir de 2014 seja homologado dentro da proposta,  
2212mas aqueles antigos não precisam ser homologados novamente a partir de  
22132014 como estava especificando a norma, ou seja, fica a partir de 2016. E a  
2214questão de durabilidade nós também mudamos o período e esse é o maior  
2215ponto de discussão aí.

2216

2217

2218**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Bom, o que eu estava  
2219pensando, vamos abrir para alguns esclarecimentos e depois a ideia é aprovar  
2220o texto base e já colocar as emendas, tanto da ANAMMA como da CNI,  
2221ABRACICLO. Então, alguém quer algum esclarecimento em relação aos  
2222pedidos de vista?

2223

2224

2225**O SR. SÉRGIO FONTES (PETROBRAS)** – Eu queria saber, Lúcio, você falou  
2226que (...) dificuldade de conseguir os combustíveis de referência? Pelo que eu  
2227entendi.

2228

2229

2230**O SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO)** – O combustível de referência eu sei que já  
2231tem disponível para fazer desenvolvimento, se as empresas necessitarem do  
2232combustível é só requisitar a Petrobras.

2233

2234

2235**O SR. SÉRGIO FONTES (PETROBRAS)** – A distribuidora. A Petrobras não  
2236vende direto.

2237

2238

2239**O SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO)** – A partir de 2014 está prevista a questão  
2240da durabilidade. Durabilidade se faz com combustível disponível no mercado  
2241em postos de combustível. Então, a colocação foi no sentido assim, de haver  
2242combustível no mercado, nos postos de distribuição, postos normais de  
2243combustível, combustível com 50 ppm de enxofre. É só esse detalhe porque  
2244certamente a motocicleta ela vai estar preparada com um sistema mais afinado  
2245e um sistema de catalisador mais robusto.

95

2246

2247

2248 **O SR. SÉRGIO FONTES (PETROBRÁS)** – Em 2014 vai estar.

2249

2250

2251 **O SR. LÚCIO TIBA (ABRACICLO)** – Como está previsto no L6, era só uma  
2252 preocupação que existia entre as associadas. É só uma questão de sentir  
2253 segurança por parte das associadas e por isso que nós incluímos na proposta.

2254

2255

2256 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Só uma questão, eu tenho uma  
2257 questão aqui mais regimental, eu vou tentar intermediar aqui. O que acontece?  
2258 Eu tenho um pedido de vista que foi feito pela Eco Juréia, que não está  
2259 presente, mas apresentou um parecer, então, eu vou consultar, quer dizer, o  
2260 próprio Dr. Francisco pode passar a palavra ou mesmo eu passo a palavra  
2261 para o Davi que gostaria de fazer a apresentação do pedido de vista da Eco  
2262 Juréia e, no sentido, se alguém entender como pertinente essas sugestão, elas  
2263 poderão ser, a partir do momento que o um conselheiro recepcioná-las poderão  
2264 ser apresentadas como emenda ao texto base que nós vamos aprovar depois.  
2265 Podemos fazer assim?

2266

2267

2268 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu acho procedente  
2269 até porque nós estamos ainda fechando proposta. Toda a contribuição seria  
2270 importante.

2271

2272

2273 **O SR. DAVID SHILING TSAI (IEMA)** – Boa tarde. De maneira geral, essa nova  
2274 proposta nós enxergamos como uma coisa muito bem-vinda e nós só  
2275 queríamos alguns esclarecimentos, assim do ponto de vista da sociedade  
2276 mesmo, esclarecimentos em relação à mudança de ciclo de teste, a mudança  
2277 na classificação dos veículos - o critério que passou de cilindrada para  
2278 velocidade -, a questão dos limites de emissão quanto comparados com o  
2279 PROMOT 3, eles não se alteram, eles foram os mesmos talvez a própria  
2280 questão do ciclo de teste possa responder isso e esses seriam os  
2281 esclarecimentos e em relação: nós queríamos só alguns esclarecimentos  
2282 técnicos mesmos. Primeiro, o que nós observamos foi uma mudança no ciclo  
2283 de teste do PROMOT 3 para o PROMOT 4, como esse ciclo de teste se  
2284 diferencia do existente, se ele é mais exigente em quais pontos? Segundo  
2285 esclarecimento seria em relação à mudança do critério de classificação dos  
2286 veículos, que ele veio de cilindrada para velocidade, por que isso é melhor? O  
2287 terceiro é em relação aos limites de emissão, que eles não se alteraram em  
2288 relação ao PROMOT 3, eles foram os mesmos e nós vemos como muito  
2289 aperfeiçoamentos do programa mesmo, a questão da inserção da durabilidade  
2290 e dos relatórios de produção e temos um questionamento em relação ao  
2291 aumento do limite de NOX para as motocicletas acima de 130 quilômetros por  
2292 hora, do primeiro momento que é 2014 para o segundo que é em 2016, que  
2293 aumentou de 015 para 017. Por último, algumas considerações são pertinentes

96



2294ao tema, mas aí não sei se são pertinentes a resolução, a primeira, é em  
2295relação à coleta de valores de emissão de CO2, se não me engano no  
2296PROMOT 3 já eram coletados e nessa resolução não foi citado, e a segunda  
2297seria uma proposta para o IBAMA de inclusão dos valores de motocicletas no  
2298Programa Nota Verde.

2299

2300

2301**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – David, eu vou pedir para o Paulo  
2302tentar fazer essas explicações que são bem-vindas para todos nós. Vamos lá.

2303

2304

2305**O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Bom, em primeiro lugar, os  
2306esclarecimentos na explicação da apresentação da proposta foi explicado tudo  
2307isso, essas três coisas que você me perguntou aqui agora, eu não sei se você  
2308estava na reunião passada, então, eu acho que não era questão... Vamos lá.  
2309Primeira, repetir.

2310

2311

2312**O SR. DAVID SHILING TSAI (IEMA)** – Mudança do ciclo de teste.

2313

2314

2315**O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Essa é a primeira atualização da nova  
2316fase é a mudança do ciclo de teste, nós estamos saindo de um teste que é  
2317constante para um teste transiente que é muito mais exigente e exige muito  
2318mais do produto. Em segundo lugar, eu queria dizer o porquê também, lá na  
2319resolução que criou o PROMOT da 297 fala que nós devemos seguir as  
2320atualizações feitas na Europa, então, é uma atualização feita no programa  
2321europeu e nós estamos seguindo isso porque os limites para essa primeira  
2322etapa são os mesmos. Como nós estamos mudando o ciclo e o ciclo é muito  
2323mais exigente do que o atual, então, esses limites já são muito exigentes  
2324dentro do novo ciclo, isso não mudou, para fazer todas as adaptações  
2325necessárias para poder rodar esse novo ciclo. Da velocidade para a cilindrada,  
2326exatamente, o novo ciclo impõe que com o novo ciclo, se você deixasse a  
2327classificação de cilindrada, iriam ter muitas motos que conseguiriam fazer o  
2328ensaio, então, por isso que, por exemplo, para você ter uma ideia hoje o ciclo  
2329vai até 50 quilômetros por hora e o novo ciclo vai até quase 130, então, quer  
2330dizer, muitas motos não iam conseguir rodar o ciclo e por isso que você  
2331classifica o ciclo, a nova classificação por velocidade porque você vai  
2332enquadrar as motos que conseguem rodar o ciclo abaixo e a acima de 130 e  
2333essa é a divisão que foi feita na Europa.

2334

2335

2336**O SR. DAVID SHILING TSAI (IEMA)** – Então, têm dois ciclos diferentes, um  
2337para cada (...) velocidade.

2338

2339

2340 **O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Não, é o mesmo ciclo, só que têm fases  
2341 diferentes. Abaixo de 130 não consegue cumprir todas as fases do ciclo, então,  
2342 quer dizer, por isso que é por velocidade.

2343

2344

2345 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Faltou alguma coisa?

2346

2347

2348 **O SR. DAVID SHILING TSAI (IEMA)** – A questão do limite de NOX para as  
2349 motocicletas acima de 130 que aumentou de 2014, está 015 para 017.

2350

2351

2352 **O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – É uma outra decorrência do ciclo, com  
2353 essas motos, elas têm a dificuldade de atender esse limite que tem neste novo  
2354 ciclo. Então, teve que fazer um ajuste nessa primeira fase.

2355

2356

2357 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Na realidade, não aumentou,  
2358 mudou a forma de avaliação

2359

2360.

2361 **O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Mudou a forma de avaliação. Você muda  
2362 de 15 para 17, mas, na verdade, você está exigindo muito mais da motocicleta.

2363

2364

2365 **O SR. DAVID SHILING TSAI (IEMA)** – Mas, em 2014, já não é usado o ciclo  
2366 harmonizado mundial?

2367

2368

2369 **O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/Sudeste)** –  
2370 Sim, o da ABNTC.

2371

2372

2373 **O SR. DAVID SHILING TSAI (IEMA)** – Eu estou vendo aqui no art. 2º, item, B  
2374 está ali, modelos novos acima de 130 NOX 015, e em 2014 e em 2016, no art.  
2375 em 2014.

2376

2377

2378 **O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/Sudeste)** – É  
2379 que teve um ajuste, você viu simplesmente o NOX. Na segunda fase, se você  
2380 olhar o hidrocarboneto, ele foi muito apertado, quando você aperta o  
2381 hidrocarboneto teve que dar um aumento no NOX, senão você não conseguiria  
2382 ajustar as duas coisas. Você diminuiu muito o hidrocarboneto, mas para  
2383 conseguir esse hidrocarboneto teve que aumentar o NOX para manter nesse  
2384 novo ciclo, então, numa primeira fase se mantém os valores estipulados, mas  
2385 com ciclo novo, só que na segunda fase, o hidrocarboneto foi lá para baixo e aí  
2386 NOX...

2387

101

2388

2389 **O SR. DAVID SHILING TSAI (IEMA)** – Então, foi considerado o conjunto HC  
2390 mais NOX.

2391

2392

2393 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Mais alguma observação Davi?

2394

2395

2396 **O SR. DAVID SHILING TSAI (IEMA)** – Em relação, eu não sei se é pertinente  
2397 para essa resolução, mas é pertinente ao tema, em relação ao CO2, que na  
2398 resolução passada era cobrado, não sei se pelo fato de não citar aqui se ele  
2399 deixa de ser cobrado e a questão de uma sugestão para o IBAMA de incluir no  
2400 Nota Verde.

2401

2402

2403 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Essa é uma sugestão.

2404

2405

2406 **O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Nota Verde tudo bem, é uma questão só  
2407 de juntar os dados porque nós estamos trabalhando já nisso, então, com a  
2408 ajuda de vocês... Com relação ao CO2, uma coisa não revoga a outra, são  
2409 novas etapa, mas o que está em exigência é sempre uma atualização do  
2410 programa que já está sendo exigido e continua sendo exigido.

2411

2412

2413 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Mais algum esclarecimento?  
2414 Eu, primeiro, vou aprovar o texto base e fazer um intervalo de dez minutos. Eu  
2415 vou ver se é possível vocês trabalharem nas emendas enquanto nós abrimos a  
2416 discussão do ponto de pauta já. Vamos fazer o seguinte, todos estão  
2417 esclarecidos? Então a ideia é vamos aprovar o texto base, certo? Vamos botar  
2418 o texto base, está aí já? Já. Então assim, alguém é contrário a aprovação do  
2419 texto base? Todos são a favor? Uma abstenção que é da FURPA. Então, eu  
2420 vou fazer nominal aqui.

2421

2422

2423 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Aprovação do texto base.

2424

2425

2426 **O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA-ES)** – Aprovação do texto base.

2427

2428

2429 **O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/Sudeste)** –  
2430 Aprovação do texto base.

2431

2432

2433 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Abstenção.

2434

2435

102

2436A **SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Aprovação do texto  
2437base.

2438

2439

2440A **SR<sup>a</sup> NÃO IDENTIFICADA (MMA)** - Aprovação do texto base.

2441

2442

2443**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – MMA aprovação do texto base  
2444também. Bom, agora vamos abrir para as emendas, nós fazemos um intervalo  
2445dez minutos para incorporarem as emendas ali tanto apresentada pela  
2446ANAMMA como apresentada pela CNI. Eu não identifiquei nenhuma emenda  
2447aqui pelo Davi, mas caso queira apresentar, o Dr. Francisco, pode acolher.

2448

2449

2450**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vamos lá, gente. Vamos retomar.  
2451Bom, já foram adicionadas as emendas que foram fruto dos nossos pedidos de  
2452vistas. Bom, primeira proposta de emenda é da ANAMMA Sudeste que pede a  
2453supressão do art. 2º. É isso?

2454

2455

2456**O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –  
2457Era. N[os conversamos aqui e houve o entendimento errado, na verdade, nós  
2458estávamos propondo a mesma coisa, mas de forma diferente. Então mantém  
2459como está.

2460

2461

2462**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então retirada. Suprimida a  
2463supressão. Obrigado Dr. Schettino. Vamos avançar? Próxima emenda,  
2464proposta ANAMMA Sudeste ela adiciona quatro itens na alínea A é isso? No  
2465Art. 3º.

2466

2467

2468**O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –  
2469Isso da mesma forma que viemos discutindo, esses valores são importantes  
2470para o Programa de Inspeção estávamos também discutindo aqui uma outra  
2471forma de abordar, não sei como é que...

2472

2473

2474**O SR. LUCIO NOBUYUKI TIBA (ABRACICLO)** – O que eu estava  
2475conversando agora com o Márcio do Schettino e com o pessoal aqui é com  
2476relação às referências que nós estamos utilizando para definir esses limites  
2477para o PROMOT 4, os valores que estão sendo apresentados aqui são valores,  
2478propostas que estão sendo também discutidas na Europa e que nós não  
2479estamos inventando valores, a ideia é que se utilize, até o Paulo Macedo  
2480colocou, regulamentos europeus como base para fazer o PROMOT 4 e para  
2481esse regulamentos europeus não há valores de referência para CO e HC em  
2482marcha lenta. Então nesse primeiro momento, apesar de haver a proposta, nós  
2483concordamos também de haver uma necessidade de estarmos especificando

2484algo nesse sentido. Como fabricantes, não temos esses valores de referência  
2485por quê? Por não termos uma referência internacional, não temos como colocar  
2486isso como critério de projeto nesse momento; não temos ainda produto para  
2487poder mensurar e medir, ter ordem de grandeza desses valores nesse  
2488momento. Então a proposta que nós tínhamos colocado é deixar de alguma  
2489forma a ser definida, num momento em que nós tivermos condições de estar  
2490apresentando uma proposta com valores realmente viáveis. Eu cria ouvir o  
2491Paulo Macedo.

2492

2493

2494**O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Marcha lenta acelerada? Como é que é o  
2495negócio? Essa aferição eu nunca tinha visto não. Bom, eu até concordo que  
2496tenha um valor, agora não sei também quem propôs esses números aí.

2497

2498

2499**O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –  
2500Em cima da nossa estatística.

2501

2502

2503**O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Se todo mundo está inseguro, mas uma  
2504coisa é certa, se nós estipulamos lá na outra que seria 2400 para Inspeção,  
2505talvez fosse um valor para iniciar aí o que foi estabelecido lá para Inspeção que  
2506aí é uma referência mais, que na verdade, são dez vezes menos do que está  
2507para lá para Inspeção aí.

2508

2509

2510**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Márcio explica para nós porque é  
2511importante.

2512

2513

2514**O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –  
2515Eu vou passar a palavra para o Gabriel para ele explicar nossa estatística, de  
2516onde chegamos a esses números, talvez não necessariamente esse número,  
2517mas talvez algo inferior aquilo que nós...

2518

2519

2520**O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO (Envirom Mentality)** – Aqui tem vários  
2521argumentos que nos levam a esses números. O primeiro deles é que da  
2522mesma forma que os automóveis, a moto também tende a ter um CO de  
2523marcha lenta e um HC de marcha lenta muito baixo quando ela entra no nível  
2524de tecnologia de injeção eletrônica e catalisador eficiente. E a prova disso, nós  
2525tiramos de uma estatística das motos *flex* que nós já temos, nas inspeções em  
2526São Paulo nós temos 3000 motocicletas *flex*, fabricadas como *flex*, não feita  
2527em casa, que apresentaram valor de CO entre 0,25% quando mais novas e 1%  
2528quando beirando os 100.000 mil quilômetros. Nós já temos motos de um ano  
2529com 100.000 quilômetros, tem 4% dessas 3000 motocicletas, portanto 4 vezes  
25303, 12, 120 motocicletas que ultrapassaram 50.000 quilômetros e elas ainda  
2531estão com 1% de CO sem nenhuma exigência para ser menos ou para regular

2532com menos. Então isso nos leva a crer que as tecnologias de futuro, da face  
2533M4 que serão... Esperadas que sejam, com injeção, com catalisador de alto  
2534nível tecnológico, sejam no mínimo semelhantes às motos *flex* de hoje, e isso  
2535levaria a um número desses que é 02 e 100 PPM que é o mesmo valor que nós  
2536pusemos na L6 para os automóveis porque são bastante semelhantes. As  
2537motos grandes nós não temos estatística, por exemplo, eu não tenho 3000  
2538BMW 100 cilindradas, 500 cilindradas, isso não tenho, a estatística dessas  
2539motos importadas é um estatística frágil, mas via de regra elas atendem os  
2540limites dos automóveis. Então isso nos levou a fazer essa proposta, quer dizer,  
2541colocar alguma coisa em torno de 020 a 100 PPM com base nesses dois  
2542grupos de veículo que nós já conhecemos e que já existem, quer dizer, eu acho  
2543que de hoje a 2016 é tempo suficiente para ir atrás de buscar as tecnologias  
2544que já existem e que já produzem esse resultado, inclusive enfatizando na  
2545moto *flex* ela é uma moto comercial de 150 cilindradas, não é uma BMW, não é  
2546uma moto caríssima. Agora, são esses os dados que nos levaram a colocar um  
2547número. Não faz sentido n[os pensarmos hoje em botar 1,5%, 2% por cento só  
2548porque acabamos de ver que as motos comuns, inclusive as que têm problema  
2549chegam perto disso, quer dizer, a fase que nós estamos discutindo agora é  
2550uma fase nova. Então essa é a razão da proposta, dá para ser em vez de 020,  
25511030? Dá, mas não temos tanta segurança assim que seja esse número, quer  
2552botar 150 PPM? Dá, mas multiplicar isso por cinco eu acho que é muito  
2553folgado.

2554

2555

2556**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Na linha do que nós  
2557estamos tratando de programa de gestão, eu queria saber do Rudolf e do  
2558Paulo qual seria o ganho sobre o ponto de vista da gestão comparável risco de  
2559ter um parâmetro que não tenha tanta segurança porque só medida em São  
2560Paulo, em situações muito específicas. Então eu queria saber qual é, porque  
2561quando vocês pensaram primeiro a proposta não tinha esses dois parâmetros.  
2562Então quero saber, nós precisamos avaliar qual é o ganho frente ao risco  
2563porque o risco de acordo com o Lúcio é claro, evidente, não tem isso ainda tão  
2564bem colocado e apesar do dado de São Paulo é um dado. Então entender isso  
2565melhor.

2566

2567

2568**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Os meus comentários são  
2569convergentes com que a Patrícia coloca. Eu tenho muita preocupação de estar  
2570apresentando novos parâmetros, com novos valores sem que isso tenha sido  
2571exaustivamente debatido, mesmo que a estatística nos dê um apontamento da  
2572tendência, eu acho que nesse caso específico é algo que, inclusive a  
2573NOVOPEA Não faz, porque nós vamos inovar nesse aspecto? Eu queria até  
2574entender isso, quando você tem uma legislação consolidada, debatida ao longo  
2575do tempo você tem mais segurança de... Ah! Esse parâmetro é um parâmetro  
2576que já foi estudado e já foi debatido e nesse caso não, e se esse Conselho  
2577acha que deve colocar novos parâmetros, eu pelo menos acho não deveríamos  
2578nominar parâmetros e nem valores e deixar a cargo de algum outro ato  
2579normativo, por exemplo, Portaria até do IBAMA definir parâmetros adicionais

2580quando houver um caráter internacional porque eu tenho muita dificuldade, eu  
2581teria muita dificuldade, acho que esse é o tipo do assunto que a Câmara  
2582Técnica não deve debater, esse tema deve ser debatido num Grupo de  
2583Trabalho, com especialistas, com tempo para fazer isso até chegar num  
2584acordo, pode ser 020, pode ser 030, pode ser 010, pode ser 1, aí é muito  
2585complicado nós tomarmos essa decisão aqui agora. Eu acho arriscado. Eu  
2586particularmente não gosto, gosto sim de discutir num GT exaustivamente, ter  
2587uma posição mesmo que eu acho que seja divergente, traz para a Câmara,  
2588mas com posicionamentos mais ou menos claros. Isso para mim não tem  
2589clareza, dados estatísticos talvez não seja o suficiente nesse momento para  
2590adotarmos novos parâmetros. É pelo menos a minha visão. Eu pondero com  
2591você e quero ouvir o Ministério do Meio Ambiente de como proceder nessa  
2592questão, inovar nesse aspecto colocando valores que nós mesmos, aliás, nós  
2593não, que a comunidade internacional não tem consenso sobre isso ou por  
2594algum motivo não quis disciplinar, eu tenho receio. Era isso.

2595

2596

2597**O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Bem eu cria começar corrigindo uma fala  
2598do Lúcio no início da apresentação dele quando ele falou: “eu concordo com o  
2599texto base”, na verdade ele não concorda, ele negociou esse texto base  
2600conosco. Então, quer dizer, aqui ele tem que defender o texto e conosco que  
2601eu digo com a CETESB e o IBAMA quando nós negociamos isso, nós  
2602realmente não tratamos de item aí exatamente porque seguindo a orientação  
2603do próprio CONAMA, que nós seguimos a regulamentação européia, não tem  
2604lá ainda esse valor definido. Eu acho que tem que ter o valor sim definido, mas  
2605eu estava pensando que se fizemos isso agora, vamos estar cometendo o  
2606mesmo erro que gerou a discussão do item passado, ou seja, determinando um  
2607valor na homologação que é diferente do valor que está lá no IM, na Inspeção,  
2608é diferente porque o questionamento é que era diferente o valor da  
2609homologação e do IM é outro e aí está sendo a mesma coisa, sendo que é  
2610inverso claro, uma é menor e a outra maior, mas eu quero dizer o seguinte,  
2611será que não é o mesmo erro? Eu não sei duas uma ou nós discutimos isso  
2612melhor ou realmente não me sinto seguro para colocar um parâmetro desse  
2613novo nesse patamar. Com a informação que acabamos de aprovar um outro  
2614para Inspeção, não sei, pode até que seja 01, 0001 um dia que nós cheguemos  
2615nesse valor, mas hoje não tenho segurança nenhuma de botar esse número.  
2616Talvez se botar o 2 que nós determinamos para a Inspeção seja mais factível  
2617porque aí não vai prejudicar ninguém e é apenas uma referência que depois  
2618pode ser revista e baixado para até quando você começar a ter os valores de  
2619referência mesmo, ou seja, os valores típicos ou pode começar também em  
2620vez de determinar como limite, mas determinar que seja colhidos valores  
2621típicos desses valores para um determinado momento, período e depois nós  
2622fixamos o limite.

2623

2624

2625**O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** – Acho que o interessante hoje é que  
2626nós tivemos oportunidade de no mesmo dia falar das duas grandes áreas da  
2627questão da poluição atmosférica veicular, de um lado o IM e agora a

2628homologação dos veículos novos. Nós discutindo o IM, nós estamos tratando  
2629de mundo que existe, que está lá fora e nos cabe determinar o que imaginamos  
2630que seja o aceitável para que eles continuem rodando e agora nessa nova  
2631discussão dos veículos novos nós já não temos essa limitação, estamos  
2632tratando de algo que vai existir a partir de 2016 e que, portanto, vai estar num  
2633programa de IM em 2018 e que certamente o CONAMA vai estar  
2634estabelecendo novos parâmetros para quando esse dia chegar, mas tudo que  
2635tem aqui dentro do texto, como o Paulo estava dizendo, foi exaustivamente,  
2636tecnicamente discutido. Então eu acho que no momento como esse de  
2637discussão trazer algo novo, por mais interessante que seja, por mais benefícios  
2638ambientais que eu espero que essa novidade traga, eu acho que tem que  
2639sentar para discutir numa outra situação, num Grupo de Trabalho ou nós  
2640fazemos negociações bilaterais e vai aumentando isso, mas acho que inserir  
2641agora uma novidade assim dentro da Câmara Técnica, eu acho que não tem  
2642muito como nós avaliarmos e eu como MMA, o Paulo como IBAMA, trazer os  
2643Conselheiros à nossa posição se é adequado ambientalmente ou não. Então  
2644eu acho que eu fico com prudência de nós esticarmos. Se for o caso de se  
2645manter a proposta, que tenhamos outro momento, outro espaço de discussão.

2646

2647

2648**O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE) –**  
2649Veja bem, a nossa preocupação está calcada no que nós discutimos  
2650praticamente de manhã, é de ter os limites e eles sejam o parâmetro para que  
2651nós não tenhamos os problemas que estamos tendo hoje. Concordo também  
2652que essa estatística mostra uma tendência, uma possibilidade, mas tem muita  
2653coisa para ser levantada. Eu acho que mesmo que nós não fixamos os limites e  
2654não haja condição de fazê-lo agora, talvez dentro da tua linha, Paulo, quer  
2655dizer, fique aí claro que ele tenha de ser medido e da mesma forma que nós  
2656fizemos na proposta da 418 em que haverá uma definição a partir de uma  
2657estatística montada, mas que ele tenha que ser medido. Para ninguém falar,  
2658“olha não medi, não vi, não sei, não é parâmetro”. Então que seja medida na  
2659homologação, que esses valores sejam fixados e aí eventualmente pode até se  
2660adotar aquilo, o valor que foi homologado numa determinação lá na frente, o  
2661importante é não deixarmos isso solto para que de alguma forma possamos  
2662trabalhar isso lá na frente. É essa, na verdade, era maior mensagem nossa, o  
2663quanto tem que dar nós realmente não sabemos, a nossa estatística indica que  
2664isso é possível.

2665

2666

2667**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Dentro de uma linha vocês  
2668retirariam essa proposta e colocaria tipo um Parágrafo aí com esse... Então  
2669vamos preparar um texto.

2670

2671

2672**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT) –** Um texto que  
2673pudesse indicar a necessidade de estudar, de avaliar e de informar.

2674

2675



2676 **O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Eu tenho uma proposta, a exemplo do  
2677 que fizemos no passado com os automóveis, nós poderíamos colocar o  
2678 seguinte, você informa o valor medido e a partir daí o valor esse valor que você  
2679 informou aí passa a ser o valor oficial para aquele veículo, para o IM. Entende?  
2680 Você vai medir o que der é.

2681

2682

2683 **O SR. LUCIO NOBUYUKI TIBA (ABRACICLO)** – O valor de homologação?  
2684 Motocicleta nova sem considerar a deteriorização no período?

2685

2686

2687 **O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Como é que está hoje?

2688

2689

2690 **O SR. LUCIO NOBUYUKI TIBA (ABRACICLO)** – Eu considero, acho que deve  
2691 ter uma deteriorização até um determinado momento que existe um ponto que  
2692 precisa fazer a manutenção. Então até esse determinado momento, se ele for...  
2693 Que tem um desgaste, mas que consegue, digamos assim, ele tenha uma  
2694 emissão, digamos assim, aceitável, pode ser que esse valor de marcha lenta  
2695 tenha uma pequena alteração. Essa preocupação. E outra é que apesar da  
2696 motocicleta de homologação ser representativa de produção existe variação  
2697 para mais e para menos. Então motocicleta de homologação, sabemos que é  
2698 uma motocicleta que é utilizada com componentes que tem menor, vamos  
2699 pegar assim, o valor médio de cada componente que retrata o valor médio  
2700 obtido na produção. Pode ser o que valor que se obtenha em função da  
2701 variação de produção supere um pouquinho ou tenha um valor até melhor,  
2702 essa avaliação que precisamos saber com fabricantes. Se pegar um valor  
2703 médio é arriscado em função dessa variação de produção.

2704

2705

2706 **O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Teria que pensar.

2707

2708

2709 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – A preocupação de  
2710 sempre, principalmente em termos de consumidor, compra-se uma moto hoje,  
2711 mas os valores que serão apresentados mesmo com manutenções periódicas  
2712 há uma degradação da máquina. Então esses valores têm uma tendência a  
2713 não se confirmarem, serem maiores em futuro de um, dois, três anos que é  
2714 tempo de vida útil do produto. Então ao se colocar o valor de homologação que  
2715 é o valor de máquina nova como um valor de inspeção e manutenção é  
2716 condenar um consumidor a três anos depois estar mesmo regulado, mesmo  
2717 com boa manutenção está fora do processo.

2718

2719

2720 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Minha proposta é na linha de,  
2721 vamos dizer assim, preparar um substitutivo aí para esse... Um Parágrafo.

2722

2723

2724**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu acho o seguinte,  
2725enquanto não houver uma referência internacional, algo substancial que nos  
2726dê segurança para que isso seja valor de homologação, eu acho que não  
2727devemos colocar... O máximo que eu falaria no caso para dar uma cobertura, o  
2728que poderia, não sei se não tiver, por favor, me corrijam aqui, que valores são  
2729em marcha lenta e HC em marcha lenta, poderão ser estabelecidos pelo  
2730IBAMA mediante a uma base técnica internacional. Eu acho que se houver  
2731uma referência internacional caberia você mesmo disciplinar através de uma  
2732Portaria. Você pode fazer isso. Apenas para nós nesse meio período, Roberto,  
2733não ter que rever de novo a Resolução.

2734

2735

2736**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Só assim, a coisa está indo,  
2737estou tentando conduzir um pouco para ver se nós... Parece que essa proposta  
2738do jeito que está, não tem muita viabilidade aqui na Câmara, tem ainda algum  
2739espaço para alguma coisa alternativa, talvez vocês possam propor. Vou passar  
2740a palavra para vocês aí nós, em princípio, aguardamos vocês proporem uma  
2741outra coisa e essa proposta vocês retiram Pode ser assim?

2742

2743

2744(*Intervenções fora do microfone*)

2745

2746

2747**O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –  
2748Era a primeira proposta, ou seja, os valores têm que ser anotados, têm que ser  
2749medidos.

2750

2751

2752**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Mas não são valores de  
2753homologação, são valores que você deve medir para que no futuro...

2754

2755

2756**O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –  
2757Na homologação.

2758

2759

2760**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Tudo bem, nós colocamos  
2761como dispositivo a parte.

2762

2763

2764**O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –  
2765Sim, foi a proposta que fizemos, quer dizer, mede-se para que você possa  
2766saber já que não existe nenhum referendo internacional, vamos saber qual é,  
2767homologou e aí a partir dele se faz os ajustes necessário para o IM.

2768

2769

2770**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vamos fazer o seguinte, vocês  
2771preparam essa redação e nós voltamos a esse ponto logo a seguir. Vamos

117

2772avançando. Prepara aí Schettino. Mesma coisa. Então isso também fica  
2773destacado em amarelo. Vamos lá, Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, por favor, isso é  
2774proposta da ANAMMA também? Vai Márcio.

2775

2776

2777(*Intervenções fora do microfone*)

2778

2779

2780**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então fica em amarelo também  
2781não é? É isso. Tudo isso aí fica amarelo. Vai ser substituído pelo primeiro...

2782

2783

2784(*Intervenções fora do microfone*)

2785

2786

2787**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – É em amarelo para  
2788poder rever na linha do valor.

2789

2790

2791**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – É isso deixa tudo em amarelo e  
2792vem uma proposta para substituir tudo isso aí. É isso que estou propondo.  
2793Vamos avançar. ANAMMA Sudeste art. 3º.

2794

2795

2796**O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –  
2797Aí nós até pedimos ajuda porque a norma que era puxada aí antigamente ela  
2798não dizia nada. Então como falava que o ciclo é WMTC, o de acordo com a  
2799norma tal, aquela norma citada simplesmente era uma tabela que não  
2800especificava o simples e aí nós puxamos as normas que especificam esse  
2801ciclo. Então não sei se aí estão todas ou se existe a necessidade de  
2802complementar, mas essas são dentro que nós pudemos apurar as normas que  
2803exatamente traduzem o ciclo.

2804

2805

2806**O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** – Não tenho nem como comentar isso.

2807

2808

2809**O SR. LUCIO NOBUYUKI TIBA (ABRACICLO)** – Eu teria que fazer uma  
2810pesquisa, uma consulta aos universitários para poder ratificar essa informação.  
2811Eu não tenho informação nesse momento, não tenho condições realmente de  
2812afirmar se esse complemento ou se tem mais algo que possa ser  
2813acrescentado.

2814

2815

2816**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu pergunto de novo  
2817qual é a necessidade disso enquanto aplicação de norma. Eu vou aplicar a  
2818norma então eu tenho um nível de conhecimento razoável sobre o que estou  
2819fazendo e qual é a necessidade disso? Porque corremos o risco de estar

118

2820faltando informação ou de ter uma ou outra informação. Então qual é a  
2821necessidade?

2822

2823

2824**O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE) –**

2825Veja bem, você determina que um veículo seja em uma velocidade maior que  
2826130 quilômetros por hora e outro menor, como é que define isso? Como faz  
2827isso?

2828

2829

2830**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Esse negócio não precisa estar

2831numa Resolução CONAMA no meu entendimento, pode estar numa Instrução

2832Normativa que o IBAMA defina. Existem questões complementares, eu tenho

2833medo desse tipo de questões nessa Resolução aí, eu acho que existem

2834questões de caráter técnico... É que nem ficar citando regra de ABNT em

2835Resolução CONAMA, entendeu? Tem que ter um certo cuidado. Eu queria o

2836seguinte, Márcio realmente nós estamos fazendo uma avaliação da

2837necessidade, não que isso está errado, mas se é adequado, vamos dizer

2838assim, adicionar isso. Eu estou tentando traduzir o sentimento que estou na

2839Câmara.

2840

2841

2842**O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE) –** A

2843preocupação foi a seguinte, existia aí o número de um norma e nós puxamos

2844essa norma, essa norma não dizia absolutamente nada. Então existia um erro

2845que estava puxando uma norma que não definia o que ela definia. Então nós

2846nos preocupamos em definir bem já que houve a preocupação no texto em

2847puxar uma norma, nós fomos buscar as normas certas e o próprio texto aí diz

2848que o IBAMA deve fazer a Instrução Normativa nesse sentido.

2849

2850

2851**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Pois é aí que eu acho assim, nós

2852remetemos então ao IBAMA uma Instrução Normativa, fazer esse...

2853

2854

2855**O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE) –**

2856Não tem problema. A nossa preocupação é que a norma citada estava errada e

2857se nós fôssemos por ela nós estávamos em cima de parâmetros errados.

2858

2859

2860**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Então aí deixamos o quê?O que

2861tem que fazer é uma substitutiva aí. É mérito ou encaminhamento? Estamos

2862justamente agora tentando acertar o encaminhamento.

2863

2864

2865**O SR. DANIEL SERIQUE (ADEMASP) –** Eu sugiro que essa proposta da

2866ANAMMA Sudeste, desce só um pouquinho, por favor, como têm muitas

2867normas dentro desse Artigo, uma cláusula operativa não convém colocar esse

2868tipo de especificidade. Eu sugiro que em vez de colocar toda essa  
2869especificidade, nós coloquemos uma cláusulas pré-ambulatoria sugerindo ao  
2870IBAMA que adotasse as melhores práticas disponíveis e que adotasse ainda  
2871sugestões que foram acatadas em outras regiões como no caso da  
2872comunidade européia. Então eu acredito que seja melhor não adianta entrar  
2873numa especificidade técnica dentro tão grande de uma cláusula operativa, eu  
2874acho que é desnecessário porque a cláusula operativa acabar gerando uma  
2875revisão da norma frequentemente e dentro dessa perspectiva é mais fácil,  
2876digamos, transmitir, não é transmitir, mas é dar ao IBAMA a liberdade de adotar  
2877a melhor prática disponível. Muito obrigado.

2878

2879

2880**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu vou pintar de amarelo  
2881também e propor um destaque. Acho que damos destaque nisso aqui porque aí  
2882nós já... A orientação está data, essa questão de remeter ao IBAMA fazer essa  
2883regulamentação através de uma Instrução Normativa. Isso. Ok? Então  
2884destacamos isso também e aí preparamos um substitutivo aí logo, rapidinho.  
2885Estou tentando tratar de mérito e acerta a redação depois.

2886

2887

2888**O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Eu estava lembrando aqui, que isso está  
2889previsto nas disposições gerais da proposta que é o Art.15. O IBAMA deverá  
2890atualizar e sempre que necessário regulamentar através de Instrução  
2891Normativa com fundamentação técnica os procedimentos de ensaio e emissão  
2892de ruídos referentes ao PROMOT.

2893

2894

2895**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Isso nós podemos resolver fora  
2896de uma Resolução, pode publicar isso no site do IBAMA, é justamente isso, eu  
2897não preciso, eu quero assim, quanto mais... Ela tem que ser adequada essa  
2898Resolução, o mais enxuta possível, não pode sobrar e aí é um pouco essa  
2899preocupação nossa quanto mais coisa coloca mais possibilidade de errar nós  
2900temos. Então o que der para... O essencial tem que ficar, mas isso aqui no meu  
2901entendimento é que pode muito bem ser... Entenderam?

2902

2903

2904**SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** – Nós  
2905estamos pedindo para tirar do texto original exatamente para não dar confusão  
2906como essa está dando, o número da norma que puxaram ali porque o que  
2907trouxe o problema...

2908

2909

2910**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Na realidade vocês têm duas  
2911questões, querem suprimir aquela norma que teve um entendimento errado e  
2912aí partindo do pressuposto que está retirando isso até porque a possibilidade  
2913de errar também é grande, nós vamos tentar através de uma Instrução  
2914Normativa do IBAMA resolver isso aí.

2915

123

2916

2917**SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE) –**

2918essa era a ideia.

2919

2920

2921**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Então na realidade vocês estão

2922propondo a revogação também, é isso?

2923

2924

2925**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) –** Só retirar a referência

29262006/72/EC, fica regulamentação da comunidade europeia.

2927

2928

2929**SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE) –** O

2930que causou toda a confusão foi exatamente o nome.

2931

2932

2933**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Retirando o nome você se sente

2934contemplado, se precisar nós depois complementamos com instruções. Então

2935vocês retiram essa proposta, é isso?

2936

2937

2938**SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE) –**

2939Para deixar bem claro, nós pegamos essa norma e essa norma não dizia nada

2940está aí. Aí que veio a preocupação.

2941

2942

2943**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Aí nós revogamos isso aí e se for

2944necessário publicar alguma coisa nós revisamos e não precisa ser uma

2945Resolução CONAMA. Ok? Vamos em frente. Bom aí de novo Art. 5º. Aí

2946também em destaque, vamos ver se resolver lá resolve aqui também.

2947

2948

2949**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT) –** Aí é só uma sugestão

2950na hora que for resolver resolve no Artigo para não ficar repetindo.

2951

2952

2953**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Nós vamos fazer isso aqui logo

2954em seguida. Nós vamos identificar os problemas porque como chegaram essas

2955emendas, nós estamos tratando delas agora, é difícil. Vamos avançar. Aí

2956proposta CNI. Art. 7º. Wanderley.

2957

2958

2959**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) –** Basicamente é aquela

2960complementação que nós fizemos em relação à questão dos combustíveis, é

2961apenas isso, é um aperfeiçoamento dos dispositivos que já estavam.

2962

2963

124

2964**SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** – Vou  
2965bater de novo no Lúcio, mas é necessário, na verdade é o seguinte, essa foi a  
2966proposta que nós discutimos quando estava negociando e foi vencido, mas ele  
2967conseguiu voltar de novo como ABRACICLO, mas ele foi vencido. Ela é  
2968absolutamente desnecessária uma vez que toda essa questão de combustível  
2969está tratada nas outras Resoluções do CONAMA. Então, e as motocicletas não  
2970usam o combustível diferente dos veículos é o mesmo que está nas Resoluções  
2971da ABNT, da ANP, que já estão em vigor, publicadas no Diário Oficial. Não sei  
2972por que trazer essa mesma questão para dentro de uma nova fase parece até  
2973que na anterior não aconteceu isso, quer dizer, é totalmente desnecessário  
2974esse negócio aí. Já tinha sido discutido.

2975

2976

2977**O SR. LUCIO NOBUYUKI TIBA (ABRACICLO)** – Uma questão humanitária,  
2978direito de defesa. Paulo, eu concordo que está previsto no L6, existem  
2979Resoluções da ANP tanto é que eu mencionei, mas por uma questão de  
2980segurança juridicamente falando, no PROCONVE está sendo mencionado  
2981combustível para o PROMOT que é essa Resolução, em nenhuma outra parte  
2982se menciona. É só uma questão de segurança jurídica, se houver entendimento  
2983de todos de que se não mencionar questão de combustível no PROMOT e  
2984digamos que eventualmente tiver um problema de fornecimento de combustível  
2985com 50 PPM de enxofre para o mercado consumidor geral, vamos dizer assim,  
2986ou tiver algum problema como é que ficaria? Porque para o PROCONVE ele  
2987está coberto, para o PROMOT não estamos mencionando nada. Se é o  
2988entendimento de todos que para o PROMOT também tem essa segurança de  
2989que não vai ter problema nenhum, eu retiro, não tenho problema nenhum  
2990nesse sentido.

2991

2992

2993**O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Até porque se tiver problema para o  
2994PROMOT vai ter para o PROCONVE também. Então já está coberto lá

2995

2996

2997**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só complementar. Eu acho  
2998que têm certas coisas que quando nós fazemos, até falo, o que abunda não  
2999prejudica. Eu acho que esse é um caso, se o PROMOT não trata disso, é sério,  
3000é uma questão importante para o setor, isso não vai prejudicar, não vai mudar  
3001nada porque combustível você tem razão, é vendido para todo mundo, se não  
3002causa nenhum prejuízo deixa aí, nesse aspecto eu gostaria que deixasse. A  
3003minha vontade e até falando que eu não gostaria de retirar isso, gostaria que  
3004isso tivesse claro que para moto, para caminhão, para qualquer um, tudo  
3005depende de questão da qualidade do combustível. Então deixa. Se nunca foi  
3006citado cita pelo menos uma vez, a oportunidade é essa.

3007

3008

3009**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Concordo também,  
3010eu acho que tanto a colocação do Lúcio quanto do Wanderley é pertinente e o  
3011argumento do Paulo é no sentido de que está a mais na opinião dele, mas não

127

3012está a menos, não está atrapalhando e nem nada. Então eu acho que deve  
3013ficar.

3014

3015

3016**O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO (Envirom Mentality)** – Embora não seja  
3017Conselheiro, eu gostaria de dar o apoio para que fique porque desde que o  
3018PROCONVE ia nascer a discussão do combustível foi sempre uma  
3019preocupação para tirar o nosso sono. E eu ouvi ontem que existem tentativas  
3020ou vontades aqui em Brasília de mudar o teor de álcool na gasolina, quer dizer,  
3021esse fantasma não sai da cabeça nossa cabeça. Escutei ontem num Ministério  
3022aqui, que dizer, é bom reservar aqui o direito de ter um combustível adequado  
3023para o projeto que está sendo feito, até para usa como argumento e quando  
3024alguém quiser inventar um combustível novo, pensa duas vezes e respeita o  
3025que está escrito aqui para não ficar inventando coisas que depois dão  
3026problema ambiental.

3027

3028

3029**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Tem o entendimento da  
3030Conselheira da CNT, conselheiro da CNI, queria ouvir Elias, depois MME...

3031

3032

3033**A SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE MARTINS RÊGO (MME)** – Eu queria perguntar ao  
3034Paulo se houve já esse debate anteriormente, você colocou e foi... Chegaram à  
3035conclusão da discussão anterior que isso não precisaria estar ali contemplado.  
3036Então eu quero dizer que vou na sua linha viu Paulo, se vocês discutiram isso  
3037antes e já foi esse entendimento que não há necessidade disso até porque já  
3038tem o programa disciplinando, tudo que é fase, tudo que é, vamos dizer,  
3039mobilidade. Então eu concordo aí com... Não está contemplado.

3040

3041

3042**O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA-ES)** – Eu acho que se o texto  
3043não prejudica em nada, não vejo porque não constar. Eu concordo.

3044

3045

3046**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Concordo com a  
3047opinião que está prevalecendo, o certo é que não vai querer número como foi  
3048colocado e não tem referência internacional que possamos nos basear para  
3049fundamentar para não deixar em aberto. E garantir pelo menos um  
3050aprimoramento no futuro.

3051

3052

3053**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Só para entender. É a favor ou  
3054contra a proposta da CNI?

3055

3056

3057**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Sou contra não, sou a  
3058favor.

3059

128



129

3060

3061 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Só para ficar claro para registrar  
3062 aqui. MÁRCIO.

3063

3064

3065 **SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** – Sou  
3066 a favor.

3067

3068

3069 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então parece que é hegemônica  
3070 a posição da proposta da CNI. Algum problema? Ok. Então aprovada a  
3071 proposta da CNI. Vamos avançar? Proposta ANAMMA Sudeste. Márcio, por  
3072 favor.

3073

3074

3075 **O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO (Envirom Mentality)** – A proposta aí se  
3076 refere ao seguinte, a emissão evaporativa, o texto de emissão evaporativa é  
3077 um teste que focaliza o aquecimento do veículo pelo próprio funcionamento  
3078 numa fase e o aquecimento do tanque de combustível em outra fase por  
3079 insolação, por disposição ao sol. No automóvel isso é feito normalmente com  
3080 aquecimento do tanque. Na motocicleta dispensaram isso porque tem alguma  
3081 dificuldade para aquecer. Nós entendemos que existem alguns procedimentos,  
3082 por exemplo, a Fiat desenvolveu para tanque de combustível irregular que  
3083 irradia com lâmpada infravermelha e aquece do mesmo jeito e não depende  
3084 mais de ajuste de equipamento, irradia. Então nós não queremos definir aqui  
3085 que seja assim, mas achamos que a motocicleta por ter o tanque de  
3086 combustível alto e exposto ao sol, ela deve merecer uma atenção no sentido de  
3087 aprimorar esse método, para não segurar o desenvolvimento da Resolução nós  
3088 estamos sugerindo que se estude isso e se defina melhor.

3089

3090

3091 **O SR. LUCIO NOBUYUKI TIBA (ABRACICLO)** – Essa questão eu acho que é  
3092 questão de evaporativo realmente é um ponto importante que a ABRACICLO  
3093 concorda que tem que ser estabelecido, mas no momento ainda não há um  
3094 procedimento a nível mundial e é padronizado para ser realizado esse teste.  
3095 Então o que nós estamos aguardando é realmente uma referência mundial  
3096 para, a partir do momento que se defina um procedimento, nós possamos estar  
3097 adotando também algo que seja feito no consenso com o que vai ser aplicado a  
3098 nível mundial.

3099

3100

3101 **O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – O Gabriel na explicação dele justificou  
3102 porque não colocamos o frio, porque exatamente é difícil ser feito, ninguém faz,  
3103 e todo mundo deixou de lado, mas isso não impede de descobrir um dia um  
3104 novo método de medir a frio, fazer só com moto e nós fazemos. O Art 15 tem lá  
3105 o dispositivo que determina ao IBAMA qualquer revisão de qualquer inclusão  
3106 de novos procedimentos técnicos para medir alguma coisa. Então eu acho

131

3107desnecessários até porque o fácil o IBAMA, o IBAMA... E o IBAMA não dá  
3108(*Risos!*).

3109

3110

3111**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Esclarecidos? ANAMMA, o  
3112IBAMA não tem acordo com essa proposta, vocês continuam Achando que...  
3113Ok? Vocês acham que precisa votar ou vocês retiram?

3114

3115

3116**SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –  
3117Acho interessante de alguma forma mesmo que no Art. 15 diz que o IBAMA vai  
3118fazer uma série de coisas, se ele pode fazer, mas (*Risos!*).

3119

3120

3121**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A questão que o IBAMA não  
3122pode resolver todas as questões, acho que tem que haver um plano de  
3123trabalho.

3124

3125

3126**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Exatamente isso, se é  
3127verdade como o Lúcio falou aqui, que o mundo inteiro não conseguiu definir  
3128isso porque não é fácil de ser feito, é um pouco complicado colocar nas costas  
3129do IBAMA.

3130

3131

3132**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu acho que é uma questão meio  
3133complicada, eu não gosto de falar muito nisso não. Nós colocamos isso numa  
3134Resolução do CONAMA cria um grau de responsabilidade e obrigação que nós  
3135não sabemos até que ponto nós temos condição técnica de responder e qual o  
3136tempo também. Então me parece que não seria adequado da melhor forma, já  
3137está no Art. 15 essas questões, se for uma necessidade, temos que juntar  
3138esforços com a indústria com diferentes setores para criar esse procedimento  
3139técnico, mas não parece, não sinto muito confortável de tomar essa decisão e  
3140colocar na Resolução CONAMA, existe um espaço se houver essa priorização  
3141vamos discutir uma estratégia para isso, a própria CAP pode ajudar nesse  
3142processo.

3143

3144

3145**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – O que precisa saber  
3146é que eu não sabia que o Tribunal de Contas da União ele não só avalia  
3147preços, ele avalia o desempenho administrativo do órgão. Então se você coloca  
3148uma coisa dessa e o IBAMA não faz, os responsáveis são judicialmente  
3149cobrados, é um desfazer administrativo. Funcionário público não é brincadeira  
3150não, além de ganhar pouco tem o TCU na cabeça.

3151

3152

3153**O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** – também acho que... Não vejo muito  
3154bem localizado aí esse tipo de comando dentro da Resolução, quer dizer. ou

132

133

3155vem um comando de deverá fazer em tanto tempo, com tal objetivo, com  
3156resultado, e não é isso é uma ingerência dentro da atribuições de uma  
3157autarquia federal de algo, de um comando um pouco vago, acho que isso é  
3158algo que podemos discutir na Comissão de Acompanhamento do PROVONVE,  
3159nós podemos discutir com a indústria se ela patrocina esse tipo de estudo  
3160conosco, se a Petrobrás tem interesse em participar, mas quanto comando  
3161normativo aqui dentro, eu achei fora de lugar.

3162

3163

3164**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu gostaria de ouvir os  
3165Conselheiros, claro que ANAMMA defende.

3166

3167

3168**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu sou a favor de não  
3169acatar essa proposta da ANAMMA.

3170

3171

3172**O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA-ES)** – Vou me abster.

3173

3174

3175**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Não acatar CNT.

3176

3177

3178**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Também me abater.

3179

3180

3181**A SR<sup>a</sup>. CRISTINA (MMA)** – Eu também retiro. Eu acho que essa Resolução  
3182quanto mais enxuta deixar ela tem mais sucesso de ser implantada e sou  
3183desacordo, que nós nesse Artigo aqui que já falou nele, nós temos todas as  
3184condições ao longo de tempo, com os avanços, isso é um início, nós temos  
3185aqui a condição de fazer um aprimoramento dentro desses critérios novos que  
3186foi colocando pela Resolução. Por isso eu estou desde o início aqui me  
3187posicionando que seja realmente tirado os excessos, as coisas que de  
3188comando e como a Patrícia mesmo colocou, nós temos essa fiscalização  
3189constante e vocês podem saber que em programas, nós estamos tendo essa  
3190avaliação do TCU. Então temos que ter mais esses cuidados de não botar  
3191coisas que nós depois não possamos vir cumprir. Entendo que essa  
3192Resolução, quer dizer, sendo aprimorada dentro de um processo. Então  
3193vamos, dá tempo para isso chegar lá. Vamos começar já do fim para o meio.  
3194Então vamos deixar iniciar chegar ao meio para chegar lá no fim.

3195

3196

3197**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom eu acho que rejeitada a  
3198proposta da ANAMMA. Vamos avançar. ANAMMA alínea B, uma nova  
3199redação, por favor. Márcio.

3200

3201

134

3202**SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** – Aí  
3203na verdade, nós estamos propondo valores diferentes, aliás, bem diferentes do  
3204proposto na norma, indo muito em paralelo ao que nós temos para o  
3205automóvel. Então é basicamente a mesma coisa, só que com uma  
3206quilometragem que achamos que realmente faz sentido e não a outra que  
3207achamos que é muito pequena.

3208

3209

3210**O SR. LUCIO NOBUYUKI TIBA (ABRACICLO)** – Nós da ABRACICLO  
3211definimos os valores de 18.000 e 30.000 novamente baseados na  
3212regulamentação europeia, de comum acordo que isso dentro dos associados e  
3213também com o IBAMA que seguia o que a comunidade europeia está como  
3214regra. E outra informação, as motocicleta, as de pequenas cilindradas fazem...  
3215Pelo menos os fabricantes recomendam revisão a cada 3000 quilômetros.  
3216Então a periodicidade para se fazer uma manutenção também é diferente do  
3217veículo de 4 rodas, um automóvel. Então existem particularidades de veículo  
3218para veículo e daí a necessidade ou particularidade de ter essa quilometragem  
3219para fazer a durabilidade. Então eu acho que existe diferença de produtos,  
3220logicamente têm vários usos, motocicletas têm usos comerciais assim como  
3221automóvel, mas também tem o uso do dia-a-dia, das pessoas normais que  
3222usam para se locomover para ir ao trabalho e retornar. Então eu acho que em  
3223cima da média, digamos assim, é o que ABRACICLO considera e mesmo a  
3224comunidade considera real para se aplicar como uma distância a ser percorrida  
3225para durabilidade.

3226

3227

3228**SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** – Só  
3229complementar. Fazendo uma analogia, no PROVONVE se estabelece aí esses  
323080.000 quilômetros vieram do equivalente a cinco anos de uso, fazendo uma  
3231analogia e aí nós colocaríamos um novo número, não os 80.000 quilômetros,  
3232mas dentro da nossa estatística que nós levantamos de quilometragem rodada  
3233pelas motos, daria 50.000 quilômetros e estamos falando da mesma coisa  
3234cinco anos para um carro e cinco anos para uma moto, ou seja, a mesma  
3235analogia e aí tudo bem, entram essas questões que o Lúcio colocou que existe  
3236uma diferença de utilização e entrando essa diferença em vez de 80.000  
3237estamos colocando 50.000.

3238

3239

3240**O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Mantenho o valor que foi negociado até  
3241por entender que é um ensaio difícil e longo de ser feito e pode acarretar vários  
3242problemas de produção, ou precisa definir isso ante. Tem também a questão  
3243daqueles valores que são fixos, deve determinar o valor real para cada veículo.  
3244Na Europa estão também adotando uma quilometragem menor e simulando o  
3245resto através de modelos matemáticos. Então nós achamos por bem que esse  
3246é o número bom para começar no Brasil uma coisa. Vale salientar, nós  
3247estamos começando aqui a determinar fator de utilização para moto, veículo  
3248tem uma certa experiência. Então nós tentamos trazer essa experiência, moto

137

3249 realmente é diferente do veículo e sendo que foi o valor que negociamos com o  
3250 setor, eu mantenho o valor da proposta de teste base que foi aprovado.

3251

3252

3253 **O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** – A curva de sucateamento desse tipo  
3254 de veículo é completamente diferente, quer dizer, o tempo útil de relação a  
3255 veículos leves é bem melhor. Eu também não podia ser diferente do Paulo. Eu  
3256 recomendaria que mantivesse o texto original negociado.

3257

3258

3259 **O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO (Envirom Mentality)** – Eu queria colocar  
3260 algumas constatações. Na estatística que nós tivemos em São Paulo, isso são  
3261 170.000 motocicletas, o que apreendemos é que essas diferenças de fato  
3262 existem, mas não são tão diferentes assim, quer dizer, o sucateamento, a  
3263 durabilidade, o uso, a demanda pelo uso da moto, nos trouxe uma estatística  
3264 que começa com 12.000 quilômetros no primeiro ano, dez no segundo e nove  
3265 no terceiro e assim por diante, se fizermos, como o Márcio falou, analogia de  
3266 cinco anos que é o... O do automóvel é cinco, 80.000 quilômetros, o caminhão  
3267 é cinco anos ou 16.000 quilômetros, modernamente na Europa isso está  
3268 levando para 500.000 quilômetros nos caminhões de alta tonelagem, se trazer  
3269 esse conceito de cinco anos para motos, somando as primeiras  
3270 quilometragens, dá 50.000. Tínhamos proposto 80 porque as *flex* estão  
3271 chegando a um ano aos 50.000 quilômetros, tem uma amostragem boa de  
3272 motos com até 100.000 com coeficiente de deterioração bastante razoável.  
3273 Então propomos que fosse padronizado assim, mantendo o conceito, cinco  
3274 anos responde a todos esses questionamentos que foram levantados, 18.000  
3275 quilômetros não é significativo de uso de nada, isso é só um ano e meio de  
3276 uso, no máximo dois anos, não é uma garantia significativa.

3277

3278

3279 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós só temos que elogiar  
3280 todo o trabalho que a prefeitura de São Paulo faz, é uma pena que outras  
3281 capitais não sigam o exemplo de vocês com exceção do Rio, mas eu acho que  
3282 o Brasil inteiro deveria seguir esse exemplo, nós temos muito mais dados para  
3283 refletir realidades distintas nesse País. Eu acho o seguinte, bom, referências  
3284 internacionais são referências internacionais, elas obviamente têm a base  
3285 técnica de discussão longa e gostamos os não elas servem de parâmetro para  
3286 construir um raciocínio. Eu fico representando um fabricante, pensando na  
3287 situação dele. No Brasil, por exemplo, onde regiões rurais, onde a exigência  
3288 seria maior para manutenção desses veículos ou desgaste muito maior e  
3289 regiões onde outros fatores como temperatura, umidade também possam  
3290 influenciar, questão de salinidade, de zonas costeiras e por aí vai. Eu acho que  
3291 no momento como esse é uma questão dos novos parâmetros que foram  
3292 colocados lá para marcha lenta, arbitrar valores diferentes seria o risco que o  
3293 fabricante não gostaria de assumir porque a realidade pode no Brasil como um  
3294 todo, não na cidade de São Paulo, dizer alguma coisa diferente do que nós  
3295 estaríamos esperando, os 50.000 como vocês estão propondo aqui. Então a  
3296 prudência eu acho que nesse momento é manter a normativa internacional

138

3297 porque os dados de São Paulo eu acho que não refletem o País como um todo.  
3298 Então acho eu que deveríamos manter o texto base por ter mais condições  
3299 técnicas hoje e segurança para as empresas de estarem fornecendo porque,  
3300 vejam bem, é a garantia que ele tem que dar para quem está consumindo, se  
3301 aumenta demais a quilometragem e se verifica na prática não está sendo  
3302 atendido, quem vai ser acionado? E a insegurança jurídica vai toda para o  
3303 fabricante, e é o que nós não queremos e nem vocês gostariam que isso  
3304 acontecesse. Acho prudente mantermos a proposta original que foi discutida e  
3305 negociada e com base nada mais nada menos que uma normativa européia,  
3306 aliás uma diretiva européia. A minha posição então é manter o texto base.

3307

3308

3309 **O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA-ES)** – Eu concordo na  
3310 manutenção do texto base.

3311

3312

3313 **A SR<sup>a</sup>. CRISTINA (MMA)** – Concordo a manutenção do texto base.

3314

3315

3316 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Sou favorável que se  
3317 coloque, reduza para 50.000 quilômetros.

3318

3319

3320 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Texto base

3321

3322

3323 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então, rejeitada a proposta da  
3324 ANAMMA.

3325

3326

3327 **O SR. DANIEL SERIQUE (ADEMA-SP)** – Eu só gostaria de fazer uma  
3328 consideração que tanto no Inciso B como no Inciso C, a velocidade máxima  
3329 tem que ser igual ou maior a 180 Km/h, só uma pequena observação.

3330

3331

3332 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – É característica do veículo e não  
3333 que esteja a essa velocidade.

3334

3335

3336 **O SR. DANIEL SERIQUE (ADEMA-SP)** – É distância por tempo.

3337

3338

3339 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Quilômetros por hora. 130  
3340 quilômetros só a distância. Aí a mesma questão se aplica ao Inciso C, tem  
3341 alguma diferença que a ANAMMA gostaria de... Seria 80.000 quilômetros ou  
3342 50.000 quilômetros? Então fica prejudicada essa proposta. Cai junto. Ok.  
3343 Vamos em frente. Agora tem um novo parágrafo no artigo 9º proposto pela  
3344 CNI. CNI, por favor.

141

3345

3346

3347**O SR. LUCIO NOBUYUKI TIBA (ABRACICLO)** – Essa é aquela proposta  
3348inicial sobre a questão da durabilidade de se efetuar o teste de rodagem e não  
3349aplicar o coeficiente fixo. A questão da durabilidade de se rodar os 18.000 ou  
335030.000 está condicionado ao volume de vendas anuais. A partir do momento  
3351que se vende acima de 10.0000 unidades por ano, há necessidade de fazer  
3352obrigatoriamente a rodagem dos 18.000 e dos 30.000 e não utilizar o  
3353coeficiente fixo para questão de homologação. Como eu comentei, muitas  
3354vezes as empresas planejam a venda do produto, de repente não atinge  
335510.000 unidades no ano e eventualmente se houver sucesso nas vendas pode  
3356ser que ele passe a comercializar mais de 10.000 unidades no ano e teria que  
3357fazer realmente a rodagem real do veículo. Então para se resguardar desse  
3358prazo necessário para se fazer a rodagem sem que a empresa tivesse previsto  
3359o sucesso do modelo, dar esse prazo a partir do momento em que ele  
3360constatar que ele vai precisar fazer a rodagem a partir do momento que ele  
3361revalidar a ICM, 365 dias para ele efetuar esse levantamento do coeficiente  
3362real.

3363

3364

3365**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Paulo Macedo explica para nós.

3366

3367

3368**O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Na verdade esse critério já aplica aos  
3369automóveis e é tudo isso mesmo que o Lúcio falou. Foi um esquecimento  
3370nosso de não ter colocado nesse Artigo. Existe dependendo da produção você  
3371pode aplicar um fator de deterioração fixo e acima de 10.000 unidades tem que  
3372determinar o fator de deteriorização para aquele veículo. Então pode ocorrer  
3373isso que o Lúcio falou. Então dá dar o prazo de mais um ano que é para rodar  
3374esses quilômetros ele leva um tempo também. Então, na verdade, eu acho que  
3375esse foi um esquecimento nosso não trazer a experiência do automóvel para  
3376cá.

3377

3378

3379**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Todos estão contentes, acho que  
3380entenderam. Alguém é contrário a proposta da CNI? Então aprovada.

3381

3382

3383**O SR. LUCIO NOBUYUKI TIBA (ABRACICLO)** – A contagem pelo menos  
3384para nós fabricantes, a contagem é feita de janeiro a dezembro. Então se nós  
3385temos um plano de vendas, digamos de fevereiro a dezembro, de 8.000  
3386unidades, mas eventualmente tem um sucesso de vendas, nós vamos  
3387incrementar o volume de produção para atender a demanda. Então  
3388eventualmente se não for 8.000, mas passar a ser 12.000 até dezembro e nós  
3389temos que revalidar a LCM que é a Licença de Configuração e Motor que o  
3390IBAMA faz a revalidação da licença para todos os modelos que são  
3391comercializados anualmente, a partir desse momento que nós... A LCM é  
3392revalidada, a validação é a partir de janeiro a dezembro. Então a licença é

142

3393 válida até dezembro. Então a partir do momento que venceu a licença, a partir  
3394 de janeiro nós temos que... Seria o prazo. A partir de janeiro do ano seguinte  
3395 de se fazer todo essa rodagem. Por isso que nós colocamos a LCM como  
3396 referência. Sim, o ano corrente que ele comercializou aquela quantidade de  
3397 8.000 inicialmente, mas que passou a ser 12.000. Então esse ano ele não teria  
3398 necessidade, ele teria 365 dia do ano contado a partir do ano seguinte.

3399

3400

3401 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Mas isso fica efetivo a partir de  
3402 primeiro de janeiro do ano subsequente. Eu acho que fica mais claro.

3403

3404

3405 **O SR. LUCIO NOBUYUKI TIBA (ABRACICLO)** – É que esse texto nós  
3406 retiramos do PROCONVE da forma que estava escrito. Da forma que está, nós  
3407 não inventamos. Só copiamos e colamos o texto na forma que estava o  
3408 original.

3409

3410

3411 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Está sendo bem aplicado? Não  
3412 estou muito contente, mas vamos lá. Aprovado o texto. Proposta ANAMMA,  
3413 novo artigo. MÁRCIO.

3414

3415

3416 **O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –  
3417 Nós estamos propondo fazer a verificação, medir os aldeídos para depois se  
3418 estabelecer um limite lá na frente. Que aldeído hoje tem sido um problema,  
3419 ninguém vem pesquisando e isso é algo que nos preocupa. Então não estamos  
3420 estabelecendo limites e não estamos estabelecendo nada. Estamos  
3421 estabelecendo que tem que ser medido, até para se ver o que realmente  
3422 acontece com a questão do aldeído.

3423

3424

3425 **O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Nós não colocamos os aldeídos nessa  
3426 proposta porque na verdade nós estamos fazendo esse trabalho, então já  
3427 estamos fazendo levantamento exatamente para ter um valor típico para ver se  
3428 a metodologia aplicada nos automóveis também se aplica para moto, então  
3429 quer dizer por isso que não colocamos porque na verdade e nós já estamos  
3430 fazendo esse trabalho, aí no art. 15igo quinze você jogaria usando o artigo 15  
3431 jogaria isso no institucional ativa assim que estivesse uma conclusão, por isso  
3432 não colocamos, mas a emissão de aldeído está contemplada.

3433

3434

3435 **O SR. MÁRCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (ANAMMA/SUDESTE)** –  
3436 Mas deixar aí como a ser medida no processo de homologação, da mesma  
3437 forma que o CO e HC. Nós colocamos junto com outro que vai montar o HC o  
3438 CO a ser medida também.

3439

3440



3441 **O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – É porque na verdade você não sabe ainda  
3442 exatamente como é que vai medir, é uma das coisas que também estamos  
3443 estudando, se o método se aplica as motos, por isso que não colocou ainda  
3444 que vai medir ou não, mas nós estamos o eu estou dizendo é que estamos  
3445 fazendo esse trabalho lá a Honda já está levantando, a Yamaha já está  
3446 levantando, estamos fazendo isso querem colocar coloca, agora se colocar tira  
3447 essas datas Gabriel você sabe disso tira essas datas. Não adianta dar prazo  
3448 você sabe que não funciona.

3449

3450

3451 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Queria só fazer a seguinte  
3452 observação, primeiro, eu acho que tem uma questão aí geral que nós estamos  
3453 discutindo e vamos ver se aplica esse caso que é de tentar naquela emenda  
3454 que estamos preparando vários, novos elementos aí que têm que fazer a  
3455 medição incluindo essa questão de aldeído então essa seria... Bom, estou  
3456 querendo pegar o geral e ver se tem algum aspecto específico da questão que  
3457 precisa de maior detalhamento em decorrência não pode ser tratado só  
3458 naquela outra solução para tentarmos ver como encaminha isso aí. Gabriel  
3459 nessa direção.

3460

3461

3462 **O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO (EMVIRON MENTALITY)** – Eu acho tem  
3463 várias coisas, medir o aldeído levantar valor típico é o trabalho que mede, ver  
3464 se o método serve, explica quais são as dificuldades enfim é tudo isso, tudo  
3465 isso junto. Se o IBAMA já está fazendo e não quer constar boa notícia que está  
3466 fazendo, agora seria interessante consolidar que é para ser feito, a questão do  
3467 prazo de levantamento de valor típico é um coisa que não pega tão pesada  
3468 porque é um trabalho de fazer uma medição e fazer o relatório. O que eu acho  
3469 que recaem na discussão que nós fizemos é a parte que fala o IBAMA deverá  
3470 coordenar os estudos e tal, isso vai para o artigo 15 lá e não precisa estar aí  
3471 mais. Mas até onde chega na data do 31/12/20011 2011 seria razoável que  
3472 ficasse assim ou se essa data ela é ruim estabelecer uma outra mas ter uma  
3473 definição do que é para fazer.

3474

3475

3476 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então vocês já retiraram aquela  
3477 parte final ali? O IBAMA deve estar isso aí porque vai ser contemplado naquela  
3478 e mantém essa discussão dos fabricantes onde devem apresentar os valores  
3479 típicos.

3480

3481

3482 **O SR. LUCIO NOBUYUKI TIBA (ABRACICLO)** – Conforme colocado pelo  
3483 Paulo Macedo existe já um trabalho e eu acho que a preocupação existe  
3484 também das montadoras nesse sentido, então só uma questão de tempo não  
3485 dá para nós definirmos um prazo ainda porque mesmo porque a metodologia  
3486 não está muito clara, então temos que afinar ainda essa necessidade e só o  
3487 tempo aí uns pouquinho mais de paciência que o tempo aí ainda são vários  
3488 trabalhos a serem feitos e temos ciência e sabemos da necessidade.

147

3489

3490

3491 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Algum esclarecimento adicional?

3492 Queria passar para o Paulo e Rudolf depois.

3493

3494

3495 **O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – E eu também acredito que para fazer

3496 esse levantamento não precisa que todo o fabricante medisse todas as suas

3497 motos, então por isso que elegemos esse trabalho junto com os dois maiores

3498 para poder ter essa ideia, então se obrigar a todos a fazer de repente não é

3499 produtora para o que queremos fazer na verdade.

3500

3501

3502 **O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** – Sou contra o artigo eu compreendo

3503 essa ansiedade que colocamos nas normas de uma série de providências

3504 importantes, interessantes, úteis, necessárias, mas eu acho que não é o local

3505 estamos fazendo uma nova fase do PROMOT à fase M4.

3506

3507

3508 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Queria ouvir então começamos

3509 pela direita Dr. Francisco, o senhor apóia.

3510

3511

3512 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Estamos retirando.

3513

3514

3515 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Retirar, ANAMMA retirou. Vamos

3516 avançar? Próximo. Proposta ANAMMA art. 11 uma nova redação, por favor.

3517 MÁRCIO.

3518

3519

3520 **O SR. MÁRCIO R. ALVES SCHETTINO (ANAMMA)** – Estamos retirando.

3521

3522

3523 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – É isso? Algum problema?

3524 Roberto.

3525

3526

3527 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO** – Só que o texto a expressão colocada

3528 foi bem reconhecida pelo IBAMA, novas revoluções principalmente isso

3529 significa uma certificação que a expressão que temos adotado é aceito (...) o

3530 aceito pelos órgãos ambientais, laboratórios aceito nenhum laboratório da

3531 extensiva, reconhecimento...

3532

3533

3534 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Tem um procedimento todo,

3535 vocês aceitam o aceito? Aceitos pelo IBAMA. Obrigado Dr. Roberto. Pode ser

3536 assim? Então esta aprovada à proposta da ANAMMA com essa ou aceitos pelo

148

3537IBAMA. São 11 laboratórios, vamos nessa. Então nós temos duas emendas, eu  
3538tenho uma boa notícia, deixa eu dar a boa notícia o IBAMA retirou o ultimo  
3539ponto de pauta, então esse será o último ponto de pauta, se nós fizermos  
3540agora o nosso tema de casa nós estaremos acabaremos hoje a reunião,  
3541podemos continuar amanhã para nossos amigos da CETESB que chegarem.  
3542Então 10 minutos de intervalo para fazer essas duas emendas aí essas duas  
3543redações.

3544

3545

3546(Pausa)

3547

3548

3549**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – MÁRCIO.** Pode explicar para nós  
3550então aí? As emendas que ficaram rodas são da ANAMMA não é?

3551

3552

3553**O SR. MÁRCIO R. ALVES SCHETTINO (ANAMMA) –** Na verdade em  
3554consenso aqui nós fizemos um parágrafo aonde nós colocávamos os valores  
3555de CO e HC tipo estipulávamos uns valores, nós trocamos por um parágrafo  
3556único onde valores de CO e HC em marcha lenta serão os valores declarados  
3557pelo fabricante, ou seja o fabricante que vai estabelecer esses valores com  
3558base nos valores certificados, então ele precisa medir durante a homologação  
3559os valores de CO e HC e com base nesses valores ele vai estabelecer e  
3560publicar isso comunicar isso no manual do veiculo para que seja usado como  
3561base nos programas de IM.

3562

3563

3564**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO –** Está repetindo três vezes o mesmo  
3565texto, isso acaba ficando (...). Tira os três e faz um artigo? (*fala fora do*  
3566*microfone*).

3567

3568

3569**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Fica onde esse artigo agora?

3570

3571

3572**O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Fica abaixo do último.

3573

3574

3575**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Tem que fica abaixo do último,  
3576isso. Art. X novo artigo, tira o parágrafo. Os valores de CO e HC em marcha  
3577lenta serão os valores declarados pelo fabricante com base nos valores  
3578comprovado nos ensaios de certificação e deverão ser divulgados através do  
3579manual do proprietário do veiculo, bem como a rede de serviços autorizados  
3580através do manual de serviços, juntamente com a velocidade angular do motor  
3581em marcha lenta expressa em rotações por minuto.

3582

3583

151

3584 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO** – Só tenho dúvida se faz os valores de  
3585 CO e HC referidos para os modelos relativos aos modelos citados nos artigos  
3586 tais e tais, só fazer umas provas agora não está muito claro não.

3587

3588

3589 **O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO (EMVIRON MENTALITY)** – Ou todos os  
3590 veículos abrangidos nessa resolução.

3591

3592

3593 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vamos lá então, para todos os  
3594 veículos, todos os veículos abrangidos nesta resolução devem ter os valores  
3595 de CO e HC em marcha devem ter. Como é que é, espera aí gente, vamos lá,  
3596 tem problema, todos os veículos abrangidos nesta resolução devem ter os  
3597 valores de CO e HC em marcha lenta... Todos os veículos abrangidos nesta  
3598 resolução devem ter os valores de CO, HC e velocidade angular do motor em  
3599 marcha lenta, declarados pelo fabricante ou importador com base nos valores  
3600 comprovados no ensaio de certificação que deverão ser divulgados através do  
3601 manual de proprietários do veículo, bem como a rede de serviços autorizada  
3602 através de manual de serviço é isso aí? Porque o 4CO<sub>2</sub> ficou a informar ali, o que  
3603 quer dizer esse informar que eu não entendi?

3604

3605

3606 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – É porque não é limitado.

3607

3608

3609 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Não é limitado só informar? OK?  
3610 Então alguma observação em relação ao novo artigo? Ok, aprovado esse novo  
3611 artigo e aprovada a redação aí é só isso? Tem mais alguma coisa? Só isso.  
3612 Bom gente então essa aqui também está concluída espero que, eu queria,  
3613 então encerrar esse ponto de pauta. Agora por favor, regular o nível de  
3614 ansiedade do final de reunião. Processo então essa (...) também aprovado, nós  
3615 vamos ter que fazer uma festa do PROCONVE na próxima reunião do  
3616 CONAMA, e 3.5 retirado de pauta por solicitação do IBAMA, e agora assuntos  
3617 gerais eu queria primeiro eu tenho um informe sobre a próxima reunião da  
3618 Câmara Técnica, mas queria passar primeiro para o MÁRCIO.

3619

3620

3621 **O SR. MÁRCIO R. ALVES SCHETTINO (ANAMMA)** – Eu queria aproveitar  
3622 aqui a reunião da Câmara Técnica mais um eu diria mais um fruto dessas  
3623 reuniões, a prefeitura de São Paulo aprovou e publicou no decreto o PC PV  
3624 dela, isso (*Palmas!*) antes do tempo previsto, porque no caso da prefeitura de  
3625 São Paulo havia um artigo que dava dois anos para nos ajustássemos uma vez  
3626 que o programa estava em andamento, nós tínhamos até o final do ano e nós  
3627 entregamos na frente de muita gente que deve entregar agora em junho, então  
3628 está aí está publicado no Diário Oficial e isso pode ser pego pela Internet.

3629

3630

152

153

3631 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu queria parabenizar a  
3632 prefeitura de São Paulo por esse grande avanço aí quer dizer esse PC PV  
3633 pode servir de referência para outros Estados até que estão trabalhando, então  
3634 muito importante essa comunicação.

3635

3636

3637 **O SR. MÁRCIO R. ALVES SCHETTINO (ANAMMA)** – O importante do PC PV  
3638 é que o IM é uma das várias ações que colocamos, o grande enfoque na  
3639 verdade está na área de transportes, transporte público, restrição de tráfego  
3640 uma série de coisas o IM é uma das ações, e também tem o enfoque nós  
3641 juntamos as duas coisas a 418 e a lei municipal de mudança do clima da 4933,  
3642 que trata da emissão de gases de efeito estufa, nós colocamos um item no  
3643 PCPV que é de eficiência energética, quer dizer também entrando por um  
3644 ponto em que o PC PV não trata, mas juntamos as duas coisas.

3645

3646

3647 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Parabéns aí a prefeitura de São  
3648 Paulo. Rudolf.

3649

3650

3651 **O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** – Queria dar os parabéns também na  
3652 qualidade de coordenador da CAP a prefeitura de São Paulo, nós temos  
3653 trabalhado intensamente com a ABEMA e o pessoal de São Paulo tem sempre  
3654 se colocado a disposição para mostrar para os Estados o trabalho que eles  
3655 fizeram foi muito interessante não é MÁRCIO? a conjugação da Secretaria do  
3656 Ambiente com a Secretaria de Transporte, então é uma união que assim  
3657 realmente maximiza os resultados de um trabalho que sempre dizemos que o  
3658 PC PV não é exclusivamente algo voltado para inspeção veicular, mas é para  
3659 uma solução abrangente da questão da poluição, nós vamos ter reunião da  
3660 CAP semana que vem alguns de vocês aqui são membros já foram  
3661 comunicados o João está mandando a pauta amanhã, acho que é quarta  
3662 João? A reunião? É quarta feira não é dia 5? e nós vamos estar fechando o  
3663 relatório anual o relatório do ano de 2010 que temos que entregar a essa  
3664 Câmara Técnica até 30 de junho, então tem data já da próxima reunião da  
3665 Câmara Técnica? E vocês vão ter também a disposição o relatório anual da  
3666 CAP que foi muito voltado para a questão da implantação de fase P7 do  
3667 PROCONVE da nova fase que começa ano que vem e que nós estamos  
3668 cercando aí de todas as garantias de que vai ser executado com êxito. Então  
3669 esperamos que na próxima reunião já tenham o relatório de acompanhamento  
3670 do PROCONVE feito pela CAP.

3671

3672

3673 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado Rudolf. Alguém  
3674 gostaria de dar algum informe? Eu tenho depois um aspecto da próxima  
3675 reunião da câmara e eu queria acertar com todos.

3676

3677

154

3678 **O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – O informe é sobre o GT que está sobre a  
3679 coordenação da IBAMA para avaliar aquela outra proposta, a última que ficou  
3680 com relação às responsabilidades lá dos itens de tecnologia do PROCONVE,  
3681 então só para avisar que a reunião será convocada para o dia 12 de junho  
3682 preliminarmente que nós gostaríamos que as entidades que se propuseram a  
3683 participar maio alias 12 de maio, que as entidades que se propuseram a  
3684 participar mandasse as suas sugestões para o nosso relator que é o Wanderley  
3685 para que ele consolide para que na reunião ele já leve, o relator foi decidido na  
3686 reunião passada, está lá no resultado da reunião que só aprovou no início aqui,  
3687 CNI não é o senhor? Pega aí o resultado da reunião passada. CNI.

3688

3689

3690 **O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – CNI é relatora, a CNI vai  
3691 indicar o relator eu não serei relator. É relatora, mas não será...

3692

3693

3694 **O SR. PAULO MACEDO (IBAMA)** – Mas é CNI.

3695

3696

3697 **O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – Tudo bem vou conversar vai  
3698 ser o ANFAVEA eu vou dizer que vai ser o ANFAVEA que vai ser o relator.

3699

3700

3701 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – É isso Paulo. Então assim acho  
3702 que é importante esse grupo de trabalhando andar, nós temos aí o outro grupo  
3703 de trabalho que foi criado hoje de dragagem que realmente foi um momento  
3704 histórico nessa Câmara Técnica, depois de 2 anos e meio de discussão quem  
3705 tem acompanhado entende como é que foi esse processo, e gente a próxima  
3706 reunião nós tínhamos um indicativo a próxima reunião aquela que vamos dizer  
3707 será seria dedicada exclusivamente ao grupo de trabalho de fontes fixas, nós  
3708 estamos com o problema que ela ficou meio em cima da reunião da plenária,  
3709 25 e 26 e aí o pessoal aqui do CONAMA da diretoria pediu para avaliarmos  
3710 essa possibilidade de passar ela um pouco para frente, por causa que  
3711 geralmente a semana anterior é muito atribulado tem, eu estou propondo o  
3712 seguinte na minha proposta que levemos essa reunião até porque tem feriado  
3713 também não queria também botar na semana de meio ambiente que é 25 de  
3714 junho, 15 e 16 de junho numa quarta e quinta-feira pode ser? Não vai ser terça.

3715

3716

3717 **O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – Vou estar de férias. Uma  
3718 pergunta essa reunião que vai acontecer é uma reuniões específica para  
3719 debater um tema, em que prejudicaria fazer isso antes da plenária? Porque não  
3720 é para discutir outros temas é apenas...

3721

3722

3723 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – O problema é infra-estrutura que  
3724 realmente o pessoal fica sobrecarregado na véspera porque tem uma série de  
3725 reuniões de apoio a plenária, que acabam sendo demandadas e aí foi uma

3726falha nossa até no sentido de tentar evitar sempre há uma recomendação só  
3727em caráter muito excepcional fazer uma reunião na semana anterior a plenária,  
3728isso tem sido um procedimento eu.

3729

3730

3731**O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu pediria então que fosse  
3732depois do feriado de Corpus Christi.

3733

3734

3735**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Quando é que é o...

3736

3737

3738**O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – Última semana.

3739

3740

3741**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Na última semana. de junho?

3742Mas essa é 29 e 30 de junho?

3743

3744

3745**O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – Qualquer data.

3746

3747

3748**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Objetivamente não faz diferença  
3749em relação à próxima plenária, porque a próxima plenária vai ser só em  
3750setembro é isso ou fina de agosto? Porque estou cuidando dos tempos se tiver  
3751que passar por Câmara Jurídica aquelas coisas. Não está marcada, aí nós não  
3752temos como nós estamos tirando o indicativo aqui.

3753

3754

3755**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Porque não pegar ali  
3756maio? Nós não colocamos para o dia 12, dia 13 ou dia 11 e dia 12.

3757

3758

3759**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Sexta-feira, é muito complicado.

3760

3761

3762**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Poderia ser 11 e 12  
3763até porque na primeira semana de junho todos nós, nos Estados, estamos  
3764envolvidos isso vai ser na semana do Meio Ambiente.

3765

3766

3767**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu tenho assim, esse negócio  
3768esperou tanto tempo eu acho que fazer uma reunião corrida não vejo porque,  
3769quer dizer qual é o cenário de levarmos isso aí? É levar para reunião de  
3770setembro, de agosto ou setembro, quando é a próxima plenária do CONAMA?  
3771131 de agosto, então fazemos essa reunião uma reunião para apresentar e  
3772vamos começar o processo de deliberação também, não vai ser só a  
3773apresentação.

159

3774

3775

3776 **O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – eu não sei, acho que vamos  
3777 tomar o tempo todo para apresentação a ideia era essa.

3778

3779

3780 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – O que eu acho que não podemos  
3781 fazer só uma previsão eu queria considerar com vocês de só apresentar, nós  
3782 vamos fazer uma reunião que vai ser dedicada até porque existe esse  
3783 entendimento que é muita matéria, mas vamos ter que deliberar é uma reunião  
3784 normal de Câmara Técnica vai até existe a possibilidade de começar o  
3785 processo de deliberação.

3786

3787

3788 **O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – É que o tema é realmente  
3789 muito complexo, não é brincadeira não vocês vão, vocês vão ver o tamanho do  
3790 buraco.

3791

3792

3793 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu queria também  
3794 saber qual a previsão da primeira reunião do GT sobre dragagem?

3795

3796

3797 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Isso não mistura aqui agora, isso  
3798 aí é o coordenador agora vai ser convocada a reunião, primeiro eu já expliquei  
3799 hoje como é a procedimento a Secretaria Executiva aqui do CONAMA ela vai  
3800 mandar para todos os Conselheiros vai publicar que foi criado esse GT e pede  
3801 em prazo de dez dias úteis se encaminhe representantes, aí essas pessoas  
3802 serão convidadas para a reunião que o coordenador irá chamar e quem define  
3803 a data é o coordenador. Ok? Aí qualquer questão em relação ao GT entrar em  
3804 contato aí com a coordenação. Então gente vamos só ver.

3805

3806

3807 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Vamos fazer em maio  
3808 essa reunião, agora se vai era 18 e 19 a 4ª. Existe algum problema de ela ser,  
3809 por exemplo, 17 e 18?

3810

3811

3812 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Não dá porque é justamente a  
3813 semana anterior, aí a possibilidade de haver uma reunião seria 10, 11, 12, e  
3814 13. Seria nesses dias.

3815

3816

3817 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Pode ser 11, 12, e 13.

3818

3819

3820 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu não acho viável esse  
3821 processo não tem condição de fazer, já aprovamos três resoluções hoje eu

160



161

3822estou olhando nós temos que dar uma dinâmica aqui para a reunião, agora nós  
3823temos que alimentar a plenário do CONAMA, já levamos 3 resoluções hoje aqui  
3824para a plenária do CONAMA então não há porque também ter essa correria.

3825

3826

3827**O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – Concordo. Nada contra isso  
3828presidente a questão é o seguinte é que a.

3829

3830

3831**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu só estou dizendo o seguinte,  
3832é que eu tenho uma preocupação que me a primeira, nós temos que alimentar  
3833a plenária do CONAMA de resoluções isso é um compromisso nosso aqui  
3834também. Você coordena o GT então é importante. Vamos ver aqui quando é  
3835que pode ser? 29 e 30?

3836

3837

3838**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO** – Só tem um detalhe, tem que tomar  
3839cuidado se você está pensando em fechar alguma coisa nesse processo de  
3840fontes fixas para alimentar a reunião de agosto.

3841

3842

3843**O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não é, é mais ou menos a  
3844de áreas contaminadas somada com essas de padrões de lançamentos juntas  
3845tamanho é a complexidade dela, vocês vão ver o tamanho do abacaxi.

3846

3847

3848**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vamos deixar a indicativa então  
3849de 28, 29 e 30 quarta e quinta feira. Nós não podemos fazer uma reunião a  
3850cada quinze dias da Câmara Técnica não dá. Vamos deixar então 29 e 30, até  
3851porque segunda feria temos evitado, pode ser 28 e 29 nós temos evitado 29 e  
385230.

3853

3854

3855**O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – Desculpe presidente, eu  
3856existio que participei de toda a elaboração e toda a discussão e, eu queria  
3857acompanhar isso.

3858

3859

3860**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A única dúvida que eu tinha era  
3861se bom eu tinha vontade de fazer 3 dias até, vamos fazer uma reunião de três  
3862dias então, porque eu queria entrar em processo deliberativo nessa reunião.  
386328, 29 e 30 vamos trabalhar com esse cenário de uma reunião eu queria só daí  
3864Wanderlei nós vamos preparar bem essa reunião vamos começar esse  
3865processo aqui de preparação dessa reunião, porque temos vai que vamos  
3866demorar um pouquinho mais fazer uma reunião talvez um pouco maior.

3867

3868

162

163

3869 **SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – Inclusive apesar da  
3870apresentação eu aconselho os seus Conselheiros a lerem de fato a resolução e  
3871ler todas as justificativas técnicas anexas, com antecedência para deliberar não  
3872é simples, porque justamente para poder entender vai ser tudo explicado então  
3873muitas dúvida vão ser retiradas, se a pessoas conseguiram ler a proposta de  
3874resolução e principalmente as justificativas técnicas dos padrões, dos prazos  
3875requeridos quando chegarmos vamos ter realmente condições de deliberar.  
3876Está pronta.

3877

3878

3879 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Wanderlei vamos só fazer uma  
3880reunião já preparatória aí nos próximos dias, pedir para o Rudolf aqui organizar  
3881para junto com o IBAMA e aí você coordenou montarmos já essa dinâmica da  
3882começar prevê como é que vai ser essa dinâmica da reunião, até porque se  
3883precisarem alimentar os Conselheiros aqui com algumas informações sobre a  
3884dinâmica antes a nós avisamos.

3885

3886

3887 **SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** – Todas as informações já se  
3888encontram a questão agora é de organizar isso para que as pessoas possam  
3889em vez de entrar em tal reunião para puxar o arquivo, é só organizar isso.

3890

3891

3892 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu também eu quero ver como é  
3893que fica daqui a pouco podemos fazer um quite sobrevivência em fontes fixas e  
3894mandar para todo mundo. Gente queria agradecer a todos tivemos uma  
3895reunião uma alta produção acho que muito também fruto do esforço aqui dos  
3896nossos colegas do IBAMA, do Rudolf que prepararam bem essa temática, os  
3897nossos colegas da Prefeitura de São Paulo que trouxeram todo esse acúmulo  
3898da base de didática que nos deu uma referência muito importante na discussão  
3899de 418. E então nós devemos ainda nos encontrar no final de junho, não  
3900vamos falar mais porque da última expedida isso não dá certo, então já tudo  
3901certo 28, 29 e 30 vamos ver se talvez se é necessário realmente 3 dias e  
3902comunicamos só 2 dias, mas em principio 29 e 30 com a possibilidade de  
3903também incluir 28. Desejo a todos aí um bom retorno para quem tem que viaja.  
3904Obrigado e encerrada a 46ª reunião da Câmara de Qualidade Controle  
3905Ambiental. Obrigado.

164